

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E MEIO AMBIENTE**

MUDANÇA E PERMANÊNCIA:

QUATRO GERAÇÕES E A PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE JAHU

GUILHERME EDUARDO ALMEIDA PRADO DE CASTRO VALENTE

ARARAQUARA – SP

2010

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E MEIO AMBIENTE**

MUDANÇA E PERMANÊNCIA:

QUATRO GERAÇÕES E A PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE JAHU

GUILHERME EDUARDO ALMEIDA PRADO DE CASTRO VALENTE

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

ARARAQUARA – SP

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

V249m Valente, Guilherme Eduardo Almeida Prado de Castro
Mudança e permanência: quatro gerações e a propriedade rural no
município de Jahu/Guilherme Eduardo Almeida Prado de Castro
Valente.- Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2010.
191f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Meio ambiente - Centro Universitário de
Araraquara-UNIARA.

Orientador: Prof. Dr. Oriovaldo Queda

1. Propriedade rural. 2. Fazenda de café paulista. 3. Modos de vida.
I. Título.

CDU 504.03

Dedico este trabalho à minha família e aos meus mestres com quem aprendo todos os dias.

Agradeço à minha família em especial a minha mãe, Maria Antonieta, e a minha irmã, Martha Maria, sempre presentes durante a trajetória desta dissertação. Agradeço aos meus tios Pio, João Pio e a minha tia avó Francisca por suas contribuições no entendimento do funcionamento da fazenda. Aos meus avós, Francisco Pio e Maria Cecília e minha bisavó Antonieta por terem deixado tantos registros de suas vidas, sem medo de compartilhar um pouco das experiências passadas nas fazendas Mandaguahy e Riachuelo, as quais tanto amavam. Também agradeço aos meus entrevistados por terem concedido tantas informações de suas vidas, ajudando a registrar a história desta propriedade rural, em especial à D^a Maria Schimidt Fragnan que sempre me acolheu como filho. Agradeço aos meus mestres. O professor Dr. Oriowaldo Queda que sugeriu o tema mudança e permanência e me orientou nesta empreitada. A professora Dr^a Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci pelas primeiras orientações em artigos e incentivo a pesquisa sobre o tema. E a professora Dr^a Vera Botta Ferrante que me despertou para uma visão mais sociológica da estrutura familiar brasileira. Agradeço aos funcionários do Arquivo e Museu Municipal de Jahu, Ana Queila Cruz, Cleiton Tedesco, Leandro Felipe e Vilma Candido e ao Donizete General do Cartório de Notas e Protestos de Jaú por terem sido tão prestativos em localizar os documentos pesquisados.

RESUMO

Mudança e Permanência: Quatro Gerações e a propriedade rural no município de Jahu

Analisa a trajetória de uma propriedade rural localizada no município de Jahu no interior do Estado de São Paulo e quatro gerações de proprietários da mesma família baseada em fontes primárias do acervo da família Almeida Prado, do Arquivo Municipal, dos registros do Cartório de Notas e Protestos de Jahu e bibliografia relacionada à produção de café, economia brasileira, modos de vida, arquitetura e sociologia. A característica principal da família Almeida Prado era os casamentos endogâmicos e capacidade de se adaptar e tirar proveito de cenários econômicos e políticos diversos. A relação trabalhista era pautada no patriarcalismo e autoritarismo ao mesmo tempo em que tinha um viés assistencialista. Foi feito um recorte temporal que abrange de 1858 a 1985 desta fazenda sesquicentenária no qual salientou-se elementos culturais e econômicos que permaneceram e os que mudaram nesta família ao longo da história da propriedade.

Palavras-chave: Propriedade rural. Fazenda de café paulista. Modos de vida

ABSTRACT

Change and Maintenance: four generations and the plantation in Jahu

It analyses the history of a plantation located in the municipality of Jahu, interior of São Paulo State, and four generations of owners of the same family based on primary sources of the Almeida Prado family archives, City Public Archives, records of Jahu Public notary's office and a bibliography related to coffee production, Brazilian economy, living styles, architecture and sociology. The main characteristics of the Almeida Prado family were endogamous marriages, the capacity to adapt and take advantage of different economic and political scenarios. The working system was based on authoritarian and patriarchal relation with the labors and at the same time it had a welfare work. The research studies a period from 1858 to 1985 out of 150 years of the existence of this property in which cultural and economical elements were enlightened to show the ones that were maintained and the ones which were changed throughout the history of this family and their plantation.

Key-words: Rural property. Coffee Plantation from São Paulo. Living styles.

LISTA DE FIGURAS

1. Vista aérea da sede da Fazenda Mandaguahy, 2006. Fonte: Acervo Família Almeida Prado. 21
2. Tulha/Casa das Máquinas, sem data. Fonte: Autor. 22
3. Edificação anexa à casa onde possivelmente funcionou a senzala, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado. 23
4. Vista da sede da Fazenda Mandaguahy, 2008. Fonte: Autor. 24
5. Vista parcial do caminho do jardim que segue em direção ao pomar, 2009. Fonte: Autor. 26
6. Cafezal plantado em 2006, 2008. Fonte: Autor. 26
7. Detalhe da aquarela “Vista da Vila de Itu”, Debret, 1827. Fonte: SETUBAL, M. A. Terra Paulista: São Paulo. Imprensa Oficial, 2004. 33
8. Detalhe do mapa Sertão do Jahu na Freguesia de Nossa Senhora de Brotas em fins de 1858, 1993. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu 35
9. Francisco de Paula Almeida Prado, Anna Joaquina Ferraz e filhos, c.1873. Fonte: Edição Comemorativa do Centenário de Jahu, 1955 47
10. Louça azul e branca com motivos orientais, Willow, origem provável inglesa, século XIX. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 49
11. Francisca Eufrosina Corrêa de Moraes e o Tenente Lourenço de Almeida Prado, c.1870. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 54
12. Anna Joaquina Ferraz, c. 1867. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 55
13. Sede da Fazenda Santo Antonio, 2004. Fonte: Autor 57
14. Detalhe da relação de escravos do Tenente Lourenço de Almeida Prado em 1873. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu 62
15. Detalhe das despesas com o aluguel de escravos para a colheita e benefício do café dos órfãos Vicente e João de Almeida Prado, 1871. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu 63
16. Recibo do imposto da meia siza de escravos pago por Leonor de Almeida Prado, 1881. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu 79
17. Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado, c.1867. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 87

18.	Fazenda Riachuelo, 1902. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu	94
19.	Cel. Francisco de Paula Almeida Prado Filho, 1923. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	94
20.	Casal Benedicto de Paula Almeida Prado e Antonieta de Arruda Botelho, 1913. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	97
21.	Vicente de Paula Almeida Prado, c. 1900. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	98
22.	Pio de Almeida Prado, c. 1904. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	99
23.	Armazém da Casa Comissária Almeida Prado e Exportadora, sem data. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu	101
24.	Correspondência da Almeida Prado & Cia.Comissários endereçada a Pio de Almeida Prado, 1921. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	102
25.	Trabalhador descansando na rede do acampamento na Fazenda Anna Joaquina em Araçatuba, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	103
26.	Acampamento de trabalhadores na Fazenda Anna Joaquina em Araçatuba, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	103
27.	Trabalhadores e cães de caça em Araçatuba, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	104
28.	Chegada ao Porto Dr. Pio de Almeida Prado após a travessia do Rio Tietê, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	104
29.	Pio e Francisco Pio de A. Prado e grupo, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	104
30.	Trabalhadores defronte a casa sede, Araçatuba, sem data Fonte: Acervo Família Almeida Prado	104
31.	Touro reprodutor premiado Maxixe do Mandaguahy, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	105
32.	Vaca Zebu e seus trigêmeos na Fazenda Mandaguahy, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	105
33.	Gado zebu da Mandaguahy em exibição no Parque da Água Branca em São Paulo, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	105
34.	Família de Anna Joaquina Ferraz de Almeida Prado, 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	107

35. Detalhe de fotografia de Antonieta de Arruda Botelho, 1913. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 111
36. Maria Aparecida de Almeida Campos, 1906. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 111
37. Maria Aparecida de Almeida Campos na Fazenda Mandaguahy, 1929. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 112
38. Antonieta de Arruda Botelho na Fazenda São José em Agudos, 1913. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 113
39. Maria Cecília Botelho de Almeida Prado de uniforme do Colégio Sion, 1928. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 116
40. Maria Cecília e Francisca A. Botelho de Almeida Prado e a prima Cacilda de A. Prado, 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 117
41. Paulo e Maria Cecília Botelho de A. Prado e o primo Álvaro Carlos de Arruda Botelho, 1924. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 117
42. Pio de Almeida Prado com o time de futebol do Clube Atlético Paulistano, 1903. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 118
43. Família de Pio de Almeida Prado em Santos, 1929. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 119
44. Paulo e Maria Cecília Botelho de A. Prado de combatentes de 1932. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 121
45. Francisco Pio de Almeida Prado de combatente de 1932. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 121
46. Família Paula Ferraz e os trabalhadores negros na Fazenda Conceição, 1890. Fonte: Acervo Ítalo Poli 124
47. Família de imigrantes italianos, c. 1900. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 125
48. Grupo de casas de colonos da Fazenda Riachuelo, 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 128
49. Vista parcial do terreiro, casa de máquinas e colônia da Fazenda Mandaguahy, 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 129
50. Detalhe do mapa da Fazenda Mandaguahy, 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 131

51.	Colonos e fiscal na roça de café, 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	133
52.	Carta com as leis trabalhistas, 1943. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	135
53.	Grupo de camaradas na Fazenda Mandaguahy, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	136
54.	Tabela de distribuição de pés de café por colono da Fazenda Mandaguahy, 1956. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	138
55.	Mapa da área destinada a horta dos colonos da Fazenda Mandaguahy, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	142
56.	Descarregamento do café no lavador, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	147
57.	Lavrador observando o lavador de café. Fazenda Mandaguahy, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	147
58.	Trabalhadora espalhando café no terreiro, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	148
59.	Trabalhadora com o rodo, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	148
60.	Francisco Pio de Almeida Prado com o cão Jipe, 1912. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	151
61.	Maria Yolanda e Francisco Pio de A. Prado em Santos, 1929. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	152
62.	Maria Cecília, Maria Yolanda e Francisco Pio de A. Prado no salto do Mandaguahy, 1934. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	153
63.	Francisco Pio e Maria Cecília de A. Prado no dia do casamento, 1935. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	154
64.	Recibo de depósito do Banco Melhoramentos, 1943. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	156
65.	Carta resposta da Almeida Prado & Cia – Comissários e Exportadores, 1943. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	157
66.	Caminhão no canavial da Fazenda Mandaguahy, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	159
67.	Maria Cecília B. A. Prado com seu Pio A. Prado Neto, 1937. Fonte: Acervo Família Almeida Prado	160

68. Pio de Almeida Prado Neto, 1937. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 160
69. Pio e Maria Antonieta a cavalo, 1942. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 162
70. Maria Antonieta, Francisco Pio Filho e Pio Neto, 1944. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 162
71. Maria Antonieta de A. Prado montada no bode, 1939. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 162
72. Francisco Pio de A. Prado Filho no reservatório, 1952. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 162
73. Maria Antonieta A. Prado e seu noivo Antonio Carlos Tavares de Castro Valente, 1960. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 164
74. Conta de serviços médicos da Santa Casa de Jahu, 1947. Fonte: Acervo Família Almeida Prado 169
75. Maria Cecília A. Prado de Castro Valente, Aparecida Spaziani e Francisco Pio de A. Prado, 1975. Fonte: Acervo Aparecida Spaziani Cavalari 170
76. Maria Schimidt Fragnan e Maria Antonieta de A. Prado, 2006 Fonte: Autor 172
77. Pratos típicos e mesa decorada para almoço de visitantes, 2010. Fonte: Autor 179
78. Três etapas da visita dirigida: recepção, visita à senzala e visita ao bosque, 2007. Fonte: autor 180

LISTA DE QUADROS

1. Linha de sucessores do sexo masculino da Fazenda Mandaguahy durante o século XIX. 42
2. Filhos do Capitão-Mór de Itu, João de Almeida Prado que vieram para Jahu e seus respectivos cônjuges. 52
3. Linha de sucessores da Fazenda Mandaguahy em 150 anos de história. 175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Justificativa da Pesquisa.....	17
Caracterização do Universo Empírico – Fazenda Mandaguahy.....	20
CAPÍTULO 1 – Formação da propriedade agrícola.....	27
CAPÍTULO 2 – Senhores e escravos.....	58
CAPÍTULO 3 – Fazendeiros e o lavrador livre.....	85
CAPÍTULO 4 – Empresários e assalariados rurais.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS.....	185

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A idéia de registrar a trajetória de uma fazenda, neste caso, a Fazenda Mandaguahy, aberta na metade do século XIX, abordando temas relacionados à implantação da propriedade agrícola e as relações de trabalho, surgiu do projeto educativo existente na fazenda desde 1997. O projeto educativo contempla questões ambientais e patrimoniais, visando despertar nos visitantes o interesse para estes temas através do testemunho do próprio local: exemplo das diversas fases econômicas e políticas vividas pelo Brasil nos últimos 150 anos.

Depois de levantarmos uma bibliografia pertinente e pesquisarmos nos documentos relacionados ao tema do estudo, nos deparamos com um trecho no inventário de Francisco de Paula Almeida Prado, o Major Prado, que resume a idéia da mudança e permanência a ser tratado nesta dissertação. O trecho que está transcrito abaixo se refere ao patrimônio de Major Prado na época da abertura do inventário de sua primeira esposa, Izabel de Almeida Prado, falecida em 1866. Nele, o tema mudança e permanência parecia conter um pouco deste paradoxo, de ter alguns elementos culturais, produtivos e sociais que permanecem ao mesmo tempo em que são criados cenários econômicos e relações de trabalho novos, exigindo mudanças. O parágrafo embora se refira a um documento do século XIX, foi escrito no início do século XX, mais precisamente em 1904.

Quando o documento foi escrito, o Brasil passava por mudanças políticas e de força de trabalho. O país aboliu a escravidão; saiu de um regime monarquista para o republicano e recebeu levas de imigrantes. No entanto, outros aspectos permaneceram. A propriedade rural continuou nas mãos de poucos, a economia brasileira permaneceu baseada na produção agrícola, principalmente a do café. Observado do ponto de vista das relações de trabalho, em 1904, a mão-de-obra era livre, mas os proprietários rurais que se iniciavam em práticas capitalistas estavam aprendendo a conviver com a compra e a venda da força de trabalho. As relações entre senhores e escravos, colonos europeus e capitalistas ainda eram facilmente confundidas. Governos europeus se preocupavam com a integridade física e moral de cidadãos imigrantes, enviando missões de fiscalização e instalando consulados em regiões de grande concentração de imigrantes.

A transcrição a seguir ilustra a mudança do *modus vivendi* e de relações de trabalho do período imperial para o republicano e a permanência da propriedade privada da terra:

Pela certidão que ora se junta..., couberam em meação por falecimento de sua esposa D. Izabel de Almeida Prado, quais importaram em 35.396.702 réis..., ficou líquido de 24.899.103 réis,... Sucede, porém, que nem todos os bens herdados pelo inventariado (Major Prado) existem atualmente, pois os móveis e semoventes consumiram-se com o uso, dos escravos alguns faleceram e outros foram alforriados por lei. Assim, dos bens adjuntos a meação do inventariado, existem presentemente apenas terras, algumas benfeitorias da fazenda Riachuelo... (PRADO, 1904 p.35)

A partir deste trecho de inventário ficou claro que, no âmbito da Fazenda Mandaguahy, houve mudanças da forma de produzir, de viver e nas relações de trabalho. Os animais de criação haviam sido consumidos, as construções primitivas substituídas por outras mais modernas, a escravidão abolida, no entanto, a propriedade da terra permanecera.

Autores como Octávio Ianni (1972), Warren Dean (1977), Caio Prado Jr. (1998) e Rogério Faleiros (2007) já escreveram sobre o assunto tratando-o sobre diversas óticas.

Ianni descreveu a transformação do trabalhador agrícola em proletário rural. Dean pesquisou o caso de Rio Claro, desde a apropriação da terra, a abertura de fazendas, a implantação da cafeicultura, a escravidão, as primeiras experiências desastrosas com colonos europeus e o regime de trabalho assalariado. Prado Jr. faz uma análise da história econômica brasileira e Faleiros analisa as áreas de expansão cafeeira e relações de trabalho.

O presente trabalho tem como objetivo descrever a história da propriedade situada no município de Jaú ou Jahu, região centro-oeste do Estado de São Paulo, denominada de Fazenda Sant'Anna do Mandaguahy, ou simplesmente Fazenda Mandaguahy. Analisar o processo de implantação e desenvolvimento da propriedade através de uma linha masculina de sucessão de três gerações, até chegar à quarta geração representada por uma mulher. Embora, o texto tenha como eixo central homens, as mulheres sócias nos empreendimentos agrícolas foram analisadas tendo como foco a contribuição feminina na administração das propriedades, o papel desempenhado por elas dentro do núcleo familiar e interação com a sociedade.

A metodologia adotada foi primeiramente o levantamento de referências relacionadas aos temas implantação de fazendas cafeeiras, escravidão, imigração, modos de vida do Brasil dos séculos XIX e XX, posse, fragmentação da terra e relações de trabalho na zona rural. As pesquisas em fontes primárias existentes na Fazenda Mandaguahy, os inventários dos primeiros proprietários conservados no Arquivo Municipal de Jahu, os livros de registros de números 01 ao 33 do

cartório de Notas e Protestos, depoimentos de descendentes dos primeiros proprietários e antigos trabalhadores serviram de base para a análise do relacionamento e da dependência dos proprietários dos diferentes tipos de mão-de-obra, bem como, a assimilação do ideal burguês por parte dos agricultores. Para efeito de análise foi feito um recorte na história desta propriedade abrangendo desde a compra da gleba que deu origem à fazenda em 1858 até o ano de 1985. Durante este período de 127 anos, propriedade e proprietários mudaram de acordo com os novos costumes e modos de produção. Percebemos que há um processo de desvinculação da terra, no qual esta foi deixando de ser meio produtivo para tornar-se uma espécie de prestadora de serviço pela terceira geração de proprietários. É a quarta geração de agricultores a responsável pela consolidação da perda de vínculo com a terra, a continuação da produção agrícola terceirizada e pelo uso da infraestrutura edificada durante o período cafeeiro não mais como parte do processo produtivo, mas com um atrativo turístico. Mesmo havendo um distanciamento da terra como meio produtivo, a posse da terra e vínculo afetivo com a propriedade permaneceram.

O trabalho de pesquisa em fontes primárias permitiu o encontro de informações que sugerem que nem sempre as mudanças de cenários políticos ou de meios de produção se dão por completo. Algumas características sociais e de produção permaneceram ao longo do processo. Ao ler inventários e registros de cartórios pela primeira vez, tivemos a impressão de se tratar de um amontoado de relações de bens móveis e imóveis ou de simples registros de negócio. Foi quando percebemos que os textos dos documentos não só registram o ato em si, mas todo o contexto em que ocorreram. Os documentos são como fotografias que captam não só o momento em que foram tiradas, mas todo o processo até chegar ao registro escrito ou retratado de fato. A partir deste ponto, pudemos inferir da leitura mais atenta dos documentos os reflexos das histórias recentes do município de Jahu, do Estado de São Paulo e mesmo do Brasil, na trajetória da Fazenda Mandaguahy e da família proprietária.

Como se trata de uma propriedade que continua na mesma família há mais de 150 anos e cujo hábito de casamentos endogâmicos perdurou até a terceira geração de proprietários da fazenda, há uma série de repetições de nomes e sobrenomes que podem causar certa confusão ao leitor. Na tentativa de ajudarmos na visualização do processo sucessório da propriedade em questão, foram elaborados diagramas mostrando os núcleos familiares de duas das propriedades

mais citadas no estudo, as fazendas Mandaguahy e Riachuelo. Estes dois núcleos se fundem por casamento e se separam nas sucessões.

O trabalho está dividido em 4 capítulos, sendo que o capítulo 1 tem como tema a contextualização do cenário da implantação da propriedade agrícola e seus primeiros proprietários desde as bandeiras à expansão da frente agrícola em direção ao oeste do atual Estado de São Paulo. O capítulo 2 discorre sobre a manutenção do modelo de produção agrícola, da dependência da escravidão em uma área de fronteira, da permanência dos mecanismos de dominação e coerção dos cativos, do aumento da necessidade de mão-de-obra com a chegada da ferrovia à região de Jahu. Os capítulos 3 e 4 descrevem a trajetória econômica dos proprietários que foram se adaptando às mudanças dos meios de produção, aos novos tipos de força de trabalho e às práticas capitalistas, ao mesmo tempo em que permaneciam traços do patriarcado. Também versam sobre os diversos tipos de contrato de trabalho ocorridos nas primeiras oito décadas de regime republicano, passando do regime de colonato ao proletariado rural.

Pesquisar a história de uma propriedade rural aberta em 1858, cuja posse continua na mesma família há mais de 150 anos, possibilita a análise da adoção dos valores burgueses por parte da classe dominante, do desenvolvimento das relações de trabalho entre a classe proprietária de terra e os diferentes regimes de trabalho ao longo de diversos períodos da história. A Fazenda Mandaguahy preservou documentos administrativos, trabalhistas, coleções de livros e revistas relacionadas à agricultura, fotografias de estúdio e do cotidiano dos proprietários, fotografias do modo de produção, de animais, diários, mapas, registros de propriedades, documentos de prestação de contas, inventários etc. O acervo documental possibilitou fazer a interface do processo de mudanças políticas, econômicas e sociais pelas quais passou o país com a permanência da posse da propriedade em questão.

A partir desta introdução para designar o município onde está localizada a propriedade em análise será utilizada a grafia anterior à reforma ortográfica de 1943 quando foi suprimida a letra “H” entre hiatos como é o caso da palavra “Jahu”. Após a reforma esta palavra deveria ser grafadas sem o “H” intermediário. No entanto, por decreto municipal de 1958 o nome da cidade oficialmente voltou a adotar a forma tradicional anterior à reforma, ou seja, Jahu. Portanto, toda vez que o nome do município ou região for citado será adotada a forma oficial de grafá-lo.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO–FAZENDA MANDAGUAHY

A Fazenda Mandaguahy é uma propriedade de cerca de 85 hectares e, aberta em 1858, no município de Jahu, região central do Estado de São Paulo. Por estar em uma área de expansão cafeeira durante o século XIX, a fazenda passou por vários ciclos econômicos e tipos de mão-de-obra.

Nos primeiros 30 anos, a fazenda usufruiu da mão-de-obra escrava, tendo seu proprietário continuado a comprar escravos até poucos meses antes da abolição. Com a abolição da escravidão e aumento da disponibilidade de mão-de-obra, graças à chegada de imigrantes europeus, a propriedade começou a contratar trabalhadores livres, provavelmente, em regime de colonato. A Mandaguahy chegou a possuir 45 casas de colonos na ocasião da morte de um de seus proprietários em 1904, Francisco de Paula Almeida Prado, o Major Prado.

Com relação às culturas implantadas na fazenda, passou de produtora diversificada de alimentos, açúcar, algodão, milho à produtora de café. Também teve produção de telhas e tijolos exercitando “uma certa auto-suficiência” (COSTA, 1998 p. 520) em relação à outras propriedades e zona urbana. A produção inicial de alimentos da fazenda, registrada nos inventários, não era muito grande. A produção de açúcar anotada no inventário de Antonia de Almeida Prado de 1862 era de seis arrobas e meia, cerca de 97,5 kg: se este montante fosse dividido em 12 meses para suprir um ano de consumo entre os 15 escravos e o casal proprietário da fazenda, equivaleria a um pouco mais de 8 quilos/mês para uso de todos os moradores ou a um consumo de 477 gramas/mês ou 5,724 kg/ano *per capita*. Este valor é três vezes menor do que consumo de açúcar por habitante do Brasil da década de 1930 e dez vezes menor do que o consumo de 2007 (BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Balanço nacional da cana-de-açúcar e agroenergia*. Brasília, DF, 2007). Isto sugere que produção inicial de alimentos era usada, pelo menos no caso do açúcar produzido na Mandaguahy, apenas para a subsistência de seus moradores.

A implantação das construções no terreno demonstra a hierarquização do comando local. Todas as edificações da fazenda se concentram em um vale. Num lado da encosta está localizada a casa sede, ao lado da senzala, para melhor vigilância dos cativos e toda a área de beneficio e estocagem do café. Do outro lado do vale estão os grupos de casas das colônias com maior distanciamento para a manutenção da privacidade dos proprietários como incorporação do

valor burguês, mas à vista da casa sede que permitia o controle social por parte dos proprietários (OLIVEIRA J., 2008, p.62).

Numa área de cerca de 22 hectares estão as pastagens, área de serviço (cocheiras, terreiros, tulha/casa das máquinas), sede, pomar, jardim, bosque e outras construções. O terreno possui relevo irregular que varia de formação de vales a planalto com baixa declividade. Cerca de 40% deste quinhão é destinado ao pomar, jardim doméstico e área de preservação permanente (APP), devido às minas de água ali existentes. O restante é destinado às pastagens.

A paisagem natural foi, em sua totalidade modificada, pelos diversos tipos de atividades agrícolas desenvolvidas ao longo dos 150 anos da fazenda. O ciclo econômico que mais modificou a paisagem natural foi o cafeeiro (1858 a 1960). Segundo o senhor Sebastian Buzone, argentino, filho de trabalhadores espanhóis moradores na fazenda, na década de 1910, uma última área de mata foi derrubada para o plantio do café no ano de 1917, restando somente as árvores do pomar localizadas atrás da sede.

Não havia mato, tampouco. Só pomar, havia um pequeno mato que o senhor Pacheco (administrador) mando cortar. Me lembro, que quando cortaram o mato o senhor Pacheco matou 2 capivaras e distribuiu a carne com a gente da fazenda. (BUZONE, 2002).



Figura 1 - Vista aérea da sede da faz. Mandaguahy. A área arborizada em torno da casa sede, lado superior esquerdo, é o pomar. Do lado superior direito está o bosque e do lado inferior esquerdo uma parte da mata ciliar, 2006. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Esta característica de ausência de espécies arbóreas foi mudada depois da década de 1960. Por iniciativa de Francisco Pio de Almeida Prado, terceira geração de proprietários, a mata ciliar aos poucos se regenerou e outra área, anteriormente destinada ao plantio de arroz, foi recoberta com vegetação pioneira. Na década de 1990 outras espécies foram plantadas para diversificar e acelerar a recuperação das áreas degradadas.

A Fazenda Mandaguahy conta com edificações construídas, na sua maioria, nas últimas décadas do século XIX. Casas de colono, casa do administrador, terreiros, casa das máquinas/tulha, área de serviços e sede formam um conjunto arquitetônico harmonioso. A antiga casa das máquinas/tulha foi a edificação que mais sofreu mudanças. Devido aos trinta e cinco anos que permaneceu inativa e fechada, os cupins infestaram o revestimento de madeira das tulhas, destruíram o pontilhão de onde o café era despejado e inutilizaram parte das máquinas usadas no benefício do café. A partir de 1997, foram feitas obras de adequação do espaço para recebimento de grupos de estudantes. Na parte da tulha que era dividida em seis caixas de estocagem do café, foram construídos uma cozinha de padrão semi-industrial e o refeitório; na parte da edificação destinada às máquinas, também foram construídos sanitários masculinos e femininos. Os pisos do salão da casa das máquinas e parte da tulha foram mantidos originais. Somente uma passagem foi aberta entre as duas partes da edificação e houve adequação da antiga escada de apenas um degrau de cerca de trinta centímetros, para uma nova escada de três degraus e uma pequena rampa de acesso.

Todo o material existente na fazenda relacionado ao cultivo do café foi posto em exibição, bem como painéis e quadros explicativos sobre o cultivo e mão-de-obra utilizados durante os anos de plantio do café.



Figura 2 - Tulha e Casa das Máquinas. Ficam permanentemente expostos no local quadros ilustrativos, máquina de descascar e objetos utilizados durante período cafeeiro. 2006. Fonte: autor

As outras edificações não sofreram nenhuma mudança física. Nestas construções foram dispostos materiais de interesse pedagógico. Na edificação, anexa à sede construída,

provavelmente, para moradia dos escravos, pelas características arquitetônicas e descrição no inventário de Francisco de Paula Almeida Prado (1904), a qual se refere a este espaço como quarto de camarada, foi montado um museu sobre a contribuição dos negros no Brasil. Nele há ferramentas de trabalho, uma gargalheira, instrumento usado para castigar escravos fugitivos, e painéis ilustrativos sobre o tráfico e trabalho dos africanos.



Figura 3 - Edificação anexa a sede que possivelmente foi utilizada como senzala num dia de trabalho com carroças e cavalos, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

A sede, cujo período de execução é impreciso, mas que por tradição oral, sabemos que foi iniciada na década de 1870 e provavelmente terminada no final da década de 1880 ou início da década 1890, ainda é habitada por descendentes dos primeiros proprietários. A divisão interna da casa se manteve praticamente inalterada desde a reforma para implantação de banheiro e água corrente nos quartos, bem como no aumento dos quartos e abolição da alcova, na década de 1910. A única mudança foi a construção de um segundo banheiro em 1973. A pintura parietal foi em parte reconstituída após prospecções feitas no hall de entrada, escritório, sala de visita e sala de jantar em 2007. Estes cômodos foram pintadas com as cores originais com exceção da sala de visita, cuja cor original era azul e não rosa. Posteriormente foram aplicados elementos decorativos

através do uso de moldes vazados com motivos de época. Somente no hall de entrada além das cores originais foram refeitos os desenhos da década de 1910. A fachada se manteve inalterada desde o início. Os moradores mesclam móveis antigos com outros objetos contemporâneos. No porão esquerdo da sede, há outro museu com a exibição de objetos que mostram a evolução econômica da propriedade e seus moradores.



Figura 4 – Vista da casa sede da Fazenda Mandaguahy. Ao lado da edificação onde possivelmente se localizava a senzala, 2008. Fonte: Autor

A paisagem rural segundo Pires (2001, p. 126) é uma mistura das paisagens campestre e cultivada. Quando há predominância de uma delas podemos classificá-la como rural campestre ou rural cultivada. Em ambos os casos, houve a modificação da paisagem natural pelo homem.

Na Fazenda Mandaguahy, há os dois tipos de paisagens propostos por Pires, mas na área onde hoje há atividades turísticas a predominância é da paisagem rural campestre.

A sede tem, em seu entorno, uma área de cerca de trinta e três mil metros quadrados sem divisões claras entre jardim e pomar. Esta área jardim-pomar era o espaço privativo da família

dos proprietários. Autores como Benincasa descrevem estas áreas como “prova do grau de ilustração, por assim dizer, do proprietário” (2003). Nelas havia uma verdadeira coleção de árvores frutíferas, ornamentais e flores, muitas delas exóticas. Na Fazenda Mandaguahy, além das inúmeras jabuticabeiras, há outras espécies dispostas em alamedas e patamares construídos de pedra de basalto. Estes patamares foram construídos provavelmente com a função de curvas de nível, uma vez que o terreno tem declividade acentuada.

Para receber os visitantes, este espaço foi reorganizado de modo que “ Em seus percursos pelos corredores de traslado, em suas visitas aos complexos turísticos, ..., o turista desloca-se percebendo muitas coisas diferentes, algumas delas totalmente desconhecidas, que chamam sua atenção.” (BOULLÓN, 2002 p.112). Pensando em expor o visitante ao maior número de espécies possíveis, antigas trilhas foram suavizadas e calçadas de pedra construídas. Como a fazenda está localizada em solo basáltico argiloso estruturado, que durante o período de chuvas se torna muito escorregadio, em área de maior aclive foram construídos a partir de 2001 degraus com pedra de basalto para evitar pequenos acidentes. Também foi construído um pequeno anfiteatro em forma de semicírculo com as pedras locais, debaixo de dois pés de jatobá, criando um espaço com capacidade para quarenta pessoas sentadas e que serve para explanações sobre meio ambiente. Como o local fica no alto do morro, foi instalado um balanço sustentado por um dos galhos do jatobá.

“ Como a grande maioria dos turistas provêm das cidades, sua interpretação da natureza se vê dificultada, porque o homem urbano, embora conheça as árvores, as plantas, as flores,...acostumou-se (no contexto do ambiente artificial da cidade) a vê-los como unidades separadas.” (BOULLÓN, 2002 p.126).

Para facilitar esta rerepresentação ao ambiente natural, o bosque da fazenda possui uma trilha em forma circular por onde o visitante tem a oportunidade de passar por várias nascentes de água, árvores e plantas, nativas e exóticas. Bem como por pequenos espelhos d’ água e queda d’ água, finalizando em uma alameda de bambus gigantes.



Figura 5 - Vista parcial do jardim mostrando o uso de rochas de basalto no calçamento nas escadas e trilha, 2009. Fonte: Autor



Figura 6 - Cafezal plantado em 2006. Ao fundo, à direita a antiga moradia do administrador e à esquerda, a tulha vermelha, atualmente, adaptadas para hospedar visitantes, 2008. Fonte: Autor

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE:

É de conhecimento comum, que primeiramente a capitania e posteriormente, a província de São Paulo não tinha grande notabilidade econômica durante o Brasil Colônia e Primeiro Império. São Paulo era destituído de riquezas minerais, embora durante o período de capitanias hereditárias, esta região tenha conseguido alguma prosperidade com uma cultura de exportação baseada na produção de açúcar.

A incipiente economia canavieira contribuiu para a relativa prosperidade da Capitania de São Vicente – uma das poucas que alcançavam viabilidade econômica ao lado de Pernambuco. Isso estimulou a fixação de diversos europeus no litoral Vicentino. (ZEQUINI, 2004 p.38)

O paulista relegado à falta de minerais preciosos como ouro e prata, foi buscar no sertão o metal e a mão-de-obra que lhe faltava.

Substituto para o mar, enquanto caminho, espaço para a liberdade, promessa de sustento, glória e recompensa...compensar, caçando índios, a impossibilidade de comprar escravos africanos... E mais tarde compensar, à custa de ricos veio de ouro ou de pedraria, as limitações de uma lavoura que não conseguia constituir em São Paulo fortunas que se aproximassem daqueles ricos senhores dos engenhos de Pernambuco e Bahia. (SILVA V., 2004 p.60)

Incursões ao interior conhecidas como bandeiras aumentaram o território da capitania, estendendo-o a regiões ao oeste, norte e sul do Brasil. Hoje as rotas destes aventureiros compreendem áreas dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conhecida como Paulistânia, região expandida a partir da cidade de São Paulo (SILVA V., 2004 p.55)

No entanto, esta cultura caipira não foi suficiente para que os paulistas conhecessem a riqueza nos moldes de outras regiões brasileiras.

As moradias e hábitos alimentares dos paulistas tinham grande influência dos povos nativos americanos. Era um povo que se movia o tempo todo. Transitava de uma área à outra com muita facilidade, munidos somente do essencial. “ A presença mameluca viabilizava ao movimento

bandeirista grande autonomia e independência em relação à administração colonial” (SILVA, 2004, 51)

São Paulo começou a experimentar um pequeno sabor de riqueza com o troperismo, comércio de animais e charque do Rio Grande do Sul vendidos na região de Minas Gerais por intermédio de paulistas e com segundo ciclo do açúcar tardio no século XVIII. Durante o governo de D. Luís Botelho de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, foram estabelecidos engenhos de açúcar paulistas como opção ao esgotamento das minas de ouro (CAMARGO, 2004 p.106). São os pequenos povoados do conhecido quadrilátero do açúcar, formado por Sorocaba, Itu, Campinas e Piracicaba que começam a colher os frutos da riqueza, gerada pela produção do açúcar para exportação. O dinheiro advindo do movimento das monções “contribuiu para o desenvolvimento da lavoura açucareira, pois o ouro obtido pelos monçoeiros ituanos foi investido na instalação dos engenhos e no transporte do açúcar até o porto de Santos” (CAMARGO, 2004 p.108).

No final do século XVIII, a pequena ilha de prosperidade começa a espalhar-se. Ituanos à procura de solos férteis expandem a lavoura de cana ao longo do Rio Tietê, iniciam as primeiras plantações de café fora do Vale do Paraíba.

O chamado Oeste Velho, compreendendo as regiões de Campinas e Itu, zona açucareira desde o século XVII, foi onde o café melhor se desenvolveu no interior do estado. O café plantado nesta região é difundido a partir de Campinas para o oeste de São Paulo.

A região chamada de Novo Oeste com sua grande mancha de terra roxa, tornou-se extensão do antigo quadrilátero do açúcar. Regiões que antes eram apenas passagem para as minas de Goiás e Mato Grosso começam a se desenvolver com a introdução da nova cultura e a construção da ferrovia.

A região central do estado onde está localizado o município de Jahu é um exemplo desta expansão e rápido desenvolvimento. A vila do Jahu fundada em 1853, durante os seus primeiros vinte anos de existência, tinha quase toda sua produção agrícola voltada para o consumidor local. Com a produção de açúcar, cachaça e fumo, transformou-se em área de economia exportadora baseada na cultura do café, graças à chegada da ferrovia em Rio Claro em 1876 e ao aumento do consumo da bebida na Europa e América do Norte.

O início do povoado ficava ao sudoeste da atual localização do centro da cidade de Jahu, em uma área chamada Potunduva, na margem sul do Rio Tietê. Há relatos que o governador da

capitania de São Paulo, em meados do século XVIII, Morgado de Mateus, mandou construir uma fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres no Rio Iguatemy, atual Estado de Mato Grosso, para tentar barrar eventuais ataques castelhanos pelo rio Tietê. A rota fluvial para o interior do país era conhecida tanto pelos espanhóis como pelos portugueses (SILVA V., 2004,p.77).

Uma viagem saindo de Porto Feliz até aquela área poderia demorar de quatro a seis meses (SILVA, 2004 p.81), e, por esta razão, foram espalhados pelas margens do rio postos ou colônias de abastecimento. Os colonos de Potunduva “viviam quase que exclusivamente do fluxo de embarcações que por ali atracavam no percurso em busca do ouro de Cuiabá, para descanso e compra de alimentos e víveres para prosseguir viagem” (CHAVES, 2006, p.12) Muito destes postos com o passar dos anos tornaram-se povoados. Outros depois do ataque e destruição do forte em 1777, simplesmente perderam sua função e desapareceram. Este foi o caso do posto de abastecimento de Potunduva na região do município jauense. Segundo Fernandes (1955 p.4), ainda no final do século XVIII, o viajante Lacerda e Almeida relata, em seu diário de navegação, a existência de um princípio de povoado que havia sido desertado. De acordo com Chaves (2006 p.12), por volta de 1816, os antigos moradores deste posto de abastecimento estavam de volta a Vila de Porto Feliz, deixando a região do atual município de Jahu praticamente deserta. Em 1820, o Capitão-Mór de Porto Feliz, Antonio de Silva Leite, relatou “ter cessado aquele incipiente povoamento ao se interromperem as expedições que iam e voltavam do Iguatemi, estancando a ‘venda e exportação de gêneros coloniais’ cuja produção se entregava os moradores, que se depararam naquela paragem infestada de selvagens’ (FERNANDES, 1955 p.4). O memorialista Sebastião Teixeira (1900, p.4) transcreveu outro trecho do relatório do Capitão Mor Antonio de Silva Leite no qual são citadas razões econômicas e falta de colonos para o insucesso de Potunduva, “... a província não pode sustentar gastos extraordinários, fosse possível perpetrar-se a fundação de uma nova colônia; quanto mais vantajoso então não seria a colonização da margem do Paraná fronteira com a Foz do Tietê...”. Por fim, ora por falta de colonos, isolamento da colônia e ora dificuldades econômicas os primeiros habitantes da região do atual município de Jahu, não prosperaram e tiveram que retornar à região de Itu de onde eram originários.

Silva (1998) confirma que “a posse da terra no Brasil colonial provinha em primeiro lugar das sesmarias concedidas ao longo dos três séculos de colonização. ... Estas terras ou eram exploradas diretamente por quem tinha recebido a sesmaria e era senhor de escravos, ou então eram aforadas, ou seja, quem as cultivava tinha que pagar foro.” (SILVA M.B., 1998 p. 95). A

região de Jahu parece estar fora deste âmbito de doações de sesmarias. Veremos a seguir que a posse da terra na área que viria a ser o município de Jahu foi abandonada no início do século XIX, quando perdeu sua função de paragem para as expedições que seguiam rumo a Goiás e Mato Grosso. Neste período ainda valia o sistema de doações de sesmarias que foi abolido nos primeiros anos do Império. A área do atual município de Jahu só foi ocupada novamente a partir da terceira década do mesmo século primeiramente por apropriação das terras da coroa e posteriormente através da venda de áreas fragmentadas das propriedades originais.

Os primeiros habitantes de Jahu foram paulistas da região de Itu ou do vale do Tietê. No entanto, o município recebeu, além dos paulistas da região do antigo quadrilátero do açúcar, algumas famílias mineiras em sua formação, “mas grande parte dessas famílias (mineiras) não conseguiu se projetar no espaço da classe dominante local a partir do momento em que começaram a ocorrer articulações políticas visando o controle do poder” (OLIVEIRA F.,1999 p.53). São as famílias paulistas que conseguem se organizar econômica e politicamente melhor.

Oliveira (1999) descreveu em “Fases da dominação da terra – Jaú -1890 – 1910” o processo de apropriação da terra no Brasil e em especial o caso do município jauense, cuja propriedade da terra se deu, segundo a autora, primeiramente por posseiros que em sua maioria não conseguiram efetivar a ocupação econômica da terra vendendo-a a grandes proprietários (OLIVEIRA F., 1999, p.5).

As terras do norte do município foram ocupadas por Antonio Dutra, procurado pela justiça de Araraquara. Francisco Mira se apossou da região sudoeste. Também naquela região se fixaram o tenente Manoel Joaquim Lopes e seu cunhado Xavier na área denominada Fazenda São João. O capitão José Ribeiro de Camargo se apossou de 4 mil alqueires localizados ao sudoeste do município de Jahu. Messias Lacerda e os irmãos Pinto apoderaram-se da área do município conhecida como Banharão. Estas terras são posteriormente vendidas a Manoel de Moraes Navarro para a instalação de um engenho para fabrico de açúcar (TEXEIRA, 1900). É da região do Banharão o registro mais antigo de uma plantação de café. O senhor Vicente da Costa Machado, tinha roças de café em 1846. (FERNANDES, 1955 p. 4 e 46).

Nas obras que descreveram o povoamento de da região de Jahu, não há menção a disputas entre os posseiros, com exceção de Antonio Dutra. Este, segundo Teixeira (1900), toda vez que perguntado sobre as divisas de suas terras dizia que “começavam em certo lugar, seguiam por tais espingões ou águas e terminavam na boca de sua espingarda!..”. Dutra, além de ser foragido da

justiça, após ter feito venda de sua propriedade em 1842 a um cidadão de Casa Branca, ter recebido metade do pagamento em dinheiro e outra parte em obrigações, o expulsou das terras, forçando o senhor a buscar refúgio no engenho de Bento Manoel de Moraes Navarro e posteriormente retornar a Casa Branca.

Em seguida, Antonio Dutra retomou a posse de suas terras e foi à Araraquara para trazer sua família para a região de Jahu. Ofereceu aos amigos uma festa de despedida, adormeceu por conta do estado de embriaguez, foi assassinado a golpes de machado pela sua mulher. A família vendeu as terras em dois grandes lotes a Francisco de Gomes Botão e Joaquim de Oliveira Matozinho (TEXEIRA, 1900 p.9 e 10).

A Lei de Terras, segundo Bacellar (1999 p.96 e 97), veio num amplo projeto visando tornar a terra em mercadoria; para que houvesse a substituição dessa, como garantia em operações de crédito e não mais escravos como era prática comum naqueles dias. Também estipulava que as terras devolutas só poderiam ser compradas após a regulamentação da lei em 1854, que obrigava a regularização da propriedade e seu registro num prazo de dois anos a partir deste ano. A Lei de Terras atendia também aos interesses dos fazendeiros de não permitir o acesso à propriedade rural por parte dos imigrantes, desviando os braços estrangeiros das grandes lavouras. De acordo com José Graziano Silva (1981 p.58) a Lei de Terras “sacramentou a noção de propriedade privada adequada ao capitalismo à medida que só permitiria o acesso à terra através dos mecanismos de compra e venda”. Ainda segundo o autor o acesso à terra por meio de compra evitava que o Brasil deixasse de ser uma “colônia de exploração” e se transformasse em “colônia de povoamento”. Costa (1977) foi além e comparou o modelo de acesso à terra proposto pela Lei de Terras (1850) brasileira e o Homestead Act (1862) norte-americano. Segundo a autora “ a adoção de uma política de terras, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, resultou da expansão econômica. As estratégias contraditórias adotadas refletiram diferenças nas tendências sociais e econômicas.” (COSTA, 1977 p.143). A maior diferença de conceito entre as duas leis que regularizaram o acesso a terra era o fato de lei norte americana privilegiar a pequena propriedade, permitir ao imigrante o acesso à terra enquanto a brasileira incentivava a formação de latifúndios e dificultava a posse da terra por imigrantes. Os desdobramentos destas diferenças foram o crescimento substancial de manufaturas, a expansão da malha ferroviária e do aumento da população nos Estados Unidos. Por outro lado a Lei de Terras brasileira restringiu a posse da terra em uma elite ruralista, manteve o latifúndio e o modelo produtivo de *plantation*, baseado na mão-de-obra escrava.

No Brasil, os cidadãos que tinham direito ao registro da posse da terra previsto pela Lei de Terras eram proprietários que pudessem comprovar a ocupação econômica de sua propriedade. Este mecanismo permitia que posseiros legalizassem suas terras. No caso de Jahu dos 94 proprietários 55 haviam registrado suas áreas entre os anos de 1854 e 1856 no Registro de Terras da Paróquia de Brotas, à qual a região estava vinculada. Oliveira (1999, p.08) comenta que esta diferença entre os que legalizavam as terras e os que não o faziam talvez fosse por conta da ignorância da lei ou por serem muitos deles analfabetos.

O fato é que as terras conseguidas por apossamento pelos primeiros habitantes da região de Jahu, foram fragmentadas diversas vezes, dando origem a uma característica local (OLIVEIRA F., 1999, p.13) de pequenas e médias propriedades. Ainda nesta mesma obra, Oliveira (1999, p.09) transcreve um trecho das impressões registradas pelo viajante francês Lalière do início do século XX, cujo relato, compara as regiões de Ribeirão Preto e Jahu, cidades contemporâneas e com a mesma base econômica.

Segundo Lalière, havia em Ribeirão Preto, a predominância de grandes latifúndios, enquanto em Jaú eram muito numerosas as propriedades de porte pequeno e médio. Dean (1977 p.31) comenta que a região de Rio Claro, ao contrário de Jaú predominou os latifúndios, da mesma forma que Ribeirão Preto, conseguidos através de doações de sesmarias pelo governo ou por compra, No entanto, os primitivos ocupantes, cujos títulos eram baseados na posse, puderam manter suas propriedades com base na agricultura de subsistência.



Figura 7- Detalhe da aquarela Vista da Vila de Itu , Debret , 1827 - Observe o caçador branco acompanhado de um escravo e cão de caça. Fonte: Setubal, M.A. Terra Paulista:São Paulo. Imprensa Oficial, 2004

Neste cenário dos anos 1850, é que chegou à região a família dos proprietários da fazenda em estudo. São oriundos de Itu, filhos de donos de engenho de açúcar e netos de políticos do período colonial.

Os Almeida Prado chegaram a Vila de Jahu, trazendo seus filhos e escravos depois da compra de uma gleba de terras

pertencentes ao pioneiro Gomes Botão.

Ao abrirem propriedades rurais na região trouxeram para suas fazendas o modo de vida dos habitantes do vale do Tietê. Vida simples, produção agrícola baseada na cultura de exportação e uso de mão-de-obra escrava caracterizado pela mudança do local do meio produtivo agrícola e pela permanência do modo de vida e de produção.

A família do Capitão-mor, João de Almeida Prado, que teve vinte e um filhos com duas esposas, teve problemas específicos relacionados ao número excessivo de herdeiros. A partilha de bens entre os herdeiros foi diferenciada.

Seu filho primogênito, Francisco, recebeu sozinho as terras dos dois engenhos paternos em Itu, enquanto todos os seus irmãos e meio-irmãos foram obrigados a migrar para outras vilas, onde adquiriram novas propriedades. Encontramos esses irmãos espalhados pelas mais diversas vilas tais como Indaiatuba, Limeira, Rio Claro, Jaú e Piracicaba, onde todos conseguiram se transformar em proprietários de considerável prestígio. (BACELLAR, 1997, p.172)

Em 21 de setembro de 1858, duas irmãs e quatro irmãos, filhos do Capitão-mor João de Almeida Prado, compraram uma gleba de seis mil alqueires ou cerca de quatorze mil hectares conhecida como Fazenda Pouso Alegre, pertencente a Gomes Botão na região de Jahu. (ESCRITURA, 1874). Na maior parte das descrições da chegada dos Almeida Prado em Jahu, há sempre a menção dos quatro irmãos e dois cunhados, restringindo as irmãs como apêndices de seus maridos. No entanto, ao analisarmos a documentação referente a este núcleo familiar, notamos que as mulheres negligenciadas na história oficial mantiveram, e muitas vezes impuseram, o uso de seus sobrenomes em seus descendentes. A partir desta explanação toda menção a parte da família Almeida Prado que veio para Jahu terá como eixo central os quatro irmãos e duas irmãs e seus descendentes.

De acordo com Flávia Oliveira (1999 p.10), a fazenda Pouso Alegre era a maior das propriedades registradas em Jaú entre os anos 1854 – 1856. Na época, a fazenda possuía uma área de 28.800 hectares que logo foi fragmentada. A autora cita ainda que a área comprada pelos irmãos Almeida Prado, se restringia a 7423 ha, divergindo do documento de registro de compra da propriedade de 1858 que constava 6000 alqueires ou cerca de 14 000 hectares registrado em Rio Claro.

As terras da antiga fazenda Pouso Alegre foram divididas em 11 partes sendo que Antonia, Francisco de Paula, Vicente, João e Lourenço ficaram com duas partes cada, já a irmã Leonor, apenas uma. Segundo descritivo da escritura de compra, (ESCRITURA, 1874 p.05) Lourenço pagou uma quantia de dez contos de réis a mais que os outros irmãos para ficar com as benfeitorias da Fazenda Pouso Alegre, casas de morada, paiol, senzala, casas de café, moinho, serra d'água, cafezais e pastos. (ESCRITURA, 1874 p.06). Não é conhecida a real razão de Leonor de Almeida Prado e seu marido terem uma parte menor da gleba. O fato é que Francisco de Assis Bueno era viúvo quando casou-se com Leonor e talvez por conta da partilha de bens com os herdeiros da primeira esposa talvez tenha ficado em situação econômica mais delicada, não possuindo a mesma quantia de dinheiro dos demais sócios. Outra possibilidade podia ser o fato de Francisco de Assis Bueno ser filiado ao Partido Liberal iniciando a carreira política assim que chegou a Jahu, provocando um mal estar entre a irmandade que era do Partido Conservador.

A fazenda em pauta, neste estudo, fazia parte da área destinada à Antonia de Almeida Prado, denominada de Fazenda Mandaguahy ou Boa Vista. Como era costume na época evocar um santo padroeiro e uni-lo ao nome de um acidente geográfico, a fazenda passou a ser registrada como Sant'Anna do Mandaguahy nos documentos posteriores devido à existência de uma queda d'água conhecida como Salto do Mandaguahy.



Figura 8 - Detalhe do mapa Sertão do Jahu na Freguesia de Nossa Senhora de Brotas em fins 1858 – Baseado no levantamento histórico de Henrique Pacheco de Almeida Prado, 1993. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu

Os documentos mais antigos usados para tentar reconstituir a implantação desta unidade agrícola, são inventários, alguns fazem parte do arquivo municipal de Jahu e outros do acervo da Fazenda Mandaguahy.

O primeiro inventário data de 1862, aberto na ocasião da morte de Antonia de Almeida Prado, a primeira proprietária da Fazenda Mandaguahy. O documento traz informações preciosas como arrolamento de bens móveis e imóveis, que permitem entender melhor o estilo de vida, a evolução econômica dos inventariados e a força de trabalho utilizada em áreas de expansão agrícola na segunda metade do século XIX.

Antonia de Almeida Prado nasceu em Itu em 1812 e faleceu em Jahu em 1862. Foi casada duas vezes. A primeira com Joaquim Ferraz de Almeida em 1829, com quem teve três filhas e um filho, João Ferraz de Almeida Prado. Observe que no sobrenome do filho prevaleceu o sobrenome de Antonia, Almeida Prado, e não o do marido, Ferraz de Almeida, como é de costume. O segundo casamento foi com Joaquim Pires de Campos, sem descendência (BROTTERO, 1938 p. 134).

Antonia e seu marido Joaquim Pires de Campos vieram para Jahu, provavelmente, no ano de 1858 ou início de 1859. A data para a vinda, é inferida da informação de haver cafezais produzindo em 1862. Normalmente, o pé de café demora de três a quatro anos para produzir; levando a crer que o cafezal foi plantado de três a quatro anos antes, 1858 ou 1859. Não é provável que este cafezal fizesse parte da área cultivada da fazenda Pouso Alegre original por conta da distância entre as áreas e o relato da formação da fazenda Riachuelo cujo início se deu com a queimada da mata em 1865. Mesmo assim a gleba da fazenda Riachuelo, vizinha da Mandaguahy, ficava ainda em linha reta a uma distância considerável da antiga sede da fazenda Pouso Alegre.

Por ocasião de seu falecimento em 1862, Antonia possuía cerca de 958 alqueires, divididos em três glebas. A maior gleba é a Fazenda Mandaguahy, com 499 alqueires. Nesta época, a fazenda já estava implantada, pois havia cafezal e outras roças avaliadas em 450.000\$ reis.

Neste documento não há descrição de edificações. As benfeitorias como casa de morada, paiol, senzalas são descritas somente no inventário de seu segundo marido, Joaquim Pires de Campos, em 1863, mas possivelmente seriam as mesmas, porque o período entre o falecimento de Antonia e de Joaquim não foi muito longo, apenas 15 meses.

O Casal Antonia e Joaquim possuía 15 escravos em 1862. Diferentemente da gleba destinada ao irmão Lourenço de Almeida Prado, onde havia benfeitorias, a gleba de Antonia e seu marido era possivelmente coberta por mata virgem, e é provável que parte destes escravos tenham desmatado a área destinada às primeiras plantações.

O inventário de Antonia enumerou os escravos de acordo com as idades e valor de venda. Os escravos na idade produtiva, entre quinze e trinta anos valiam cerca de 2:000\$ contos de réis cada, já velhos e crianças de 500 mil réis a 1 conto e duzentos mil réis a unidade, respectivamente. O cotidiano destes escravos devia ser dedicado basicamente às culturas de cana, café e milho.

Havia na fazenda uma pequena produção de seis arrobas e meia de açúcar registrada no inventário, bem como carros de milho e dezessete arrobas de café. A quantidade de açúcar elencada é pequena e provavelmente suficiente somente para o consumo dos moradores da propriedade, da mesma maneira que a quantidade de milho também devia ser o bastante para suprir as necessidades domésticas. No entanto, a quantidade de café, cerca de 255 quilos, podia ter alguma pequena quantia excedente que permitiria o comércio ou troca por outros produtos.

As ferramentas de trabalho usadas pelos escravos se resumiam a quatro machados, uma foice, seis enxadas, uma corrente para madeiras e bruaquinha, caixa de estrutura de madeira recoberta de couro, com ferramenta de ferrar. Este número de ferramentas era o suficiente somente para os cinco escravos com idade de ir para a roça.

No entanto, o documento de Antonia traz uma lista de utensílios ou trastes, como são chamados, que nos guiam pelo dia a dia do casal Antonia de Almeida Prado e Joaquim Pires de Campos e seus trabalhadores. Há lista de objetos usados na residência urbana e na propriedade rural. São na sua maioria objetos simples, sem valor econômico alto, mas de extrema utilidade para quem se propôs sair de uma região da província mais povoada para uma área de expansão agrícola.

Começando pelos trastes do sítio, temos os utensílios usados para cozinhar. Eram panelas, potes e fornos de ferro, caçarolas, chocolateira, bacia de arame (latão), potes de barro e tachos. Estes utensílios eram provavelmente usados pelas escravas e senhora para a preparação das refeições.

Louça de mesa, bules, canecas, moringas, vidros, garrafas, potes, colheres e bandejas, todos “muito usados” segundo o avaliador, completam as peças usadas no preparo e no servir das refeições. Nota-se que não havia facas ou garfos descritos neste inventário de 1862. Logo,

podemos concluir que os primeiros moradores da Mandaguahy mantiveram-se fiéis à simplicidade do modo de vida bandeirante.

Na casa dos pioneiros, os móveis também não eram muitos. Havia catres novos e velhos, redes, bancos, armário velho, caixa grande, cômoda envernizada, mesinha, banca de mesa, oratório com imagem, quatorze cadeiras entre boas e estragadas, dois canapés e duas canastras.

Segundo alguns relatos, o mobiliário simples era fabricado por escravos mais habilidosos com a madeira, mas sem grandes destrezas quanto a ornamentos e entalhes.

O relato do senhor Antonio de Pádua Correa, morador de Araraquara durante o século XIX, transcrito por Bierrenbach (1988) descreve como eram feitas as camas da época chamadas de catres, seus colchões e travesseiros.

O mobiliário geralmente era feito pelo escravo, o carapina (carpinteiro meio marceneiro):um ou dois catres (cama feita em casa) de madeira forte com tábuas como estrado, ou um retângulo da dimensões do catre e tecidos com tiras de couro de boi, cru. Em cima, o colchão cheio de capim. Os travesseiros eram compridos (um só que ia de um a outro lado da cama). (BIERRENBACH, 1998,p.177)

O hábito de dormir em redes da época das bandeiras conviveu com o uso do catre, colchões e travesseiros.

Havia redes em todos os lugares – a jeito e no canto da sala o estrado largo, de madeira, onde de dia as negrinhas faziam suas tarefas de costura e crochet..

(BIERRENBACH , 1998,p.178)

A ausência de construção especial para fim religioso, na casa de morada de Antonia de Almeida Prado, talvez tenha sido solucionada com o oratório, elencado no seu inventário. Os oratórios são pequenas caixas de madeira retangular cuja tampa se abre em duas folhas de maneira que permite a colocação de imagens em seu interior. Isto lhe dá a função de um altar em escala reduzida podendo ser posto em local de uso comum na morada ou no alpendre como descrito no depoimento abaixo.

Nas fazendas em que não havia uma capela, o que era comum no interior de São Paulo, o oratório com santo protetor da família e quase sempre o nome da fazenda era em homenagem ao santo. O oratório ficava no “alpendre” porque, acabada a tarefa do dia, às 6 horas da tarde, os escravos voltavam da roça acompanhados pelo feitor, em fila....paravam no terreiro...se ajoelhavam e acompanhavam a reza da família reunida junto ao oratório, no alpendre. (BIERRENBACH, 1998,p.178)

O texto do inventário lista duas canastras e uma caixa grande, de uso corrente naquelas épocas. O costume era guardar roupas em canastras e talvez o armário velho citado fosse utilizado como guarda-louças.

Até hábitos de higiene pessoal o inventário nos fornece com dois urinóis elencados. Evidentemente, em uma época quando não havia um cômodo na casa destinada a higiene pessoal, era corrente o uso de urinóis ou pinicos, bem como bacias e tinas para banho.

Os meios de transporte arrolados, vão desde carros (de boi) e carretões ao velho Bangüê, passando por uma canoa. É interessante notarmos que hábitos de transporte coloniais persistiam no interior do Império. O uso do Bangüê carregado por escravos era comum em áreas mais antigas que Jahu. E a canoa meio de transporte muito utilizado durante as bandeiras para se deslocarem pelo Rio Tietê da região de Itu para centro do estado. O transporte de cargas era feito por burros com suas cangalhas areadas com um par de bruacas e pelo carretão ferrado e carro de boi.

Naquela época, a condução para homens e mulheres era apenas o cavalo: para cargas era o cargueiro, no lombo dos burros ou o carro de bois. Mas as gentes muito importantes ou muito ricas usavam o bangüê, originário da Ásia. (BIERRENBACH, 1998, p.176)

Há ainda, o relato de Maria Paes de Barros, contando a viagem ao interior de São Paulo para visitar uma de suas propriedades descrevendo o quanto era precário e moroso este tipo de transporte.

Partiam primeiro os dois bangüês, por serem mais vagarosos. A um lado estava fixada uma lata estreita e comprida, pintada exteriormente de verde, com três repartições cheias de biscoitos variados e torradas de pão-de-ló. Num desses

bangüês ia por vezes a mamãe, quando criava algum pequenino, levando também os meninos que ainda não sabiam montar, ou por vezes uma das manas; no outro ia alguma preta com filhos pequenos. Acompanhavam os tocadores de bangüês, que seguiam a pé, desfilavam em passo vagaroso, nas suas montarias, numerosas pretas... (BARROS, 1998, 115-116)

No vestuário descrito no documento existe apenas um vestido de nobreza, chale e lenço de seda, provavelmente reservados a festas e cultos religiosos. Os outros vestidos eram de chita. Da mesma maneira que os móveis eram na maioria de produção caseira, as roupas de uso diário também o eram.

..., e as roupas eram também confeccionadas nos lares, exceto as de homens e mulheres, as de “ver Deus”; todas as roupas da família e escravos eram feitas a mão antes de se importarem máquinas saxônias... (BIERRENBACH, 1998, p.180)

A descrição do vestuário contendo um único vestido elaborado, pode ser um indicativo de que a mulher pioneira desempenha papel ativo na abertura e gerenciamento das propriedades agrícolas em áreas novas. Ou poderia ser simplesmente, segundo Franco (1974 p. 189), sinal da austeridade e simplicidade que marcaram o período da história de São Paulo anterior a chegada do café.

Em uma publicação oficial sobre a história do município de Jahu de 1998, produzido pela Secretaria de Cultura e Turismo, há um relato entre as “curiosidades de Jaú” sob o título de Fibra da mulher jauense. É a história de Thereza Leite Penteado Paes de Barros, esposa do Capitão Ribeiro, um dos pioneiros e fundador da vila do Jahu. Segundo o texto, D^a Thereza comandava a embarcação vinda de Porto Feliz pelo rio Tietê, na qual viajava com ela outras mulheres e todo o equipamento e utensílios necessários para se estabelecer na área de expansão, ao mesmo tempo em que os homens vinham por terra, abrindo picadas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU, 1998 P.09).

O fato de um grupo de mulheres viajar desacompanhada em embarcações precárias por um rio cujas margens eram cobertas de vegetação densa, povoada por tribos indígenas, ilustra a disposição das mulheres contemporâneas a Antonia de Almeida Prado de se lançarem às novas empreitadas. Numa sociedade patriarcal o papel da mulher transparece de forma secundária, ela

aparece sempre escondida na sombra dos pais, irmãos e maridos. Neste relato vemos que as mulheres pioneiras não eram as sombras dos maridos, mas sim companheiras destemidas e com papel importante no sucesso ou insucesso em zonas de expansão agrícola. Mesmo que as famílias já usufríssem de uma situação econômica e social confortável, muitas se arriscavam nas novas fronteiras. No caso de Antonia, ela já possuía uma situação estável em Piracicaba e mesmo assim resolveu acompanhar o segundo marido no sertão de São Paulo.

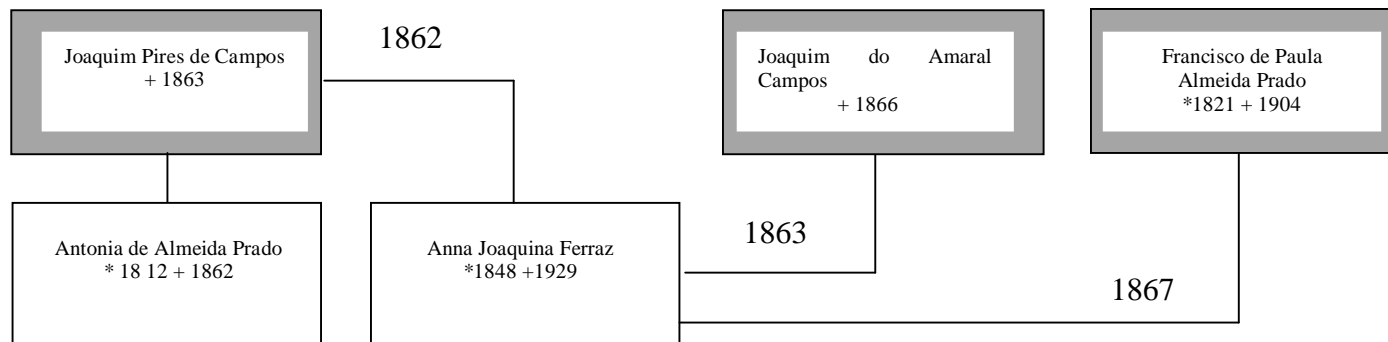
Antonia de Almeida Prado faleceu em Jaú em 1862, aos cinquenta anos de idade. Mesmo vindo para o sertão manteve sua casa em Piracicaba, deixando em aberto se ficaria em definitivo nesta nova zona de expansão ou assim que aumentasse seu capital, voltaria para regiões mais urbanizadas. O fato é que trouxe consigo os moldes tradicionais de organização das primeiras propriedades de café. “Repetia-se o quadro da ordem escravista: métodos de aproveitamento da terra, o sistema de transporte, o modo de utilização da mão-de-obra, as relações entre os componentes da sociedade...”(COSTA, 1998 p.521) . Franco (1974 p.107 -111) reforça o cenário de tradicional simplicidade relatando as impressões de estrangeiros que visitaram a província de São Paulo durante o século XIX que contrastavam com a opulência de algumas regiões do nordeste brasileiro. Segundo a autora a rusticidade e simplicidade do modo de vida, alimentação e vestimenta não permitiam distinguir proprietários de terras dos demais. Usando uma frase de Luccock, um viajante inglês, a escritora resume o ambiente de ausência de bens materiais. “Eram ricos apenas em terras, possuindo mui poucos escravos e estando a gente branca em pé de excessiva igualdade para que pudessem servir uns aos outros” (apud FRANCO 1974 p.109-110)

Percebemos que Antonia de Almeida Prado necessitou de mudanças de estilo de vida ao se instalar na região de Jahu. Saiu de uma área mais urbanizada onde manteve residência até sua morte para se embrenhar em uma parte do país onde a organização social e urbana era precária. Por outro lado, seu modo vida baseado na posse da terra e de cativos para a produção agrícola permaneceu na zona de expansão, transpondo os mecanismos de produção e coerção de regiões mais antigas. A mudança e permanência de alguns aspectos de hábitos diários, organização familiar, controle social e modos de produção permearam a vida desta mulher.

Nos dois inventários seguintes ao de Antonia de Almeida Prado, estão o de seu segundo marido, Joaquim Pires de Campos e o de Joaquim do Amaral Campos. O primeiro de Joaquim Pires de Campos datado dez de junho de 1863, apenas um ano e três meses depois do inventário de sua primeira mulher Antonia. E o segundo de 1867, data que Amaral Campos deixou viúva Anna

Joaquina Ferraz, segunda esposa de Joaquim Pires de Campos. Para uma melhor compreensão de quem eram os inventariados, iremos desenhar um diagrama baseado na linha masculina de proprietários da fazenda Mandaguahy. Num curto intervalo de tempo, de 1858 a 1867, a propriedade passou pelas mãos de três proprietários relacionados por casamentos endogâmicos, ou seja, matrimônios entre membros da mesma parentela. O processo sucessório e repetição de prenomes e às vezes sobrenomes dificultam o entendimento do leitor. Tomemos como base o senhor Joaquim Pires de Campos que em conjunto com sua esposa Antonia abriu a fazenda Mandaguahy em 1858. Após o falecimento de Antonia no início de 1862, seu viúvo casou-se com Anna Joaquina Ferraz. O breve matrimônio deixou Anna Joaquina viúva de Joaquim Pires de Campos em 1863. Anna Joaquina por sua vez casou-se com seu tio, Joaquim do Amaral Campos. Este a deixou viúva pela segunda vez em apenas 4 anos, em 1867. Neste mesmo ano, Anna Joaquina casou pela terceira vez com Francisco de Paula Almeida Prado, que era irmão de Antonia de Almeida Prado, primeira proprietária da fazenda em questão.

QUADRO 1: LINHA DE SUCESSORES DO SEXO MASCULINO DA FAZENDA MANDAGUAHY DURANTE O SÉCULO XIX



Fonte: BROTERO, 1938

Podemos observar que em período curto de tempo a propriedade passou por três proprietários todos relacionados por laços familiares. No caso de Joaquim Pires de Campos foram cinco anos entre a compra da propriedade em setembro de 1858 e seu falecimento em meados de 1863. O segundo proprietário, Joaquim do Amaral Campos, manteve a posse da Mandaguahy por mais três anos (1863 – 1866). E finalmente Francisco de Paula Almeida Prado que a manteve por 37 anos.

É necessário fazer uma observação sobre os documentos e casamentos consangüíneos. Como Bacellar escreveu em *Os Senhores da Terra* (1997), casamentos entre familiares eram bastante

comuns na época do Brasil colônia e império. As famílias pioneiras de Jaú continuaram seguindo padrão de casamentos endogâmicos.

As peculiaridades que caracterizaram o avanço da Frente Agrícola em direção ao Oeste deixaram suas marcas na constituição das redes familiares de consangüinidade. Ao optarem por desbravar e fundar suas novas lavouras em pleno sertão, já da década de 1840, na região onde hoje temos a cidade de Jaú, os irmãos Vicente, Francisco de Paula, Lourenço e João de Almeida Prado estavam na realidade restringindo o mercado nupcial que teriam à disposição para seus filhos. Instalados em área então raramente povoada e de difícil acesso, os quatro irmãos foram impelidos a unir seus filhos entre si ou com seus sobrinhos. Assim, cinco dos seis filhos de Vicente, dez dos quinze de Francisco de Paula, cinco dos dez de Lourenço e sete dos treze de João são casados entre si ou com seus sobrinhos. (BACELLAR,1997,p.92)

Esta questão é citada, pois estes enlacs matrimoniais entre parentela tão comuns neste estudo bem como repetição de nomes podem ser um pouco confusos. Para facilitar a compreensão desta teia familiar foi feito um diagrama (p.51) com os nomes relacionados diretamente com as duas propriedades envolvidas neste estudo.

Casamentos endogâmicos não eram uma característica peculiar apenas da família Almeida Prado, eles se repetem em outras regiões do Brasil. No texto *O casamento e a herança* (WOORTMANN, 1995) descreve vários tipos de acordos selados pelo matrimônio entre os camponeses de origem alemã no sul do país. Segundo a autora “ o casamento não é uma simples questão de escolha individual; a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo. Trata-se de um *affaire de famille*” (WOORTMANN, 1995, p.157) Entre os acordos descritos está a tentativa da manutenção da posse da terra, “ o casamento não envolve apenas a questão do sentimento/consentimento dos noivos. Estão em jogo, também, os bens envolvidos e as disponibilidades de cada família” (WOORTMANN, 1995, p.161). Também há por parte das famílias a preocupação da construção de um herdeiro. De acordo com a autora, entre os camponeses o herdeiro é “ em princípio, o último a nascer e a casar; porém, o sucessor não é o necessariamente o filho mais novo” (WOORTMANN, 1995, p.177). Outro aspecto abordado é a questão da viuvez de jovens. No caso de morte do marido ou esposa, ele ou ela poderão ser

substituídos por um irmão ou irmã do falecido(a) (WOORTMANN, 1995, p.164). Bacellar (1999) observa que na região de Ribeirão Preto algumas famílias conseguiram evitar o fracionamento de suas terras através de casamentos consanguíneos. Ele destaca o caso da família Junqueira,

“...Que, após adquirir enormes extensões de terras, logrou, através de repetidos casamentos consanguíneos e alianças matrimoniais bem definidas, com grupos restritos, trabalhar a fragmentação da terra no interior de um círculo familiar fechado, evitando ao máximo a dispersão e fragmentação excessiva que viessem a inviabilizar a propriedade da terra” (BACELLAR, 1999 p.102)

É interessante observar que o texto de Woortmann (1995) estudou comunidades gaúchas de imigrantes europeus cujos modelos de acordos matrimoniais são semelhantes aos adotados pela família Almeida Prado nos séculos XIX e princípio do XX em Jaú. No caso das mulheres em especial, o casamento poderia representar a permanência na propriedade, bem como a reconstrução de seu patrimônio. Analisando o caso de sucessão e fragmentações das terras da fazenda Mandaguahy, notamos os mecanismos de manutenção de patrimônio familiar através de casamentos entre membros da mesma parentela e preparação de sucessores similares ao descritos pela autora.

O inventário de Joaquim Pires de Campos pouco acrescenta à descrição de bens já mencionada, apenas nos apresenta a sua jovem viúva, Anna Joaquina Ferraz, de quatorze anos, e seu filho João Leite Ferraz de Campos de três meses. A novidade está na partilha da propriedade entre a viúva e o herdeiro, cabendo a cada um duzentos e quarenta nove alqueires de terra, mais um imóvel da freguesia a cada um. É neste documento que temos a avaliação das benfeitorias da Fazenda Mandaguahy. As casas, senzalas e mais benfeitorias foram vistas e avaliadas em um conto e setecentos mil réis.

A partilha entre a viúva e seu filho foi a primeira fragmentação da gleba da Fazenda Mandaguahy. Como foi citado cada um ficou com 249 alqueires de terra ou cerca de 597,60 ha., sendo que a parte onde estava toda as benfeitorias coube à viúva. O herdeiro só tomará posse de sua parte anos depois, iniciando uma série de operações de desmembramentos de sua fazenda chamada São João do Barreiro entre seus meio irmãos.

Anna Joaquina Ferraz, viúva de Joaquim Pires de Campos, casou-se com seu tio Joaquim do Amaral Campos provavelmente no ano de 1864 e ficou viúva pela segunda vez em 1866, e em 1867 foi aberto o inventário de Joaquim do Amaral Campos.

A Fazenda Mandaguahy continuou o fabrico do açúcar, passando das iniciais seis arrobas e meia arroladas no inventário de 1862 de Antonia de Almeida Prado para onze arrobas em 1867. Embora tenha sido quase que dobrada a produção de açúcar, vimos na introdução que ainda era muito pequena quando distribuída entre os proprietários e seus escravos. Há menção ao café e outras plantações, mas é a criação de porcos que ganhou destaque. De onze cabeças em 1862, passaram a cinquenta e sete em cinco anos. Segundo Oliveira o uso de suínos tinha dupla utilidade, serviam de alimento e abriam trilhas na mata, facilitando a penetração e posterior derrubada. “ A criação de porcos era uma atividade comum nas regiões em fase de abertura das terras...” (OLIVEIRA F., 1999 p.16)

De acordo com Marins, “...na alimentação a permanência do saber nativo foi gigantesca. A dieta paulista baseada em “mandioca e milho dividiram o pódio no dia-a-dia das famílias do litoral e do sertão”.(MARINS, 2004, p.97) Outras farinhas e carne suína complementavam o cardápio. Quanto às refeições, eram muitas e distribuídas ao longo do dia por pequenos intervalos entre os afazeres. Como o dia começava muito cedo, o almoço era servido às nove horas, ao meio dia uma merenda, às duas horas era servido o jantar, a refeição mais substancial e, às oito horas, o chá. (BARROS, 1998, p.111).

O aumento da população local e o gosto pela carne de porco, talvez tenham criado um nicho de mercado para escoar a produção de carne suína produzida na fazenda, explicando assim o aumento do plantel em mais de quatro vezes em cinco anos. O trecho a seguir descreve a maneira como esta carne suína era preparada e estocada.

Consumia-se pouca carne de vaca, aliás era muito boa, mas a habitual era a carne de porco, frita em pedaços, em lingüiças ou pernis. Esta carne era guardada dentro da banha derretida. (BIERRENBACH,1998,p.179)

No caso de Jahu, os porcos eram vendidos em pé ou a carne e toucinho suíno eram salgados pelos proprietários ou posseiros, o que lhes assegurava uma certa renda (OLIVEIRA F., 1999 p.16).

Com relação às construções, o inventário de Joaquim do Amaral Campos não acrescenta muito. São as mesmas casas, paiol e senzalas avaliadas por um conto e seiscentos réis. A casa de morada e outras benfeitorias parecem não terem se beneficiado da melhora econômica indicada, pelo aumento de suas criações ou do valor de seu cafezal, bem como pela descrição de objetos de metais preciosos (cabeçadas e rabicho, e um par de chinelas de prata, mais uma porção de ouro velho), pois foram avaliados em cem mil réis a menos que na avaliação de 1863.

Um fato é bastante relevante no inventário de Amaral Campos, a soma das dívidas feita por ele em um curto tempo da administração da propriedade agrícola. As causas do endividamento não são explicitadas no documento, entretanto podemos inferir que as dívidas podem ter sido fruto dos custos da formação das roças, aumento da produção de açúcar e montagem de olaria para o fabrico de telhas.

Dean (1977 p. 49 e 66) relata que a derrubada da mata absorvia os recursos dos fazendeiros. O trabalho de limpar o terreno, plantar e cuidar dos pés de café até a maturidade, podia ser feito por empreiteiros que possuíam turmas de escravos ou homens livres. Estes contratos eram feitos individualmente ou com parentes. Estes custos da formação da propriedade podem ter sido a causa de tantos empréstimos tomados por Joaquim do Amaral Campos.

A consequência deste endividamento é devastadora para a jovem viúva, que dos bens listados no inventário couberam a ela somente 2 escravos e as terras da Fazenda Mandaguahy. Os outros bens foram usados para pagamento das pendências.

Os inventários relacionados à Fazenda Mandaguahy no tempo do Império são estes três, Antonia de Almeida Prado (1862), Joaquim Pires de Campos (1863) e Joaquim do Amaral Campos (1867).

A descrição da implantação de fazendas feitas no oeste novo por Emilia Viotti da Costa coincide com a utilização dos objetos listados nos três inventários deste período de implantação da Fazenda Mandaguahy que ocorreu de 1858, ano da compra da gleba, ao ano de 1867, com último documento desta fase. No entanto, a propriedade se diferenciava da descrição abaixo com relação ao pequeno número de escravos de seu plantel.

As fazendas funcionavam como uma unidade produtora semi-autônoma. Produziam, além do açúcar, quase tudo o que era necessário ao consumo, desde alimentos e vestuário até o mobiliário e os materiais de construção. Para atender a todas as necessidades, era preciso manter em atividade incessante um grande

número de escravos que se ocupavam dos mais variados misteres. Dedicavam-se uns a produção de viveres, outros às lides da lavoura de cana e fabrico do açúcar. Havia ainda os empregados na construção e conservação dos caminhos e os encarregados que tinham por incumbência o acondicionamento e transporte dos produtos, sem falar num sem-número de tarefas menores. (COSTA, 1998 p. 520)

A inventariante dos dois últimos documentos (1863 e 1867), Anna Joaquina Ferraz, casou-se, pela terceira vez, com o então viúvo, Francisco de Paula Almeida Prado, dono da propriedade vizinha chamada Fazenda Riachuelo ainda em 1867, dando continuidade à implantação e modernização da propriedade Mandaguahy.

Viúvas e área de expansão agrícola não era uma combinação comum no Brasil Império. A sociedade da época não tinha lugar para mulheres desacompanhadas. Se ficavam viúvas, casavam-se novamente ou ficavam sócias de seus filhos mais velhos. De acordo com a lei de sucessão de patrimônio, originária das Ordenações Filipinas de 1603 e usada no Brasil dos oitocentos, a mulher era submissa ao jugo do pai ou do marido (MELO E MARQUES, 2001p.158).



Anna Joaquina Ferraz ficou viúva pela primeira vez aos 14 anos e a segunda vez aos 18 anos. Como era costume para as mulheres contemporâneas, contraiu um terceiro casamento no qual pudesse manter seu patrimônio e posição social, que segundo Mello e Marques, eram tão importantes para as mulheres do século XIX (MELO E MARQUES 2001 p. 167)

Figura 9- Francisco de Paula Almeida Prado, Anna Joaquina Ferraz e os três filhos mais velhos deste casamento, C. 1873.

Fonte: Edição Comemorativa do Centenário de Jahu, 1955

Francisco de Paula Almeida Prado, o Major Prado estava na situação descrita por Melo e Marques. Era viúvo recente, proprietário de terras, político influente no município, senhor de 40 escravos, pai de 08 filhos e contra parente de Anna Joaquina, viúva do segundo marido de sua irmã Antonia de Almeida Prado, primeira proprietária da Fazenda Mandaguahy.

Para compreender como Anna Joaquina continuava proprietária da Mandaguahy e conseguiu reerguer seu patrimônio através de um terceiro casamento, fizemos a análise do inventário de

Izabel de Almeida Prado (PRADO I., 1866) primeira mulher de Francisco de Paula Almeida Prado, documento datado em dois de maio de 1866.

Notamos que entre a morte e abertura dos inventários há sempre um período de dois a cinco meses, como nos casos estudados anteriormente e o presente documento. Mesmo assim, conseguimos, através dos bens arrolados, reconstituir alguns aspectos do cotidiano dos inventariados e seus beneficiados. Verificamos que no caso de Anna Joaquina, seu segundo marido a deixou em situação econômica complicada. Terras, filho menor, 02 escravos e quase nenhum capital. Nota-se, no entanto, que houve arranjos contratuais para seu terceiro casamento. O regime escolhido foi o de contrato de separação total de bens, sendo que o patrimônio constituído antes da união não entraria numa eventual partilha. Isto demonstra uma certa preocupação, tanto com a manutenção do patrimônio da viúva como dos herdeiros do primeiro casamento do Francisco de Paula A. Prado. A exceção era o patrimônio amealhado pelo casal enquanto durasse a união. (PRADO F., 1904 p.35)

O patrimônio de Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado, foi arrolado no inventário de sua primeira esposa, Izabel de Almeida Campos. O avaliador deste documento é bem mais detalhista que os anteriores, descrevendo objetos de uso pessoal e utensílios não existentes ou não mencionados nos outros. Na lista de bens móveis do casal Izabel e Francisco de Paula Almeida Prado, há relógio (de bolso) plaquet, corrente de ouro, cordão de ouro, pares de brincos, botões de peito, botões de punho e caixa de tabaco de prata. Para a higiene pessoal está elencado um lavatório. Não há distinção entre objetos de uso masculino e feminino, mas podemos inferir sem maiores problemas como conhecimento atual.

Os objetos de decoração para a casa também aparecem pela primeira vez neste documento. Relógio oito de parede, par de castiçais ingleses, salva de prata inglesa, colheres e garfos de prata, copos de prata, um aparelho de mesa de prata, aparelho de chá de prata e espelho de prata. Diferentemente dos inventários anteriores, nos quais há ausência absoluta de artigos de luxo, este demonstra que, além de trastes velhos, o casal Francisco de Paula e Izabel tentou trazer para o sertão algum refinamento de costumes de centros mais antigos; os quais Antonio de Pádua Correa distingue entre os de uso diário e de ocasiões extraordinárias. Nota-se, porém, que no inventário só estão presentes as peças mais finas, deixando o avaliador de mencionar os objetos de uso cotidiano.



Figura 10 Louça azul e branca com motivos orientais –willow. Origem provável inglesa, século XIX. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

A louça habitual era de pó de pedra, louça portuguesa, e a fina para os dias extraordinários era de porcelana da china, branca, brilhante, e com desenhos de quiosques chineses azul forte. O talher era de metal com cabo de madeira preta ou todo de ferro, e o fino era o faqueiro de prata. (BIERRENBACH,1998,p.180)

Pode-se também inferir hábitos de lazer e de escrita. No documento está listado jogo de gamão, jogo muito popular durante o século XIX e um dicionário de língua portuguesa Farias. Devia existir preocupação com escrita e manutenção de documentos, pois além do dicionário, há um armário para papéis, no qual era provavelmente guardada toda a documentação.

No entanto há poucas peças de mobiliário arroladas. São catres, tamboretos e mesa com gaveta. Esta falta de mobiliário deveu-se ao fato da casa do casal situada em Indaiatuba não ter sido ainda totalmente desmontada na ocasião do falecimento de Izabel. Na residência antiga, segundo o inventário, havia marquesa de palha, marquesas assoalhadas de pau, cômoda com gavetões, aparador, cadeiras de palhinha, cadeira de couro, espelho de parede e catres tecidos em couro. Comodidade não usufruída por Izabel na nova fazenda de Jaú.

Podemos visualizar, com uma certa precisão como devia ser a sala de receber ou sala de visitas da residência de Indaiatuba, com ajuda do relato de Côrrea, uma vez que no inventário de Izabel de Almeida Prado consta das mesmas peças descritas por ele.

Nas salas de visitas, uma sólida mobília ou meia mobília: uma marquesa ou sofá, duas cadeiras de braços, seis ou doze cadeiras simples com travessas do espaldar da mesma madeira e os assentos tecidos com junco (a marquesa não tem espaldar, o sofá tem).(BIERRENBACH,1998,p.177)

O casal possuía quarenta escravos na Fazenda Riachuelo, em maio de 1866. Como a inventariada e seu marido foram os últimos da irmandade a virem para Jahu, chegando à região somente em 1865, acreditamos que todos os esforços dos escravos após a construção das casas e mais benfeitoria, o plantio de oito alqueires de café, seria a derrubada da mata e plantio de novas culturas, especialmente o da cana de açúcar e algodão. No entanto, este número de escravos não

dava conta de derrubar a mata existente, no inventário de Izabel entre as dívidas ativas está elencado um adiantamento de \$100.000 réis para o serviço de derrubada da mata (PRADO F., 1904 p.90).

Costa (1998 p.189) relata que já no ano de 1866, havia participação de mão-de-obra livre na implantação de cultura do café na Província de São Paulo. Segundo a autora, os serviços de preparo e amanho da terra, plantação do cafezal e seu tratamento até quatro e seis anos de idade, era feito por pessoas especialmente contratadas para essa tarefa.

Inferimos da análise destes primeiros documentos anteriores à chegada da ferrovia e do aumento vertiginoso das plantações de café, que embora os moradores das fazendas Mandaguahy e Riachuelo fossem inclinados a enfrentar novos desafios ao desbravar áreas novas a procura de oportunidades que a cidade de Itu não lhes oferecia mais, nunca tiveram ímpetos de mudanças de hábitos ou meios econômicos. Trouxeram para uma região em formação todas as qualidades e defeitos do modelo econômico e relações sociais vigentes em Itu, permanecendo com a posse de grandes áreas de terra e o uso de mão-de-obra escrava.

Com já foi dito, o presente trabalho tem como eixo a linha masculina de sucessores nas três primeiras gerações de proprietários da Fazenda Mandaguahy. Porém, observamos a necessidade de trazer ao leitor um aparte sobre papel desempenhado pela mulher pioneira. Até o momento foram analisados quatro inventários, dois de mulheres e outros dois de homens. Pudemos notar que Antonia de Almeida Prado e Isabel de Almeida Prado possuíam residências urbanas em Piracicaba e em Indaiatuba respectivamente. Sugerindo certa estabilidade de vida. Os homens inventariados são segundos maridos, parte dos acertos sociais que forçava a mulher a ter um parceiro. O foco escolhido neste texto será nas mulheres como eixo central da formação do núcleo familiar.

Há, no imaginário coletivo, a idéia que a mulher proprietária de terras dos séculos XIX e início do XX levava uma vida fútil, destinada a pequenos afazeres domésticos e criação da prole. No entanto, segundo a historiadora Marina Maluf (1995), as mulheres não só acompanhavam os maridos nas novas empreitadas como eram peças ativas e essenciais no bom funcionamento delas.

Na realidade, mesmo estando sujeita primeiro ao poder do pai e depois ao do marido, a “submissão” da mulher proprietária não exclui sua capacidade de comando e sua participação ativa e constante. Todas as atividades por ela desempenhadas – num país onde a vida era bastante difícil em quase toda parte –

desmentem a indolência e ociosidade tão reiteradas e insistentemente a elas atribuídas. (MALUF, 1995 p.273)

Muitas mulheres, na falta de seus maridos, assumiam o papel central da administração rural, outras tantas os auxiliavam com os cuidados da casa e dos empregados. O bom gerenciamento doméstico era de grande importância, pois em tempos de pouca facilidade para a compra de alimentos e insumos, a má administração dos recursos poderia significar tempo de privação ou mesmo de insucesso da empreitada rural.

Além disso, segundo Levi “as mulheres exerceram uma influência importante sobre a vida da família...moldando as almas de seus filhos antes de educar lhes a inteligência” (1977 p.25).

Com o objetivo de constatar a importância e contribuição das figuras femininas da família Almeida Prado, pesquisamos nos autos dos inventários e referências bibliográficas a fim de revelar qual seria o papel delas na sociedade com seus maridos e como na falta deles elas agiam. Os conceitos de mudança e permanência permearam a vida das mulheres da família Almeida Prado que migraram para a região de Jahu. Ao acompanharem seus maridos nas novas empreitadas, mudaram de estilo de vida, se aventuraram por novas realidades e desempenharam novos papéis na administração dos bens do casal. Por outro lado ainda permaneciam peças complementares do marido aos olhos da lei e da sociedade. Há documentos nos quais seus nomes nem aparecem ficando resumidas a filhas ou viúvas de alguém. Retomando a questão do casamento, analisamos o uso do matrimônio para manter ou aumentar o patrimônio bem como preservar o *status* social.

A primeira geração de pioneiras foi criada sob o patriarcado, mesmo assim, parece que não se acanhou com o autoritarismo masculino. Se não tinham voz ativa ao escolherem os maridos, juntavam-se a eles e aceitavam os desafios de abrir novas frentes agrícolas. Se ficassem viúvas, associam-se aos novos maridos escolhidos por afinidade ou conveniência e prosseguiram na trilha por acúmulo ou perda de riqueza. Se optassem em manterem se sós, associavam-se a um dos filhos para prosseguirem atuantes em seus negócios.

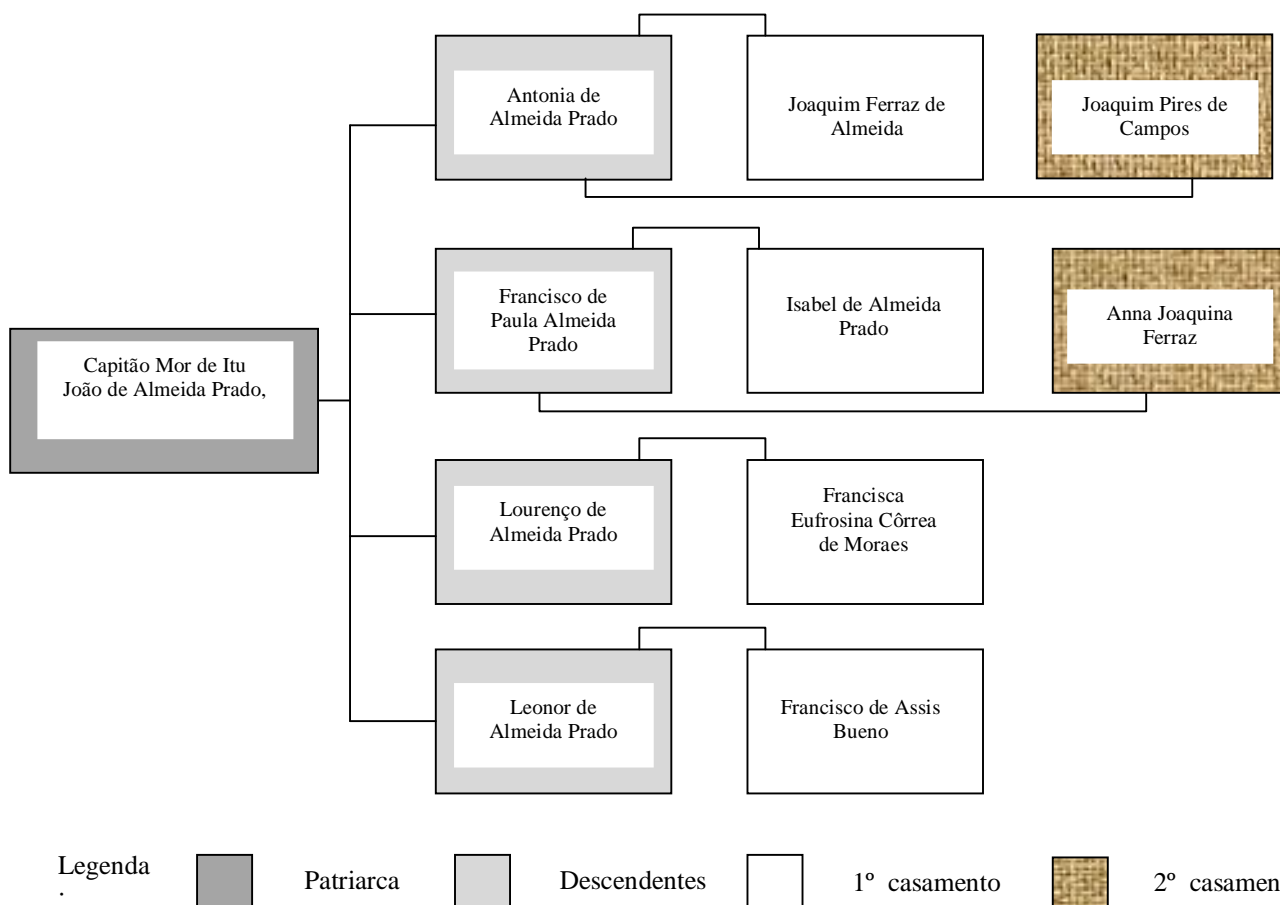
O presente trabalho tem como objetivo tratar os conceitos de mudança e permanência com relação à propriedade, costumes e relações de trabalho, tendo como foco a Fazenda Mandaguahy e seus proprietários, sabemos que esta propriedade pertencia a uma gleba maior que foi dividida em onze partes entre uma numerosa parentela.

Todos os seis irmãos e irmãs pioneiras eram casados. Neste estudo foram escolhidas as duas irmãs Almeida Prado e as três cunhadas que estavam envolvidas diretamente com a implantação de

propriedade agrícola e faziam parte do emaranhado de casamentos consanguíneos presente neste núcleo familiar.

As cinco mulheres são: Antonia de Almeida Prado (irmã – casada com Joaquim Pires de Campos), Leonor de Almeida Prado (irmã – casada com Francisco Assis Bueno), Francisca Eufrosina Corrêa de Moraes (cunhada – casada com Tenente Lourenço de Almeida Prado), Izabel de Almeida Campos (cunhada – casada com Francisco de Paula Almeida Prado) e Anna Joaquina Ferraz (cunhada – viúva duas vezes, casada com Francisco de Paula Almeida Prado). Embora tivessem diferenças de idade de mais de 30 anos, como é o caso de Antonia nascida em 1812 e Anna Joaquina em 1848, vivenciaram a abertura de novas frentes agrícolas no atual Estado de São Paulo em diferentes graus de maturidade, mas enfrentando as mesmas dificuldades.

QUADRO 2 - FILHOS DO CAPITÃO-MÓR DE ITU, JOÃO DE ALMEIDA PRADO QUE VIERAM PARA JAHU E SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES



Fonte: BROTERO, 1938

Em princípio, podíamos pensar que as mulheres de classes dominantes ou proprietárias de terras, não participassem da implantação e gerenciamento das fazendas. A seguir veremos que Antonia, Leonor, Izabel, Francisca Eufrosina e Anna Joaquina, todas senhoras de escravos, conforme os relatos do mesmo período, eram incumbidas das responsabilidades de alimentar, vestir e zelar pela saúde dos cativos, mão-de-obra indispensável, escassa e cara.

Izabel era quem tinha o maior número de escravos, 40 cativos que a acompanharam de Indaiatuba a Jaú. Antonia possuía 15 escravos vindos de Piracicaba. Francisca Eufrosina, dona de 35 cativos, Leonor, senhora de 33 escravos e Anna Joaquina é herdeira indireta das duas primeiras. As cinco mulheres, possivelmente, como as demais de sua época e posição social, deviam ter suas incumbências dentro da casa como fora dela. Ajudar na administração doméstica e se encarregarem dos cuidados dos filhos e serviçais.

Há muitos relatos, descrevendo como estas senhoras de escravos faziam os papéis de enfermeira, parteira, fiscais e costureiras não somente para os seus entes, mas também para aqueles cativos que as serviam.

A preceptora alemã, Ina Von Binzer que morou no Brasil de 1881 a 1883 anotou em suas cartas à amiga Grete suas impressões sobre estas senhoras.

“Está em toda parte, não perde as pretas de vista, assa ela mesma um excelente pão branco... Ela própria faz a manteiga, da maneira mais complicada, servindo-se de uma desnatadeira para bater o creme, costura incansavelmente na máquina Singer, confeccionando roupas brancas e vestidos para as crianças e até mesmo casacos grossos de inverno para os pretos da casa” (BINZER, 1994 p. 122)

A noção de fragilidade do sexo feminino, tão alardeada nos livros durante o romantismo do século XIX, com certeza não se aplicava à estas senhoras empreendedoras. Antonia de Almeida Prado e Leonor de Almeida Prado eram filhas do Capitão-Mór João de Almeida Prado, proprietário bem sucedido de engenhos de açúcar na cidade de Itu, a qual segundo Brotero (1938, p.16) propriedade denominada Pirahy, tornou-se “uma das maiores e mais opulentas dos Estados do Brazil” durante sua vida.

Izabel era filha de um Alferes, Lourenço Xavier de Almeida Campos, Francisca Eufrosina filha do Capitão Manoel Ferraz do Amaral e de Francisca Eufrosina Correa de Moraes e Anna Joaquina Ferraz era filha de João Leite Ferraz Galvão e Gertrudes do Amaral Campos.

Em suma, todas as cinco eram oriundas da região de Itu, área economicamente e socialmente organizada, e mesmo assim, resolveram investir numa aventura para ascenderem ou manterem se numa situação econômica privilegiada.

No caso de Izabel, o inventário feito na ocasião de sua morte em 1866, sugeriu que sua vida doméstica urbana estava toda organizada em Indaiatuba, com casa naquela localidade toda mobiliada e pertences como: jóias e utensílios de prata. Apesar da aparente estabilidade, se aventurou em terras novas, não tendo o tempo de vida necessário para que todos os seus pertences fossem trazidos, não usufruindo o conforto anterior que mantinha em Indaiatuba.

Antonia não só participou da compra em conjunto da gleba de 6.000 mil alqueires em Jaú com os irmãos Almeida Prado, como adquiriu outras áreas, fabricou telhas, açúcar, criou porcos, plantou café e milho. No seu inventário de 1862 o termo “muito usado” foi várias vezes empregado para qualificar seus pertences e, mesmo morando e investindo em Jahu, manteve sua casa em Piracicaba. Talvez Antonia, soubesse a vida dura que teria no sertão, não demonstrando maior preocupação em adquirir novas tralhas, mas sim novos empreendimentos.



Figura 11- Francisca e Tenente Lourenço de A. Prado, C. 1870. Fonte:Acervo Família Almeida Prado

Francisca Eufrosina Corrêa de Moraes, casada com Tenente Lourenço de Almeida Prado tinha entre seus bens listados no inventário de 1873, vários tipos de máquinas tais como: engenho de açúcar, engenho de serra, máquina de beneficiar café, máquina de prensar e enfadar algodão. Percebe-se que na sociedade da qual fazia parte, havia grande preocupação com ferramentas de trabalho e, não há menção a bens deixados em outras freguesias. Pode ser inferido que Francisca e o Tenente Lourenço romperam os laços com o local de origem, trazendo todos os seus bens para a nova região.

Leonor de Almeida Prado, casada com Francisco de Assis Bueno, após a morte de seu marido em 1870, tomou conta de sua parte da sociedade, apareceu várias vezes em registros do cartório de Jaú como compradora de novas propriedades em sociedade com os filhos. No inventário de seu marido, há vários registros de compra de escravos que pertenciam aos seus filhos menores por direito de herança, este fato demonstra a importância e dependência da mão-de-obra escrava nesta região e a tentativa da viúva controlar seus meios de produção.



Figura 12 - Anna Joaquina Ferraz, c.1867. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Já Anna Joaquina, apareceu com beneficiária de dois inventários durante o século XIX. O primeiro de Joaquim Pires de Campos em 1863 e o segundo de Joaquim do Amaral Campos em 1867. Como Anna Joaquina foi a inventariante, os objetos listados são basicamente pertences masculinos ou benfeitorias. Mesmo assim, nota-se que houve em seus casamentos um aumento substancial de seus bens. Como sócia de seus dois primeiros maridos, ela aumentou a produção de açúcar, o número de cabeças de porcos, a quantidade de ouro e prata e quantidade de implementos agrícolas e carroças.

No entanto, conforme já foi dito, seu segundo marido Joaquim do Amaral Campos, provavelmente na tentativa de equipar a propriedade, levantou uma dívida a qual não teve tempo de saldar, deixando a jovem viúva em situação econômica difícil, restando-lhe somente a terra e dois escravos. O aumento de bens se dará em maior escala com o terceiro casamento com Francisco de Paula Almeida Prado, o Major Prado. No cartório de notas e protestos de Jahu no livro nº10 p. 49 há um registro curioso sobre a contradição da posição da mulher na sociedade brasileira do século XIX, ou seja, casar, ter filho e cuidar de propriedades rurais na menor idade, mas não ter capacidade de conduzir sua vida financeira.

Anna Joaquina que se casou pela primeira vez com quatorze anos incompletos, ficou viúva aos quinze, e posteriormente pela segunda vez viúva ao dezessete anos, não recebeu integralmente a herança de seu segundo marido Joaquim de Amaral Campos, ficando sua mãe Gertrudes do Amaral Campos responsável por cerca de 1 conto e 309 mil réis, que somente foram devolvidos onze anos depois, não à Anna Joaquina, mas ao seu terceiro marido, Francisco de Paula Almeida Prado. Enfim, a mulher podia casar-se duas vezes antes mesmo de completar 18 anos, mas não

podia usufruir de forma integral de seu patrimônio. Podiam mudar para áreas de fronteiras agrícolas sem a menor infraestrutura, mas permaneciam sob a tutela de um patriarca.

Há um traço comum em três das cinco mulheres pioneiras, a viuvez. Antonia ficou viúva pela primeira vez em Itu de Joaquim Ferraz de Almeida . Depois que Antonia veio para Jahu com seu segundo marido Joaquim Pires de Campos, deixando-o viúvo em 1862. Leonor ficou viúva em Jahu de Francisco de Assis Bueno em 1870 e Anna Joaquina ficou viúva de Joaquim Pires de Campos em 1863, Joaquim do Amaral Campos em 1866 e de Francisco de Paula Almeida Prado em 1904.

No artigo intitulado *A partilha da riqueza na ordem patriarcal* sobre leis de partilha de bens e as mulheres do século XIX, as autoras Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina de Novaes Marques descrevem a dependência do sexo feminino de um marido para conduzir sua vida. Segundo as autoras a lei de sucessão de patrimônio usada no Brasil dos oitocentos, vinha das Ordenações Filipinas de 1603. De acordo com esta lei, a mulher era qualificada como *fragilitas sexus* e, portanto, deveria ser mantida submissa ao jugo do pai ou marido (MELO E MARQUES, 2001, p.158). No entanto, a exceção ficava por conta das mulheres que possuíssem bens o suficiente para imporem o respeito e fazerem valer a lei. No caso das três viúvas Antonia e Anna Joaquina optaram pela segurança de um marido, já Leonor continuou viúva e teve o amparo de seu filho nos negócios. Melo e Marques explicam a razão pela opção de vários casamentos.

... a tendência de que viúvas contraíssem um segundo casamento, de modo a garantir a reconstrução de redes de proteção baseadas no poder local. Na ausência de um novo casamento, também era comum que um filho ou genro viesse a habitar a propriedade e auxiliar no seu cultivo (MELO, 2001 p.167)

Aliás, Leonor de Almeida Prado, ao contrário da maior parte das viúvas que vêem sua riqueza esvaír pelo mau gerenciamento ou por aproveitadores de ocasião, prossegue à frente dos negócios da fazenda, adquirindo a parte da escravaria pertencente aos seus filhos menores e comprando vários imóveis e terrenos na cidade de Jaú em sociedade com seu filho, Francisco de Assis Bueno Filho.



Figura 13 – Sede da Fazenda Santo Antonio pertencente à Leonor de Almeida Prado e Francisco de Assis Bueno, 2004 - Fonte: Autor

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2

SENHORES E ESCRAVOS

A história oficial costuma muitas vezes minimizar ou simplesmente apagar a contribuição de subalternos no processo de colonização ou apossamento ocorrido em cidades do interior paulista. Vimos no capítulo 1 que os proprietários de terras na região de Jahu permaneceram atrelados ao modelo de propriedade agrícola e modo de produção baseado na mão-de-obra escrava existente em suas regiões de origem. Embora possivelmente houvesse trabalhadores livres nos primórdios da fundação da vila de Jahu, há poucos registros cujo teor do contrato de trabalho esteja explícito que o trabalhador fosse livre. Observamos que na implantação das fazendas Mandaguahy e Riachuelo houve a utilização de empreiteiros ou trabalhadores temporários para ajudar no plantio ou na derrubada da mata. Como já foi citado, no inventário de Antonia de Almeida Prado (1862) está explicitado o uso de um escravo de ganho para reforçar o trabalho de cativos, no auto de Isabel de Almeida Prado, observamos que havia sido pago um empreiteiro para a derrubada da mata. Estes episódios indicam a falta de mão-de-obra escrava suficiente para tocar as duas propriedades bem como pode ser um indicio da existência de prestadores de serviço que utilizavam o trabalhador livre. No entanto, ao observarmos melhor e compararmos o diminuto número de imigrantes moradores na região a quantidade de escravos no município, percebemos a importância da força de trabalho do negro nos primeiros 35 anos de existência de Jahu.

Seguindo por este viés da dependência da mão-de-obra escrava focaremos no número de negócios incluindo a compra e venda, a origem, o uso de menores, os mecanismos de coerção e o aumento da necessidade do escravo em função das novas plantações de café incentivadas pela aproximação da ferrovia. Não discorreremos julgando valores sobre a estrutura da escravidão, o objetivo será atestar o papel desempenhado pelos negros na formação de propriedades rurais e centro urbano do município de Jahu.

Retomando o foco principal deste estudo, cujo objetivo é analisar os modos de vida, de produção e relações de trabalho que permaneceram ou mudaram na propriedade rural e em seus moradores ao longo de seus 150 anos de existência, traçaremos um histórico de como a mão-de-obra escrava esteve presente no cotidiano das Fazendas Mandaguahy e Riachuelo. O método utilizado foi a consulta às fontes primárias dos arquivos do Cartório de Notas e Protestos e dos inventários do Arquivo Municipal de Jahu. Foram selecionados documentos que direta ou indiretamente se relacionassem às propriedades estudadas ou que fizessem parte da parentela dos

proprietários. Como algumas fontes primárias utilizadas neste capítulo são as mesmas do capítulo anterior, haverá algumas repetições de dados que são pertinentes às duas abordagens dos temas implantação e mão-obra-escrava.

A edição comemorativa em formato de livro dos jornais Correio da Capital e Correio de Garça de 341 páginas, publicada em razão das comemorações do primeiro centenário de fundação da cidade de Jahu, fez em toda sua extensão uma breve menção à colaboração dos negros nos primeiros anos de fundação da vila do Jahu de quatro parágrafos, ou seja, menos de um terço de uma única página. O texto apresenta a quantidade de escravos e como alguns senhores desbravadores utilizaram a mão-de-obra escrava na fundação da vila do Jahu para abrir picadas ou levantar a igreja (FERNANDES, 1955 p.14). No entanto, em estudo de fontes primárias, como inventários existentes no Arquivo Municipal de Jahu e livros de registros do arquivo do atual cartório de notas e protestos de Jahu, constatamos que o trabalhador escravo não só foi muito utilizado nos primórdios da fundação da vila, como contribuiu praticamente até o final da escravidão com as mudanças econômicas e urbanas ocorridas de 1853 a 1888. Segundo o historiador Alencastro (2000) a economia brasileira desde seus primórdios foi baseada na escravidão do africano.

“ A partir de 1550, todos os `ciclos´ econômicos brasileiros- o do açúcar, o do ouro e o do café – derivam do ciclo multissecular de trabalho escravo resultante da pilhagem do continente africano. O tráfico negreiro vai irrigar os desdobramentos regionais e setoriais da economia mineira, permitindo o desenvolvimento simultâneo das diferentes zonas produtivas...” (ALENCASTRO 2000, p.353).

Embora a fundação da vila de Jahu só tenha ocorrido depois da proibição do tráfico negreiro internacional em 1850, a cidade usufruiu a força de trabalho escrava, durante trinta e cinco anos, ou seja, desde sua fundação oficial em 1853 até a abolição em 1888.

Como já foi dito, as propriedades abordadas neste estudo são a Fazenda Mandaguahy, aberta por Antonia de Almeida Prado, e a Fazenda Riachuelo, aberta por seu irmão Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado. Também para efeito de comparação e ilustração são usados exemplos de outras propriedades, mas sempre do mesmo núcleo familiar. O período pesquisado no cartório teve o recorte que se inicia no ano de 1868, quando Jahu foi elevada a comarca, a 1888,

final da escravidão. E no caso dos inventários existentes no Arquivo Municipal de Jahu, o recorte abrange de 1862 a 1875, período em que foram lavrados os inventários. Na maior parte deste período também as duas propriedades estiveram anexadas sob o comando de Francisco de Paula Almeida Prado e seus herdeiros.

Na publicação comemorativa do centenário de Jahu (1955), há um relato sobre a vinda do Tenente Lourenço de Almeida Prado para a região acompanhado de sua família e de seus escravos. Segundo o texto, foram os escravos sob o comando de Lourenço de Almeida Prado que abriram a picada entre o Porto Ribeiro, localizado às margens do rio Tietê, e o bairro do Banharão. Neste relato ficou registrada a importância dos cativos no desbravamento de áreas novas.

O Tenente Lourenço de Almeida Prado é o primeiro membro da família a chegar ao Jahu....viaja Tietê abaixo em batelões que toma de aluguel. Com a família e os escravos aporta a fazenda do Capitão Ribeiro de Camargo...Com a sua bússola, traça este uma reta que ambos, com o trabalho dos africanos recém chegados, transformam, no decurso de um mês, na estrada do Banharão Novo. Encurtando assim a distância entre o Porto Ribeiro e a localidade em formação (Edição Comemorativa do primeiro centenário de Jahu, 1955 p.29)

O primeiro inventário de proprietários das fazendas Mandaguahy e Riachuelo foi o de Antonia de Almeida Prado casada com Joaquim Pires de Campos em 1862. Nele há quinze escravos enumerados de acordo com as idades e valor de venda. O trabalho destes escravos devia ser basicamente desempenhado nas culturas de cana, café e milho, pois o documento registra que havia na fazenda uma pequena produção de açúcar, de milho e de café. Observamos que já em 1862 havia produção de café na Fazenda Mandaguahy o que sugere a existência de plantações de no mínimo três anos. Isto indica que desde os primeiros anos após a fundação da vila de Jahu, a implantação da cultura cafeeira já estava em expansão contínua, mesmo que fosse em pequena escala. O primeiro registro desta lavoura que traria riqueza e progresso à região anos depois, foi primeiramente relatada em 1846.

Nas regiões de expansão agrícola era comum haver clareiras abertas por caboclos que as usavam para semear suas roças e depois as abandonavam. Estas aberturas na mata permitiam que houvesse produção agrícola logo no início da apropriação da terra; mesmo não havendo a

derrubada total da mata. Até mesmo o café podia ser plantado desta maneira. No entanto a primeira roça a ser cultivada assim que o terreno fosse limpo era o milho (DEAN, 1977 p.46)

O número de escravos existente na fazenda não devia ser suficiente para todo o serviço requerido na implantação da produção agrícola. No mesmo inventário há referência, como dívida passiva, a contratação de um escravo durante 5 meses, do senhor José Ferraz de Camargo por 15.000\$ réis o jornal (PRADO A., 1862 p.8).

Relação de 35 Escravos pertencentes a Tenente Lourenço de Almeida Prado em 1873.

Nº	Nome	Sexo	Idade	Estado
194	11 Duarte	Posto	40	União
195	12 Jacinto	Posto	40	"
196	13 Severino	Posto	40	"
197	14 Sebastião	Posto	45	"
198	15 Raphael	Posto	38	"
199	16 João	Posto	30	"
200	17 Severino	Posto	32	"
201	18 Amaro	Posto	30	União
202	19 Antônio	Posto	48	União
203	20 Francisco	Posto	17	"
204	21 João	Posto	37	"
205	22 Hilário	Posto	38	"
206	23 Feliciano	Posto	36	União
207	24 Severino	Posto	35	"
208	25 Catarina	Posto	37	"
209	26 Cláudia Rita	Posto	28	"
210	27 Cláudia José	Posto	16	União
211	28 Cláudia	Posto	12	União

Para Apresentados a respeito da fazenda em 1873. Pelo Tenente Lourenço de Almeida Prado em 14 de Junho de 1873.

O inventário de Francisca Eufrosina Corrêa de Moraes e de seu marido Tenente Lourenço de Almeida Prado traz no documento Herança do Finado Tenente Lourenço A. Prado de 1875 a descrição de despesa com pagamento ao feitor no valor de 40 mil réis, jornais de trabalhador a feitor no valor de 200 mil réis e pagamento de uma roça no valor de 80 mil réis. Outra relação da administração de bens e liquidação de dívidas cita como pagamento das despesas de custeio da Fazenda Pouso Alegre, jornais de gente e outras despesas ao custo de 2 contos 501 mil e 673 réis (PRADO L., 1873). Esta relação de pagamento sugere que mesmo possuindo 35 escravos, estes eram em número menor do que o necessário para tocar a fazenda.

Figura 14 - Detalhe da relação de escravos do Tenente Lourenço de Almeida Prado em 1873. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu

O mesmo caso de plantel insuficiente para tocar as plantações ocorreu com os órfãos João e Vicente Pacheco de Almeida Prado. Após o falecimento do progenitor, João Pacheco de Almeida Prado, coube às crianças, na partilha, 4 escravos para João, 2 para Vicente e metade do valor de 2 contos de um escravo para os dois. No entanto, 7 escravos não davam conta da colheita e secagem do café das plantações deixadas pelo seu pai. No inventário existe um documento de prestação de contas do tutor ao juiz de órfãos relatando que durante o período de 1878 a 1884 foi necessária a contratação de um grupo de escravos para fazer a colheita e trabalho de terreiro. Por coincidência os prestadores de serviço aos órfãos eram os escravos de seu tutor, o senhor Antonio José Lopes Rodrigues. O serviço foi justificado como “despesas com colheita e trabalho de terreiro feito por escravos do tutor, pela insuficiência da força dos órfãos” para colher e beneficiar 523. kg de café (PRADO J.,1871 p.17). O valor inicial do serviço começou com 100 mil réis em 1878, chegando a 500 mil réis em 1882 e depois teve uma ligeira queda para 400 mil réis em 1884. Também está computado o serviço de beneficiamento de 12.802kg de café nos anos de 1879 a 1882 feito na fazenda de Francisco de Paula Almeida Prado, tio avô dos órfãos, avaliado em 170 mil réis (PRADO J.,1871 p.22)

Órfãos

Despesas que fiz p ^a beneficiar	
5250 kilos de Café	139
Carreto para a Machina	20
Despesas q. fiz p ^a colheita e trabalho de Termino. p ^a mão	
Chegar os Negros	100
Despesas q. fiz p ^a beneficiar	
5240 kilos de Café	142

Figura 15 - Detalhe das despesas com o aluguel de escravos para colheita e benefício do café dos órfãos João e Vicente de Almeida Prado, 1871. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu

O número reduzido de escravos nas fazendas de café em zonas de expansão ocorreu também na região de Ribeirão Preto. Segundo Bacellar (1999) inventários abertos ao longo de 1870 a 1880, “apontam para a existência de pequenos plantéis de escravos, provavelmente insuficientes para tocar grandes cafezais...” (BACELLAR, 1999 p.141).

Embora no inventário de Antonia de Almeida Prado não haja indícios ou pendências com mão-de-obra livre ou em regime de colonato, mesmo sendo relatado que já havia colonos portugueses na região desde 1854 trazidos por Francisco Gomes Botão (FERNANDES, 1955 p.14), o uso de trabalhadores livres ou de escravos de ganho, nome dado a cativos de senhores empreiteiros que prestassem serviços a terceiros, era comum. Funcionava como reforço da força de trabalho escravo das fazendas. Dean (1977 p.35) descreve que ao mesmo tempo em que os fazendeiros abriam suas propriedades recebiam um “certo número de trabalhadores destituídos de terras.” Estes se agregavam à fazenda e eram chamados de camaradas. Eram contratados, para ajudar nas colheitas ou em tarefas de limpar o mato, construir estradas ou guiar carroças. Por outro lado Bacellar (1999 p. 141) relata que no processo de transição da mão-de-obra escrava para o trabalho feito pelo imigrante europeu, o trabalhador livre nacional que ajudou no desmatamento,

limpeza de terreno e no plantio das primeiras mudas de café foi preterido no cultivo do café. De acordo com o autor, os fazendeiros pensavam que o trabalhador nacional livre “não estava capacitado para a lida com o café” destinando as eles serviços mais pesados que fossem desinteressantes para o imigrante recém chegado (BACELLAR 1999 p.142).

Os inventários seguintes ao de Antonia de Almeida Prado indicam que a ocupação dos escravos podia ser dividida entre as plantações e criações de animais como: carneiros, bois para tracionar carros-de-boi, cavalos, mulas e burros para puxar implementos e carroças e principalmente porcos. Costa (1998 p.325) comenta que somente um terço dos escravos, às vezes metade, se dedica exclusivamente ao cultivo do café. Os outros cativos se ocupavam com a construção de galpões e abrigos, construções e reparos de cercas, manutenção de tropas, plantações de milho, feijão e mandioca, a criação de porcos e aves. Ainda, segundo a autora, havia os tropeiros, amansadores, lenhadores e carreiros, cesteiros, vaqueiros e hortelões.

Na relação de escravos pertencentes ao Tenente Lourenço de Almeida Prado a divisão do trabalho era feita entre 23 curumbins (rapaz ou moça de servir ou de trabalhos agrícolas) ,7 roceiros, 2 aradeiros, 1 alfaiate e 1 carpinteiro (PRADO L., 1873 p.68). Não existe nenhum escravo classificado como doméstico, sugerindo que toda força de trabalho era para a produção agrícola e edificações, talvez entre os escravos classificados com curumbins, alguns pudessem fazer tarefa doméstica, mas possivelmente a maior parte ficasse de fato para os familiares do tenente.

Os escravos ficaram presentes nas fazendas Mandaguahy e Riachuelo praticamente até a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888. Nos quatro inventários redigidos durante o regime monarquista, estão elencados cerca de 55 escravos, sendo que o último inventário desta época é de 1867. No inventário de Izabel de Almeida Prado de 1866, a primeira esposa de Major Prado estão arrolados 40 escravos pertencentes ao casal, os outros 15 escravos estão listados nos outros três inventários a seguir: de Antonia de Almeida Prado de 1862, de Joaquim Pires de Campos de 1863 e Joaquim do Amaral Campos, morto em 1866, mas inventariado somente em 1867. Neste número de 55 escravos totalizados nos quatro inventários, descontamos os nomes pré-existentes nos inventários de 1862 e 1863, por pertencerem aos herdeiros da Fazenda Mandaguahy. Com este cuidado em não repetir nomes previamente listados, pudemos verificar que num prazo de cinco anos entre a elaboração do primeiro ao terceiro documento e três herdeiros diferentes, o número de cativos pouco aumentou para os proprietários da Fazenda Mandaguahy. De fato se contabilizarmos

os escravos que os proprietários tiveram como direito de herança manter, tem-se um desfalque grande de mão-de-obra entre um inventário e outro.

O inventário de Antonia de Almeida Prado arrolou 15 escravos em 1862. Destes somente 7 são herdados por Joaquim Pires de Campos. Com a morte de Joaquim Pires de Campos em 1863, na transcrição do inventário em 1929, não foi citado quantos escravos teve por direito a viúva Anna Joaquina Ferraz, mas pode-se concluir que ela, sendo cabeça de casal e tendo somente um filho menor de apenas três meses, deve ter recebido os mesmos 7 escravos. No entanto, do segundo casamento de Anna Joaquina Ferraz com Joaquim Amaral Campos, só couberam à viúva, em 1867, dois escravos.

O cenário de escassez de mão-de-obra cativa só mudou com a junção das duas propriedades Riachuelo e Mandaguahy, através de casamento entre os viúvos Anna Joaquina Ferraz e Francisco de Paula de Almeida Prado. O viúvo Francisco de Paula Almeida Prado teve o direito de manter 20 de seus 40 escravos após a partilha feita entre os herdeiros de sua primeira mulher, Izabel de Almeida Prado em 1866.

Este número reduzido de escravos em Jahu, vinha de longa data. Em 1852 o delegado de polícia de Araraquara, enviou para o Governo da Província de São Paulo um relatório descrevendo os engenhos de açúcar da região de Brotas, da qual o futuro município jauense fazia parte. Segundo o relatório, “essas fábricas nada exportavam e toda sua pequena produção era para consumo local. Em alguns, os proprietários trabalhavam com dois e quatro escravos e a família, mas havia também os que empregavam de 12 a 20 escravos. ‘A falta de braços’ faz com que não prospere estas pequenas fábricas” (FERNANDES, 1955, p.42).

A falta de braços, relatada pelo delegado de Araraquara na região de Brotas em 1852, também é percebida em dois dos inventários analisados. Antonia de Almeida Prado precisou reforçar sua escravaria com a contratação de um escravo de ganho de propriedade de José Ferraz de Camargo ao qual pagava a quantia de 15.000\$ réis por jornal. Por ocasião de seu falecimento, sua dívida para com este senhor era de 75.000\$ reis pelo período de cinco meses de serviços (PRADO, 1862 p.7). Francisco de Paula Almeida Prado também fez uso de empreiteiros na abertura de sua propriedade. No inventário de sua esposa Izabel de Almeida Prado, está citado como dívida ativa

o valor de 100.000\$ réis pagos como adiantamento para a derrubada da mata em sua propriedade (PRADO I., 1866, p. 90)

Arlanch (1977) sugere que tenha havido relação direta entre ferrovia e o crescimento do plantio de pés de café em Jaú. Na década de 1870, houve um aumento substancial de área plantada com cafeeiros e percebemos que as transações para a compra de escravos também sofreram acréscimo. Os registros de compra e venda feitos no cartório de Jaú a partir da instituição da comarca em 1868 registraram um aumento contínuo nas negociações no início da década de 1870.

No livro número 01 que cobre o período de 11 de junho de 1868 a 07 de janeiro de 1870, foram registrados nove transações. Já no livro número 02 que registrava os negócios feitos entre 08 de janeiro de 1870 e 07 de maio de 1872 foram 22 negociações. No livro seguinte do período de 09 de maio de 1872 a 23 de março de 1874 há 27 registros. A partir daí o ritmo de registros diminuiu com uma média de 7.3 transações entre 21 de março de 1874 a 01 de janeiro de 1878 (livros 4,5, 6,7,8 e 10. não há livro 09). A partir desta data há um novo substancial aumento no período de 01 de maio de 1878 (livro 11) a 27 de julho de 1880 (livro 14) são 68 transações para compra de mão-de-obra escrava. Uma média mensal (período de 19 meses) de 7.5 transações contra 7.3 anuais do período anterior.

Coincidência ou não, a Ferrovia Santos-Jundiaí havia sido expandida para Campinas em 1872 e chegou a Rio Claro em 1876. Havia planos da São Paulo Railway de trazer seus trilhos para a região leste contemplando a região de Brotas e Jahu como continuação deste ramal. No entanto, a mudança política para um governo do Partido Liberal em 1878 dá a oportunidade ao futuro Conde do Pinhal e seu sogro, Visconde de Rio Claro, de conseguirem a aprovação de um traçado que cortava as terras do Visconde em Ajapi e Cuscuzeiro (Analândia) em direção a São Carlos (DEAN, 1977 p.54) . O primeiro trecho de expansão então é feito para aquela cidade e inaugurado em 1884. O trecho para Jaú foi feito com a concessão à Companhia de Estrada de Ferro Rio Claro chegando ao município somente em 1887. Outra coincidência é a inauguração das instalações da Companhia Fluvial Paulista no Porto Ribeiro em 1878 que servia várias cidades da região banhadas pelo Rio Tietê, transportando a produção de Ibitinga, Lençóis, São Manuel e Botucatu. (FERNANDES, 1955, p.20)

Numa tentativa de achar outros números relativos ao uso da mão-de-obra escrava nas duas propriedades, houve uma investigação nos livros de registros e escrituras do Cartório de Notas e Protestos de Jahu. Foram encontrados números isolados em escrituras de compra e venda registradas em cartório dos quais podemos inferir a possibilidade do número de escravos usados nas fazendas Mandaguahy e Riachuelo ao final da década de 1880, ter sido bem maior que os cinquenta e cinco inventariados na década de 1860.

Nas escrituras do Cartório de Notas e Protestos de Jaú nos livros 16 a 34 durante o período de vinte e cinco de fevereiro 1881 a quatro de julho de 1888, há um grande número de transações comerciais envolvendo escravos. Ora eram contratos de compra e venda, ora trocas de escravos, ora permutas de escravos por terra ou casas de morada. O total de transações comerciais chegou a 117 e cartas de alforria a 21 unidades. Observou-se que enquanto os contratos de compra e venda podiam envolver mais de um escravo, as cartas de liberdade só beneficiam um trabalhador cativo, com exceção de uma datada em dois de março de 1885 que beneficiava cinco escravos pertencentes a José Pacheco de Almeida Prado (Livro 22,1885, p.90)

O proprietário das Fazendas Mandaguahy e Riachuelo a partir de 1867, o Major Prado e seus filhos Lourenço Avelino de Almeida Prado, Cláudio Furquim de Almeida Prado, Francisco de Paula Almeida Prado filho, seu enteado João Leite Ferraz de Campos e seu genro Lourenço Ferraz de Almeida Prado, são citados várias vezes nos livros. Algumas vezes em escrituras de compra e venda, outras em adiantamento de herança. Notamos que nos documentos a maioria dos escravos comprados era destinados ao uso nas lavouras, o que indica a necessidade crescente da mão-de-obra para expansão das plantações de café que vinha desde década de 1870 com a aproximação de Jaú da Ferrovia Paulista.

Fizemos a análise comparando a construção da ferrovia em direção às novas zonas produtivas de café com o aumento das plantações que sugere a necessidade de uma maior força de trabalho na região jauense. O número exato de escravos na década de 1870 foi aferido por ocasião da promulgação da Lei do Ventre Livre. O artigo oitavo desta lei obrigava os proprietários de escravos a matriculá-los em órgãos oficiais sob pena de perdê-los caso não o fizessem.

Art. 8.º - O Governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes do Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida.

§ 1.º - O prazo em que deve começar e encerrar-se a matrícula será anunciado com a maior antecedência possível por meio de editais repetidos, nos quais será inserta a disposição do parágrafo seguinte.

§ 2.º - Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados não forem dados à matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos

(http://www.uol.com.br/linguaportuguesa/valeoescrito/ve_ventre.htm - acesso em 14/04/06 - 10:15)

Havia, segundo o recenseamento de 1872, cerca de 906 escravos na região de Jaú. Eram quatrocentos e dez mulheres e quatrocentos e noventa seis homens (FERNANDES, 1955 p.14) Neste número não estão computados as crianças nascidas após 1871, que segundo a Lei do Ventre Livre seriam libertadas ao completarem vinte um anos de idade. Fernandes (1955) também faz uma comparação com o aumento do número de escravos dezesseis anos depois. São 1.384 cativos, sendo 852 homens e 532 mulheres. Aqui também o autor não inclui as crianças, mas fornece o número de 509 infantes. Houve neste período, um crescimento de cerca de 45% no número de cativos usados no eito. Agora, somando as crianças aos adultos, há um crescimento ainda mais expressivo. É um aumento de mais de cem por cento na força de trabalho, embora a Lei do Ventre Livre já estivesse valendo desde 1871. O primeiro artigo permitia o uso de menores até completarem vinte e um anos para o trabalho, desde que não houvesse castigos excessivos.

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei...

§ 6.º - Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1.º se por sentença do juízo criminal reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos. (http://www2.uol.com.br/linguaportuguesa/valeoescrito/ve_ventre.htm - acesso em 14/04/06 - 10:15)

O Major Prado faz transações comerciais envolvendo menores de dois, nove e doze anos de idade num período curto entre outubro de 1886 a janeiro de 1887. O primeiro menor comprado era conhecido como Bernadino, doze anos, natural de São Luiz de Parahytinga no Vale do Paraíba, pelo valor de um conto e duzentos mil réis (Livro 28, 1886 p.05), um valor muito mais alto do que os seiscentos mil réis oferecidos pelo governo imperial como indenização aos senhores para manter a tutela da criança. Provavelmente devia ser uma criança bastante saudável e com possibilidades de fazer valer seu preço com sua produtividade futura. A outra menor de nove anos era chamada Benedita com aptidão para cozinheira (Livro 29, 1887, p.04). Esta escrava comprada por um conto de réis veio acompanhada de outro menor de dois anos, chamado Rhaul, ambos naturais de Jaú. Esta compra feita em doze de janeiro de 1887, um pouco mais de um ano antes da abolição, pode ser interpretado que embora já houvesse mão-de-obra européia livre, ainda que fosse em pequeno número no município de Jahu, o Major parecia acreditar numa possível renovação do plantel de cativos, empregando a quantia de cerca de um conto de reis na pequena escrava, enquanto que com a mesma quantia poderia comprar mais terra, que nesta época equivaleria cerca de 20 alqueires (48.4 hectares), na região do Pouso Alegre, onde o Major tinha suas propriedades, segundo registro no livro 28 verso da página 38, da venda de uma área de terra de sessenta alqueires vendida nesta mesma época.

Regina Bauer (1997) ao escrever sobre os valores dos escravos em relação a outros bens dá dois exemplos interessantes. O primeiro exemplo é da senhora Thereza Maria de Jesus, cujo inventário é de 1869. Nele, o valor dos vinte e cinco escravos arrolados equivale a 30% do valor total patrimônio da inventariada. O segundo exemplo é de Antonia de Almeida Prado cujos 15 escravos equivaliam a 50% dos seus bens (BAUER, 1997, p 29 e 30). Costa (1998 p.264) faz um quadro para mostrar o valor relativo do escravo em comparação ao valor das fazendas. Nas zonas mais antigas como o Vale do Paraíba o valor da escravaria ultrapassava o valor das propriedades, esta diferença diminuía no chamado oeste novo, onde está localizado Jahu. Neste caso o valor das fazendas era cerca de 58% maior do que dos cativos

Os filhos e enteados de Major Prado também compram vários menores. Francisco de Paula Almeida Prado Filho, comprou em duas ocasiões, uma menor de doze anos com filho, natural de Minas Gerais, por 600\$ mil réis (Livro 25, 1885, p.08). E um menor de quatorze anos por 1:200\$, um conto e duzentos mil réis (Livro 26, 1886, p.116 verso). Ela, sem aptidão definida, ele, lavrador. Seu genro Lourenço Ferraz de Almeida Prado comprou um menor de 15 anos, natural de Cachoeira, com aptidão de copeiro, por um conto de réis. O filho mais velho de Major Prado, Lourenço Avelino de Almeida Prado, também comprou uma menor de quatorze anos, natural de Jahu, com aptidão para doméstica (Livro 26, 1886 p.23 verso). Já seu enteado João Leite Ferraz de Campos, vendeu uma menor de oito anos, que recebera com herança de seu sogro, a seu cunhado João Lourenço de Almeida Prado pela quantia de um conto e cem mil réis (Livro 22, 1885, p.69)

Se as plantações de café cresceram de forma vigorosa nos primeiros anos da década de 1870, chegando a dobrar ano a ano, o número de pés de café com a perspectiva da chegada da ferrovia (OLIVEIRA F., 1999, p.25), a disponibilidade de escravos não evoluiu da mesma forma. Na década de 1880, houve uma escassez grande de escravos para a venda na região de Jahu. Houve épocas em que os registros inexistem. Como há ocasiões, quando a oferta de mercadores de escravos chegavam com grupos de negros da região do Vale do Paraíba e os negócios são reiniciados. Os anos de 1882 e 83 foram marcados pela escassez de transações de compra de mão-de-obra escrava. Somente a partir de julho de 1884 e dezembro de 1885 o mercado reage passando das anteriores 4 transações para 11 transações respectivamente. Na verdade as onze transações daquele ano estavam acima das médias de anos anteriores com exceção de 1881. No entanto, muito abaixo das cinquenta e quatro do ano seguinte 1886. A retomada dos negócios envolvendo escravos coincide com a chegada da ferrovia Paulista a Brotas, quarenta quilômetros de Jahu, que facilitou ainda mais o transporte da crescente produção de café jauense para centros de comercialização.

O interesse no aumento do plantel de escravos era grande, a ponto dos proprietários rurais fazerem procurações autorizando comerciantes a comprar e pagar todos os impostos devidos para a obtenção deste tipo de trabalhador. Nos livros 23 e 24 do Cartório de Notas encontramos os nomes de Francisco de Paula Almeida Prado filho (Livro 24, 1885 p.58), Antonio de Pádua Almeida Prado (Livro 24, 1885, p.113) e Luciano Pacheco de Almeida Prado (Livro 23, 1885, p.44), todos

da mesma parentela e agricultores a procura de mais trabalhadores cativos para expansão de suas plantações. Não há informação de como era anunciado a chegada de mercadores de escravos em Jahu e tão pouco tivemos acesso a exemplares de jornais regionais que pudessem exemplificar a forma de divulgação de venda ou compra e anúncios descrevendo escravos fugidos. Freyre (2010) descreveu os anúncios de venda publicados no Diário de Pernambuco observando que os anunciantes usavam sempre adjetivos positivos para qualificar o escravo à venda mesmo que isso não correspondesse a verdade. O contrário ocorria no caso de fugitivos de modo a desestimular que alguém desse abrigo a foragidos da senzala. “ Os anúncios de venda de escravos quase sempre gritam: ‘vende-se o escravo tal, bonita figura, sem vícios ou achaque algum’. Mas pelos anúncios de escravos fugidos ficamos sabendo que eles não eram assim tão sãos...” (FREYRE, 2010, p.119)

No ano de 1886 nos meses de março a julho foi o período mais profícuo para a comercialização de escravos na Vila de Jahu. Neste período curto de apenas cinco meses houve mais negociações de escravos do que nos anos anteriores inteiros. Somente no período de cinco de março a dezessete de julho o número de escrituras de compra e venda chegaram a trinta e uma transações, número muito superior às médias anuais que variou de quinze em 1881 a quatro nos anos 1882 e 1883. Aliás, o ano de 1886 terminou com cinquenta e quatro registros de compra e venda, o maior da década de 1880. Este número reflete a chegada da ferrovia na região, Brotas 1885 e Dois Córregos em 1886 e a preocupação em expandir as plantações de café.

Outra observação, os escravos eram originalmente de regiões onde a mineração e agricultura estavam em decadência. As províncias nordestinas como Bahia , Ceará e Sergipe enviavam o excesso de contingente para São Paulo, bem como o faz Minas Gerais. As cidades dentro da província de São Paulo mais citadas são: São Luiz do Parahytinga, Cunha, Cachoeira e Guaratinguetá, situadas no vale do Paraíba. Nesta região paulista, houve exaustão precoce do solo e pouco uso de maquinários modernos. O café no Vale do Paraíba era plantado nos morros como elemento de controle do trabalho escravo sem o uso de curvas de nível. A falta de elementos que atenuassem as enxurradas resultava no aumento da degradação do solo por erosões.

Os livros também registram várias trocas de escravas solteiras sem filhos por escravas com filhos. Há também a venda de escravos menores que legalmente seriam beneficiados pela liberdade com lei do Ventre Livre promulgada em 1871. No entanto a lei que os libertava quando

adultos de vinte e um anos os mantinha cativos em poder de suas mães e senhores, com exceção daqueles senhores que preferiam entregar os menores para o governo e receber uma indenização de 600.000\$ réis por criança.

A necessidade da mão-de-obra escrava estava tão arraigada que nos livros 27 e 28, o Major Francisco de Paula Almeida Prado faz uma doação como avanço de legítima, ou seja, herança a seus filhos. Primeiro beneficiado é Francisco de Paula Almeida Prado filho, que recebe um escravo de nome Lourenço de vinte e seis anos, com aptidão para lavoura no valor de novecentos mil réis (livro 27, 1886, p.76). E em seguida, sua filha Olympia e seu genro Lourenço Ferraz de Almeida Prado recebem um rapaz de quatorze anos, natural do Ceará, chamado Victor e uma moça de dezessete, chamada Francisca, natural de Jahu. Os dois valiam dois contos de réis e tinham aptidão para a lavoura (livro 28, 1886 p.55).

Doar escravos para os filhos terem capital humano para iniciar algum negócio já tinha precedente na família Almeida Prado. Brotero (1938), em seu estudo genealógico da família Almeida Prado, transcreve a carta de emancipação do Capitão- Mor de Itu, João de Almeida Prado escrita por seu pai, o Ouvidor Lourenço de Almeida Prado, em 1792. Nesta carta ele doa cinco escravos e uma área de terra a ser desbravada para livre comercialização e administração de seu filho João de Almeida Prado (BROTERO, 1938, p.15) O Capitão-Mor de Itu, João de Almeida Prado era o pai de Francisco de Paula Almeida Prado, o Major Prado.

O autor Oswaldo Truzzi, confirma esta dependência do escravo em áreas em desenvolvimento devido às plantações de café “...,durante mais de 30 anos, os fazendeiros da região continuariam utilizando o trabalho escravo, pois na verdade este representava a garantia de existência do latifúndio, que se esfacelaria sob ausência dos braços que mantivessem sua produção” (TRUZZI, 2000, p.41)

Observamos também que as transações comerciais e libertação de escravos cessaram a partir do segundo semestre de 1887, quando a Princesa Isabel exerce o terceiro e último período de regência do Império. A exceção ficou em uma única escritura de compra e venda de um escravo registrada no livro 32, no qual Joaquim Ferraz de Almeida Prado compra uma escrava de 22 anos por apenas 274\$ mil réis, valor médio muito abaixo do mercado em ano anterior que era de cerca de um conto e 500\$ mil réis. Com certeza esta desvalorização era o prenúncio da abolição da escravatura que estava para vir.

No texto de Fernandes (1955, p.14), sobre escravos em Jahu, consta a informação de que até o dia 20 de março de 1888, foram alforriados 802 escravos, mais da metade dos cativos. Porém nos livros de registros do cartório de notas e protestos, o número de cartas de liberdade encontrado foi infinitamente menor. Somente 22 escravos foram libertados durante os anos de 1868 a 1888. Talvez esta discrepância de números tenha como causa outras formas oficiais de registrar cartas de liberdade como nos livros da Igreja Católica, os quais não tivemos acesso.

Outro fator determinante na dependência dos escravos nesta região deve ter sido o pequeno número de imigrantes europeus moradores nesta região até a abolição da escravidão. A pesquisadora Flávia Arlanch em sua dissertação de mestrado enumera somente 92 imigrantes italianos, 12 espanhóis e seis portugueses até o final do ano de 1887; somente no ano seguinte é que chegam 133 italianos e mais quatro de outras nacionalidades para suprir a demanda de trabalhadores exigida nas plantações de café (ARLANCH, 1977 p.46)

Costa (1998 p.298) esclarece que o braço escravo até meados de década de 1880, era predominante nas lavouras de café. Mesmo nas zonas do chamado oeste paulista cujo desenvolvimento ocorreu depois de 1850. Segundo a autora, a população escrava equivalia a 10,5% da população total nessas regiões.

A manutenção da ordem da população escrava exigia o controle de mobilidade do cativo pelo espaço urbano, penalidades para quem acobertasse fugitivos, leis que proibissem o escravo de adquirir objetos que pudessem ser comercializados ou usados como armas e castigos corporais como corretivos de disciplina. Para Boris Kossoy e Maria Lúcia Tucci Carneiro (2002), a punição dos cativos era uma forma de enfatizar as relações senhor/escravo como matriz estruturadora da sociedade e da economia. (2002 p. 151). Já Eduardo Silva (1984) escreveu que “o perigo de fugas e rebeliões – vulcão sobre o qual se assentava a sociedade escravista – tornava necessária a existência de mecanismos de manutenção da “ordem”: o tratamento através da violência ou através do paternalismo dentro do marco da fazenda escravista.” (SILVA E.1984, p. 155). Costa (1998) complementa com “o castigo físico impunha-se, na opinião do tempo, como única medida coercitiva eficaz. Generalizara-se a convicção de que muitos escravos não trabalhavam se não fossem devidamente espancados” (COSTA, 1998, p.337). As marcas produzidas pela violência contra os cativos serviam para identificá-los em casos de fuga. Freyre (2010) ao analisar anúncios de jornal publicados para oferecer escravos ou para tentar recuperar escravos fugitivos observou que “de muitos dos negros fugidos, o anunciante dá como traço identificador a marca da surra, a

ferida ou cicatriz de ‘anjinho’ de tronco, de corrente no pescoço, de ferro nos pés.”(FREYRE, 2010, p.114)

Como a região de Jahu foi povoada por pessoas vindas de Itu e de algumas regiões de Minas Gerais houve aqui uma continuação da relação senhor/escravo existente em núcleos urbanos mais antigos. Objetos de punição como algema, cadeado, corrente e colar estão arrolados no inventário de Antonia de Almeida Prado. Isto demonstra que apesar dos escravos serem escassos e caros nesta área, os instrumentos de domínio e punição continuaram os mesmos de outras regiões antigas.

Regina Bauer (1997), na sua monografia sobre a escravidão em Jahu nas décadas de 1860 a 1888, primeiramente lista alguns artigos do código de posturas de 1871 cujas preocupações vão desde a vestimenta dos escravos, cantorias, jogatina, a proibição de levarem metais preciosos, açúcar e café sem autorização por escrito do senhor ou administrador, multas a quem acobertasse escravos fugidos até mecanismos para evitar aglomerações de cativos. O código de posturas tinha com objetivo evitar qualquer situação que pudesse subverter as relações sociais estabelecidas no regime escravagista. Bauer (1997) também enumera vários casos de punição e ou crimes cometidos por cativos. Num dos casos o escravo após ter assassinado uma família inteira é levado para a delegacia, de onde é retirado pela população enfurecida e finalmente linchado. Há outro caso, do escravo que teria assassinado o genro de sua senhora, mas que durante as investigações foi provado que era inocente. Houve ainda um caso de tentativa de assassinato de um escravo por outro cativo por conta de ciúmes. O acusado foi absolvido.

Maria Paes Barros (1998) narra em suas memórias sua visão pessoal dos castigos dados aos escravos. Notamos que os mecanismos de castigo corporal eram temidos pelos cativos, que segundo Barros, recorriam à fuga como meio de evitar tais penalidades.

...não faltavam também os ociosos, briguentos e ladrões, os quais, severamente punidos, tomados de medo ao tronco e ao chicote, recorriam à fuga. Embrenhavam-se pelo mato....Eram, no entanto, facilmente apanhados pelo ‘capitão do mato’, homem esperto e habilíssimo em acompanhar pegadas do fugitivo até seu esconderijo, trazendo-o preso para a fazenda, onde recebia castigo... colocava-se uma argola de ferro com uma ponta aguda, no pescoço do negro, que era obrigado a suportá-la durante certo tempo.(BARROS, 1998, p.128)

Costa (1998) comenta que os negros das fazendas eram tratados de maneira mais brutal que na cidade, devido à dificuldade de controlar as “arbitrariedades”. Esta situação piorava em regiões mais distantes. No isolamento das propriedades, os senhores podiam exercer poder ilimitado sobre seus cativos, cabendo somente a eles o julgamento sobre suas ações (COSTA, 1998, p.339). Os castigos mais usados foram o bacalhau, chicote pequeno com ponta de couro retorcido, a palmatória, o tronco, e mais raramente a golilha, as algemas, os anjinhos, a máscara de latão e o aprisionamento. É interessante observar que o açoite e a palmatória eram penas disciplinares ordinárias, reconhecidas e autorizadas pela legislação (COSTA, 1998, p.341). Na monografia de Bauer (1997) sobre a escravidão em Jahu, não há documentos que relacionem os proprietários da Fazenda Mandaguahy a processos de maus tratos ou crimes que envolvam escravos. Mas, com certeza os instrumentos de punição como algema, cadeado, corrente e colar arrolados no inventário de Antonia de Almeida Prado continuaram a funcionar. Estes objetos de punição bem como 7 dos 15 escravos pertencentes a Antonia, após seu falecimento em 1862, passaram para seu marido Joaquim Pires de Campos (PRADO A., 1862, p.8) que prosseguiu no sistema escravagista e com seus mecanismos de manutenção da ordem social.

Os sentimentos dos senhores em relação aos escravos era um misto de benevolência com autoritarismo e muitas vezes crueldade. Costa comenta que “a lei consagrava o sistema escravista: a espoliação de um grupo pelo outro.” (1998, p.335). Também, segundo a autora, havia os senhores benévolos e dedicados, mesmo que raros, estes inspiravam em seus cativos os sentimentos de companheirismo e gratidão. Freyre (2010), segundo Alberto da Costa e Silva, reconheceu que “a benignidade nas relações dos senhores com escravos, no Brasil patriarcal, não é para ser admitida, é claro, senão em termos relativos” e complementa “senhor é sempre senhor” (FREYRE, 2010 p.17).

Foi analisado que os plantéis da família Almeida Prado não eram grandes. O número médio de escravos de 4 dos 6 irmãos, que vieram pessoalmente abrir fazendas em Jahu era de 30 cativos por cada irmão, variando de 15 negros de Antonia a 40 cativos de Francisco de Paula. Em 2 dos inventários dos 4 irmãos, há menções de gastos com a saúde e ferramentas de punição. Estas informações podem sugerir uma face do relacionamento entre os negros e seus senhores. Esta parte irá se ater ao relacionamento e cuidados que estes senhores do oeste paulista novo tinham com seus cativos. Costa menciona que “dos escravos espera-se humildade, obediência, fidelidade. Do

senhor, autoridade benevolente.”(COSTA, 1998, p.334). Nem sempre isso ocorria. De acordo com a autora, os escravos roubavam, fugiam e eram infiéis, já os senhores exageravam nos castigos, eram violentos e muitas vezes cruéis.

O inventário de Antonia de Almeida Prado (1862) tem arrolado correntes e algemas que eram usados na manutenção da disciplina da fazenda. Nos outros documentos dos irmãos não há menção a estes utensílios, o que pode indicar a inexistência ou simplesmente a banalização de seu uso, não merecendo menção por parte do avaliador. A segunda hipótese é a mais provável, uma vez que a instituição escravagista permitia punições aos cativos rebeldes ou não produtivos.

A mesma ausência de informação sobre gastos com saúde ocorre em 3 dos 4 inventários. Neste caso, 2 dos 4 inventários se alongaram por anos, por terem órfãos envolvidos. Neste caso os relatos de prestações de contas fornecem informações importantes sobre gastos feitos com os órfãos e com os escravos deles, permitindo reconstituir uma parte da complexa relação de senhores e escravos.

Após a proibição do tráfico de escravos africanos em 1850 e o aumento do tráfico interno, segundo Castro (1999 p.356), surgiu a noção de um “cativeiro justo” ou do “bom senhor” por conta do deslocamento dos escravos saindo de uma região decadente para uma fronteira agrícola. Isto permitiu ao escravo ter parâmetros de tratamento por parte dos senhores.

Os escravos negociados no tráfico interno ao propugnar a efetivação de práticas costumeiras, vigentes em suas regiões de origem, questionavam o poder de reinterpretar, como concessão, seletiva do arbítrio senhorial, o acesso a recursos que permitissem maior autonomia no cativeiro, como também perspectivas, mesmo que remotas, de acesso à liberdade. Ao fazê-lo, punham em xeque as bases de reprodução da dominação escravista (CASTRO, 1999, p.357).

Isto, segundo a autora, exigia um aumento com os gastos de vigilância. Ela cita também casos de escravos que haviam assassinado seus senhores por estes não terem cumprido o dever de lhes suprir com comida e vestuário suficientes.

Nos documentos pesquisados não existem descrições ou relatos específicos abordando como era o relacionamento dos senhores de escravos da família em questão. Porém há indícios de maus tratos por haver instrumentos de punição e também de haver a preocupação em manter a

saúde dos cativos pela existência de recibos de pagamento de despesas médicas e compra de remédios. Estas compras eram feitas para tentar solucionar problemas de saúde causados por possível falta de asseio em que viviam os escravos.

O inventário de João Pacheco de Almeida Prado (1871) traz informações relativas aos gastos médicos feitos para tentar salvar 5 de seus escravos que couberam aos seus órfãos João e Vicente. Em 1884, os órfãos sofreram cinco perdas. Um casal de escravos chamados Ismael e Gabriela morreu de febre e difteria, respectivamente. Outro de nome Theodoro faleceu acometido de tifo e duas crianças falecem num intervalo de 3 meses de febre e vermes (p.29, 30 31). O documento traz os atestados de óbito e os valores pagos ao médico. Além destes gastos com os escravos falecidos, há outro recibo de visita médica feita por conta de uma escrava enferma chamada Sebastiana.

As informações sobre os motivos de falecimento se restringem a este inventário. No documento de Lourenço de Almeida Prado há, em dois momentos, despesas com remédios para os cativos. Na primeira lista foi citado somente “remédios para negra Balbina” sem mencionar qual o tipo ou doença a ser tratado por ele. Na segunda menção estão listados 6 escravos e 5 garrafas com “tintura Esterno” e citadas as enfermidades de 2 dos escravos. Um estava com tifo e outra inchada (1873 p.29).

Podemos inferir que as despesas médicas tinham como objetivo principal poupar os seus senhores de eventuais perdas na força de trabalho e, talvez como objetivo secundário, a ajuda humanitária. É importante salientar que segundo o relato do delegado de Araraquara de 1852, já comentado anteriormente, sobre a região onde Jahu está inserida, o plantel de escravos era pequeno. A descrição da autoridade narra que alguns senhores desta região trabalhavam ao lado de seus escravos. Esta relação próxima pode ter sido motivadora do sentimento de gratidão por parte de uma senhorita de escravos que ao falecer contemplou o casal de ex-cativos com parte de sua herança como veremos a seguir.

Theresa de Assis Bueno era filha de Leonor Almeida Prado e Francisco de Assis Bueno. Ao falecer em 1926 deixou em testamento parte de seus bens para as obras da Igreja Nossa Senhora do Patrocínio, Capela de São Sebastião, Conferência de São Vicente de Paula e os sete filhos do casal Dina e Jonas Assis Bueno, seus ex-escravos. O interessante é que além de declarar os filhos do casal como seus únicos herdeiros universais, declara que na falta de algum por ocasião da abertura do testamento se daria preferência aos herdeiros nomeados do sexo feminino para

serem beneficiados com todos os bens que ela possuía na cidade de Jahu. Ao mesmo tempo, Theresa prevê um mecanismo de preservação da qualidade de vida de seus ex-escravos. Uma chácara de sua propriedade que era usada pelo casal Dina e Jonas como moradia, não poderia entrar como bem dos herdeiros até que o casal falecesse.

O testamento, registrado em 1923 e aberto em 1926, causou grande surpresa nos familiares de Theresa e foi motivo de tentativa de anulação por parte de seus irmãos que se sentiram preteridos por ex-escravos e seus descendentes. Houve a tentativa de classificar Theresa de Assis Bueno como incapaz e senil. No depoimento de seus primos, os Coronéis Lourenço Avelino de Almeida Prado e Francisco de Paula Almeida Prado filho, Theresa é descrita como “senhora sã de espírito, sabia ler e escrever e tomava, ela própria conta dos seus negócios.” “Dita senhora fazendeira e capitalista, fiscalizava a administração de suas propriedades e negócios...” (apud CATTO, 2007 anexo, p.10).

Ao tentar estabelecer algum critério de relacionamento familiar com os ex-cativos, verificamos no inventário de seu pai, Francisco de Assis Bueno de 1870, a lista de escravos que o casal Leonor de Almeida Prado e Francisco possuía. Há na lista somente o nome da escrava Dina beneficiada no testamento. Na ocasião da morte do pai em 1870, Theresa tinha vinte e dois anos de idade e a escrava Dina, a escrava, cuja idade não está registrada, mas somente seu valor de mercado, pode ter a idade estimada de acordo com a sua avaliação de um conto e cem mil réis. Este valor aparece na lista de escravos de Antonia de Almeida Prado (1862, p.08) em escravos de 6 a 8 anos de idade. Supondo que a beneficiária do testamento tivesse esta idade na ocasião em que foi arrolada no inventário de Francisco de Assis Bueno e sabendo que Theresa tinha vinte dois anos de idade, pressupomos que houve entre a filha de senhor de escravos, Theresa de Assis Bueno e a escrava Dina uma convivência de no mínimo 18 anos como cativa e mais 38 anos como amiga. Como já foi citado, podia ser de responsabilidade das mulheres de escravistas cuidar do plantel. Então é provável que Theresa ajudasse a mãe Leonor de Almeida Prado nesta tarefa, ou mesmo que a menina Dina trabalhasse como escrava doméstica, convivendo com família diretamente. Deste convívio talvez tenha sido construído um relacionamento de servidão, fidelidade ou mesmo de amizade. Este relacionamento próximo entre as duas mulheres parece não ter sido abalado com o casamento de Dina com o escravo Jonas. Mesmo que o testamento seja claro em citar Dina primeiramente e depois seu esposo Jonas de Assis Bueno, privilegiando sempre que possível as mulheres herdeiras. Jonas parece que com o tempo foi lhe conquistando a

confiança. O ex-escravo Jonas de Assis Bueno foi digno de ser nomeado procurador de Theresa no final da vida em detrimento de seus parentes de sangue. Um ex-escravo responsável legalmente pelas atitudes de sua ex-senhora é indicação de que havia uma relação de confiança por parte de Theresa com seus ex-cativos, e por parte do casal beneficiado, amizade e fidelidade. A escravidão no Brasil criou situações bizarras, na qual o oprimido teve a chance de se tornar procurador do opressor.

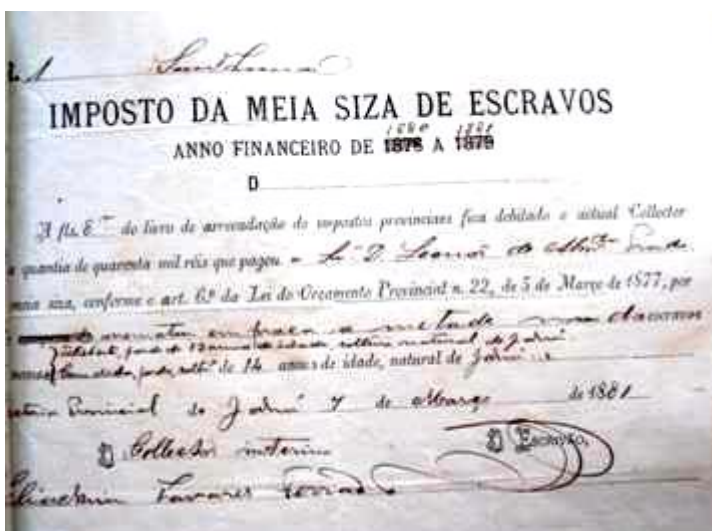


Figura 16 - Recibo do imposto de meia siza pago por Leonor de Almeida Prado ao governo provincial pela compra da parte dos escravos dos quais seus filhos eram sócios, 1881. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu

Se os escravos pertencentes aos Almeida Prado eram basicamente usados nas atividades agrícolas e na construção da infraestrutura, uma carta escrita, em 1917, por Felício Botelho, ex-escravo da família Arruda Botelho, descreve atividades diferentes desempenhadas por ele. Em seu relato destinado ao neto de Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, há um trecho descrevendo as obrigações do escravo, primeiramente como copeiro, depois balconista no armazém e padaria que seu senhor possuía em Piracicaba e finalmente feitor de um plantel de 50 escravos na Fazenda Pinhal no município de São Carlos. O depoimento do escravo é repleto de saudosismo de um homem que lhe parecia mais amigo do que senhor de escravos. O termo empregado pelo escravo Felício para explicar o grau de intimidade que havia no relacionamento dele com o seu senhor é o de companheiro.

Eu fui companheiro de abrir a fazenda de seu pai. Fui companheiro de abrir a fazenda S. Antonio. Fui companheiro de abrir o parmitar. Fui companheiro de abrir a fazenda da Serra. Fui companheiro de abrir a fazenda Boa Vista. Fui companheiro de ajudar criar 13 filhos. (FELÍCIO, 1917).

No seu entender ele havia participado de forma direta do acúmulo de riqueza de seu senhor. Na mesma carta relata que estava presente desde a compra dos primeiros escravos até que Antonio Carlos de Arruda Botelho chegasse a ter, segundo Felício, 500 escravos. Talvez esta relação de “companheirismo” fosse necessária não só no comércio, como descrito pelo escravo Felício, mas também nas atividades agrícolas, as quais eram muito dependentes da mão-de-obra escrava. Costa (1998 p.268) cita em uma nota de pé de página a notícia do Diário Popular de 7 de fevereiro de 1887 a qual noticiava que o senhor José Leonardo, da cidade de Dois Córregos, distante 20 quilômetros de Jahu, havia comprado cerca de trinta a quarenta escravos, transportando-os em um bonde especial. Esta cena provocou espanto por onde passavam. O fato de interesse desta informação é atestar mais uma vez a dependência da escravaria na região de Jahu há apenas um ano antes da abolição da escravidão.

Castro (1999) comenta que “ o segredo do código paternalista de domínio escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão qualquer ampliação de espaço de autonomia no cativeiro.” (CASTRO, 1999, p.354). Segundo a autora, o relacionamento entre senhor e escravo estava pautado na possibilidade do cativo alcançar a liberdade. O caso do relacionamento de companheirismo de Antonio Carlos de A. Botelho e seu escravo Felício talvez funcionasse como um mecanismo de dominação. Conceder privilégios, designar tarefas e ter colocado um negro como feitor de outros cativos, representou muito ao escravo Felício. Costa (1998 p.292) menciona que na zona rural as condições de vida dos escravos eram menos degradantes. Por conta do alto investimento e dependência da mão-de-obra cativa, os senhores “procuravam conferir aos seus negros um regime alimentar e uma assistência sanitária razoáveis”.

Na mesma carta, ele escreveu que Antonio Carlos de Arruda Botelho e sua primeira esposa, Francisca Theodora Coelho, eram como se fossem seus verdadeiros pai e mãe. No entanto, não ficou claro na carta nem no comentário feito pelo advogado historiador Eugênio de Andrada Egas em 1956, se o escravo apesar de sua fidelidade conseguiu a carta de alforria concedida pelo Conde do Pinhal. Há somente a menção da doação de um pedaço de terra feita por um dos genros do Conde. Mesmo assim, segundo o historiador, o escravo passou a assinar primeiramente Felício Arruda, depois Felício de Arruda Botelho e finalmente Felício do Conde do Pinhal.

Bauer (1997) escreveu que nos processos estudados para sua monografia, há indícios de um convívio direto entre escravos e senhores. Num depoimento de Joaquim de Freitas Pedrozo, está relatado que o escravo teria dito: “...que seu senhor principiou a vida com cinco escravos e

estes todos muito bons e trabalhavam constantemente para o adiamento de seu senhor” (apud BAUER, 1997, p.51). Por “adiantamento” podemos entender melhora das condições econômicas. Este depoimento indica a submissão dos cativos em relação aos seus senhores, um sentimento de pertencimento e satisfação pela contribuição do enriquecimento do senhor pelo trabalho dos cativos. Talvez um sentimento confuso, pela própria condição de cativo que não se percebe como indivíduo, mas somente um meio, um instrumento de trabalho. Em outro processo a historiadora descreve que vez e outra, escravos e senhores podiam desempenhar tarefas, lado a lado. Segundo ela no depoimento ao se referirem ao genro assassinado de sua senhora, o chamam pelo primeiro nome, demonstrando um tratamento diferenciado com uso de pronome de tratamento somente para se referir à senhora (BAUER, 1997, p.48).

Não se pode generalizar o tratamento de “companheiro” dado ao escravo Felício pelo seu senhor nem os casos de convívio amistoso entre senhores e cativos. Escravos eram considerados essenciais para a implantação das fazendas cafeeiras de modo que houve, segundo Costa (1998, p.324), uma melhora no tratamento dado aos escravos ao longo do século XIX, principalmente depois do fim do tráfico quando os preços subiram e a opinião pública se interessou pela sorte dos cativos. Também havia uma diferenciação entre os escravos domésticos dos demais. Os cativos usados nos serviços domésticos eram melhor tratados que os que iam para o eito, o que lhes dava um *status* de privilegiados e invejados por outros negros. Apesar desta diferenciação de tratamento escravo de confiança podia tornar-se porta-voz da hostilidade existente nas senzalas, envenenando membros da família de seu senhor. “Outras vezes, prevalecia o sentimento de fidelidade ao amo e o escravo denunciava a trama dos parceiros” (COSTA, 1998, p.327). Mas isso não os fez cidadãos. Saint-Hilaire comentando sobre os maus tratos vistos durante sua permanência no Brasil escreveu: “assim um brasileiro poderá ser caridosíssimo para comum homem de sua raça e ter muita pouca pena de seus negros a quem não considera seus semelhantes” (apud COSTA, 1998, p.324). Para completar, o Barão de Pati do Alferes aconselha que a melhora na condição de vida dos escravos ajudava a proteger o investimento feito. Afinal, não seria interessante “matar a galinha dos ovos de ouro”, estabelecendo a condição do cativo como um instrumento capaz de gerar renda e não digno de merecer melhor tratamento pelo simples fato de ser humano (COSTA, 1998, p.324).

Podemos perceber deste estudo que a permanência do uso da mão-de-obra negra foi essencial na formação das propriedades agrícolas, do povoado e de seu crescimento econômico. Não podemos afirmar a razão da “preferência” pela permanência da escravidão em detrimento da

crescente disponibilização de mão-de-obra livre por conta da imigração subsidiada pelo governo de São Paulo. Algumas das razões possíveis para que não houvesse a mudança, podia ser o conservadorismo dos fazendeiros locais que continuaram a comprar escravos às vésperas da abolição, a ferrovia que só chegou a Jahu em 1887, de 3 a 4 anos após ter chegado a regiões de Ribeirão Preto e São Carlos, ou ainda o número pouco expressivo da produção de café comparado com outros centros cafeicultores. O fato é que após a abolição em 1888 e a proclamação da República em 1889, os fazendeiros se renderam aos imigrantes tornando a cidade de Jahu no segundo destino de imigrantes do Estado de São Paulo, atrás somente de Ribeirão Preto nas duas primeiras décadas do século XX (FALEIROS,2007, p.282). De qualquer modo, foi o contingente de cativos que desbravou, plantou e construiu a base da economia local. No ano de 1888 somente 34 escravos moravam na vila de Jahu, os outros 1.384 adultos e 509 crianças (FERNANDES, 1955, p.14) habitavam nas senzalas da zona rural, funcionando como verdadeiras alavancas da economia baseada na monocultura do café voltada à exportação.

No entanto, a escravidão foi esquecida ou negada pela segunda geração de proprietários da Fazenda Mandaguahy. Pio de Almeida Prado, segundo sua neta, Maria Antonieta de Almeida Prado (2010), nunca comentou sobre o assunto relacionado a escravos. Pio não passou esta experiência para seus netos embora, tenha nascido em 1882, durante os últimos anos da escravidão e seu pai, Major Prado, comprar escravos de idade próxima a dele e manter um plantel de cativos até provavelmente o final do trabalho servil no Brasil. Não podemos afirmar com certeza o motivo da ignorância de um período da história da propriedade rural jauense. Podemos especular que a suposta negação teria origem na propaganda de cunho modernizador proferido por Rui Barbosa no início do regime republicano que o passado relacionado aos escravos deveria ser esquecido por representar uma “mancha” na história do país. É sabido que o real motivo desta campanha não era de fato negar o passado escravagista do país, mas acabar com a documentação que pudesse dar suporte a eventuais pedidos de indenização ao jovem regime republicano por parte dos fazendeiros que se sentiram prejudicados pela abolição da escravidão no Brasil.

O proprietário da Fazenda Riachuelo, Benedicto de Paula Almeida Prado, nascido em 1889, também não fazia menção à escravidão aos seus netos. Como marca dos escravos havia dois caldeirões que eram usados no preparo de alimentos para os cativos defronte a entrada da sede fazendo vezes de vaso ornamental. A negação ou a tentativa de esquecimento chegou a questão estética. Sua filha Maria Cecília não usava brincos de pingente e nem teve a orelha furada quando

criança porque isto o lembrava das negras ex-escravas de sua família, de acordo com sua neta Maria Antonieta (2010). Maria Cecília só teve as orelhas perfuradas depois de casada em 1935. No entanto, havia na colônia da Riachuelo uma família inteira de negros cujos ancestrais haviam sido escravos na fazenda. Nha Tereza tinha na parede frontal de sua casa um cruzeiro no qual os outros trabalhadores vinham rezar e fazer as novenas. De acordo com Maria Antonieta, Nha Teresa era uma senhora de grande porte, que ficava sempre sentada defronte à sua casa com um cachimbo na boca, era muito respeitada e querida por todos. “Toda vez que a gente passava em frente à casa da Nha Teresa, mamãe fazia questão que todos a cumprimentassem”(PRADO A., 2010). Nha Teresa tinha dois filhos e uma filha que trabalhavam na Riachuelo como carroceiros e lavradora respectivamente.

A abolição da escravidão em 1888 mudou para sempre a relação de trabalho nas fazendas Mandaguahy e Riachuelo. Não há documentação escrita com registros de quantos negros continuaram a prestar serviços a estes estabelecimentos agrícolas como trabalhadores assalariados. O caso de Nha Teresa pode ser emblemático da contradição do relacionamento entre senhores e escravos. Ao mesmo tempo em que se ignorava a parte da história das propriedades rurais construída com mão-de-obra negra e evitava-se qualquer referência estética que pudesse lembrar costumes africanos, havia o respeito e reverência à pessoa de Nha Teresa. A existência de mundos paralelos era tolerada, a influência e contribuição negadas ou ignoradas.

CAPÍTULO 3

FAZENDEIROS E LAVRADORES LIVRES

Nos capítulos anteriores, descrevemos como foi formado o povoado da bacia do Rio Jaú, inicialmente por posseiros vindos de várias regiões da Província de São Paulo e de Minas Gerais. Notamos que o processo de fragmentação dos grandes lotes demarcados pelos posseiros foi bastante intenso ainda no início do povoado. As terras recém apossadas eram repassadas para outros pioneiros que tinham de fato meios econômicos para a exploração da terra. A boa qualidade do solo permitiu ou acentuou a exploração econômica e a alta produtividade da agricultura em propriedades menores. A predominância de propriedades de pequeno e médio porte, 145 (59, 67%) e 72 (29, 63%) respectivamente num universo de 243 propriedades agrícolas (OLIVEIRA F., 1999 p.11 e 13) diferenciava Jahu de outras áreas cafeicultoras do Estado de São Paulo. Também foi discorrido sobre a contribuição da mulher como sócia dos empreendimentos agrícolas e a imprescindível mão-de-obra dos negros no desenvolvimento do povoado. Podemos até o momento perceber que embora Jahu fosse zona de expansão agrícola, seus pioneiros permaneceram presos ao modelo produtivo e à mão-de-obra escrava. No entanto, houve mudanças nos tamanhos das propriedades rurais, devido à alta fertilidade da terra roxa e no papel da mulher, que foi peça essencial na questão de evitar fragmentação das terras através de casamentos entre a parentela e na administração das novas propriedades.

O capítulo 3 tem como objetivo relatar a trajetória dos chefes de duas gerações da família Almeida Prado que prosseguiram na empreitada de permanecer vivendo da terra. Serão abordados os temas relacionados à sucessão da propriedade rural, formação de sociedades familiares, absorção do ideário burguês e a mulher, expansão dos negócios agrícolas e o modo de vida urbano na zona rural. No decorrer do capítulo observaremos como estes proprietários se tornaram comerciantes de produtos agrícolas através da fundação de casa comissária, acionistas de estabelecimentos bancários e políticos, passando por mudanças de regimes de governo e tipos de mão-de-obra, sem perderem o vínculo com a terra.

Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado, nasceu na cidade de Itu, provavelmente no engenho de açúcar de seu pai, no dia 13 de fevereiro de 1821, no último ano do Brasil Colônia. Filho do Capitão-Mor de Itu e neto dos chefes políticos do período colonial Ouvidor Mor de Itu, Lourenço de Almeida Prado pelo lado paterno e, do Capitão-Mor de Itu Vicente da Costa Taques

Góes e Aranha pelo lado materno, cresceu em um país em formação sob o regime monarquista constitucional e escravagista.



Figura 17 - Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado, c.1867. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Após a morte do pai, não tendo herdado propriedade rural em Itu, pois prevaleceu a tradição da morgadia, na qual somente o varão mais velho recebe a estrutura produtiva, mudou-se para Indaiatuba e lá residiu até a compra da gleba da Fazenda Pouso Alegre de Baixo em sociedade com seus irmãos e irmãs na Vila do Jahu.

Francisco foi o último dos irmãos a se mudar para a nova região. Quando o fez em 1865, manteve ainda em Indaiatuba a residência urbana citada no inventário de sua 1ª esposa Izabel de Almeida Prado de 1866. Segundo Chaves (2006, p. 20). Francisco de Paula Almeida Prado esteve em Jaú em 1862 e achou que a vila era carente de melhorias preferindo manter sua residência em Indaiatuba por mais três anos.

Há ainda um relato atribuído a Francisco de Paula A. Prado pelo memorialista Sebastião Teixeira em que um alemão teria passado pela vila do Jaú e por conta de seu baixo grau de desenvolvimento disse que “ella não podia ser nem lambary, quanto mais Jahu” (TEIXEIRA, 1900, p.34) fazendo uma alusão aos tamanhos dos peixes e à proporção da vila recentemente formada.

Ao chegar a Jahu, ocupou-se em abrir a parte da antiga Fazenda Pouso Alegre que lhe coube na divisão com os irmãos e irmãs, dando-lhe o nome de Riachuelo em homenagem à batalha da Guerra do Paraguai. Como foi descrito no capítulo anterior, Major Prado possuía 40 escravos e uma propriedade a ser aberta. Em menos de dois anos construiu a infraestrutura básica com casa de morada, senzala e paiol, plantou os primeiros pés de café e contratou empreiteiros para derrubada da mata (PRADO I., 1866).

Não há registros de como sua propriedade evoluiu durante os anos de Império, com o grau de detalhamento que o inventário oferece. No entanto, fizemos uma pesquisa no Cartório de Notas e

Protestos de Jaú abrangendo os livros de 01 a 33 que compreendem o período de 1868 a 1888. Procuramos por contratos de compra e venda de imóveis, de escravos, contratos de empréstimos, doações de parte de seus bens em vida como adiantamento de herança, recibos de pagamento e qualquer outro registro que pudesse nos revelar alguma informação interessante. Através da documentação existente, observamos que aos poucos Francisco de Paula foi conquistando espaço na vida social da vila do Jahu e mostrando seu lado articulador. Foi Juiz municipal suplente e um dos principais articuladores da criação da comarca jauense (CHAVES, 2006, p.27).

Também entre os registros de compra de escravos feitas por ele e seus filhos, uma compra em especial chama a atenção pela quantidade de negros negociados de uma só vez ocorrida em 22 de outubro de 1880 no livro 15 do Cartório de Notas e Protestos de Jaú. São 14 escravos, todos homens, originários da região nordeste com exceção de um vindo do Espírito Santo. Este fato indica o interesse de Major Prado em aumentar o número de trabalhadores disponíveis para provavelmente plantar café, uma vez que a ferrovia já havia chegado em Rio Claro em 1876, facilitando o escoamento da produção. O valor pago por estes escravos foi de 34 contos de réis, equiparava-se ao valor de 35 contos e seiscentos mil réis pago pelos seis mil alqueires da gleba da Fazenda Pouso Alegre e terrenos na vila comprada pelos irmãos vinte dois anos antes (FERNANDES, 1955 p.28). Com relação as perspectivas de ganhos com a chegada da ferrovia Faleiros (2007) vai adiante relatando que as potencialidades para os estabelecimento da cafeicultura em Jahu eram bem conhecidas pela família Almeida Prado na década de 1850. Talvez o fossem de fato, afinal um dos fundadores da cidade, Capitão José Ribeiro de Camargo, era oriundo de Itu e parente desta família.

O autor ainda estabelece uma ligação entre a família e o governo provincial, que segundo ele, a família Almeida Prado influenciava e lhes era permitido o acesso às informações privilegiadas de onde seriam construídas as ferrovias na Província de São Paulo. Isto permitia aos Almeida Prado se adiantar ao movimento de avanço de fronteira, “reservando para si as melhores terras do interior e definindo que os trilhos por Jahu passariam” (FALEIROS, 2007, p. 280 e 281). Como fundamento para esta hipótese ele apresenta o fato de membros da família terem adquirido terras na região de Jahu e na de Ribeirão Preto.

O inventário de Izabel de Almeida Prado de 1866 e os livros do cartório registram também uma vida financeira ativa com registros de dívidas ativas, hipotecas e cobranças. Desde o período colonial, a presença do homem que empresta dinheiro a juros é comum, “senhores de engenho do

velho Oeste Paulista recorriam a estes ‘capitalistas’ para financiar suas safras ou implantar novos engenhos, sempre cobrados a juros que variavam em torno de 12% ao ano.” (BACELLAR, 1999, p.136). O “capitalista” ,que segundo o dicionário de língua portuguesa de Antonio de Moraes Silva de 1813, era “*a pessoa que tem grandes cabedaes, e dinheiro para suas negociações e meneyo...*”. Também na explicação de Oliveira (1999, p.68) capitalista era um termo usado para as pessoas que possuíssem grande liquidez em dinheiro para emprestar a juros, pois não havia praticamente bancos no interior. Major Prado fez uso e também se encaixava nas definições acima.

Na ocasião da morte de sua primeira esposa, o inventário traz dívidas passivas com o Barão de Piracicaba na ordem de 2 contos de réis pagas no mesmo mês do empréstimo a 1% de juro, uma soma de 6 contos 31 mil e 534 réis com Elias Pacheco Gordo e seis tomadores de empréstimos com juro ou prêmio variando de 1 a 2% ao mês que somavam o total de 7 contos 574 mil e 48 réis. Em 1877, Major Prado emprestou 3 contos e 946 mil réis a Bento Bernardes Rangel. Como garantia foi dado uma fazenda em Bocaina com benfeitorias, 3 mil pés de café, pastos e três escravos. Fez uma hipoteca no valor de 15 contos de reis para Manoel José Pereira e mulher em 1880. Alguns dos empréstimos deviam ser difíceis de serem reavidos. Existem registros de procurações feitos por Major Prado para cobrança de dívidas em 1883 (Livro 19), 1885 (livro 22), bem como a cessão do direito de cobrança da hipoteca de 15 contos de réis, dívida feita por Manoel Pereira Campos vencida desde 06 de outubro de 1880. Este acabou pagando a dívida com valor menor ao tomado, pagando somente 12 contos e 26 mil réis dos originais 15 contos de réis.

Oliveira (1999) em um capítulo intitulado “Uma rede de poder: famílias proprietárias” defende a tese que casamentos endogâmicos em vários graus de parentesco garantiram aos Almeida Prado uma vantagem em relação às famílias locais na formação da “rede de poder”. Segundo a autora, as famílias de origem paulista constituíam-se em “uma única parentela unida por laços de parentesco carnal ou decorrente de casamentos...” sempre tendo como eixo a família Almeida Prado (OLIVEIRA F., 1999, p.55). Ao separar a família em seis núcleos, citando seus descendentes e relatando como cada núcleo teve um representante nas articulações políticas locais, acaba cometendo pequenos equívocos, por ter ficado presa somente à uma fonte, o estudo feito pelo senhor Frederico Brotero em 1938. Mesmo assim é muito interessante a forma que Oliveira discorre sobre o “emaranhado” de casamentos consanguíneos que, segundo ela, era uma forma de assegurar o poder econômico e a ligação histórica da família com as esferas de poder provincial e imperial (OLIVEIRA F,1999, p. 64 e 66).

Estes fatos permitiram aos Almeida Prado desbancarem o poder do Partido Liberal até então hegemônico, e angariar o controle do Partido Conservador. A carreira política de Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado, iniciou com a morte de seu irmão mais velho o Tenente Lourenço de Almeida Prado, em 1873 até então chefe do Partido Conservador na vila de Jahu. É desconhecida a razão dos irmãos não terem se filiado ao partido Liberal, então no poder, quando chegaram à cidade. Somente o cunhado Francisco Assis Bueno o fez, sendo eleito presidente da primeira Câmara de Jaú. No entanto, uma desavença com o cunhado fez os irmãos Lourenço e Francisco de Paula Almeida Prado, fundarem o Partido Conservador na cidade, iniciando um período de influência direta na política local a partir da segunda Câmara formada na cidade, agora com domínio dos Conservadores. O comando do Partido Conservador permaneceu sob a gestão de Major Prado até 1882 quando foi acometido por Tifo, doença que o retirou da liderança política.

Com a proclamação da República, os Almeida Prado, membros do Partido Conservador, anteriormente liderados por Major Prado, aderem primeiramente ao Partido Monarquista. O coronel Francisco de Paula Almeida Prado filho é eleito vereador na última Câmara formada no século XIX e seu irmão Vicente de Paula Almeida Prado é eleito deputado estadual três anos após a morte de seu pai, Major Prado, cuja influência política permaneceu até seu falecimento em 1904 (CHAVES, 2006, p.21,22,23, 46, 65, 81e 85).

Major Prado com o auxílio de seu filho mais novo do primeiro casamento, Francisco de Paula Almeida Prado filho, Coronel Paula Prado, continuou na administração das propriedades rurais que na época de seu falecimento somavam a 3 fazendas: Fazendas Riachuelo, Mandaguahy e Monte Alegre. É bom salientar que o regime republicano torna o fazendeiro de café em um empresário, diferentemente do senhor de engenho, cuja propriedade era seu mundo particular. Sérgio Buarque de Holanda (1995) cita: “ A silhueta antiga do senhor de engenho perde aqui alguns dos seus traços característicos, desprendendo-se mais da terra e da tradição – da rotina rural. A terra de lavoura deixa então de ser o pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e riqueza” (HOLANDA, 1995, p.174).

Outro autor a comentar sobre a diferença de mentalidades adotadas nos regimes monarquista e republicano é Caio Prado Júnior (1998). De acordo com o historiador, a vergonha de empreender para lucrar, de acumular riqueza que havia no Império é perdida na República. Empreender passou de fato ser um meio com a única função de enriquecimento. Por empreendedor podemos entender que os fazendeiros eram produtores, comerciantes e muitas vezes,

intermediários da comercialização de café através da manutenção de casas comissárias e bancos. “No terreno econômico observamos a eclosão de um espírito que se não era novo, se mantivera, no entanto, na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material.” (PRADO JR, 1998, p.208). O autor complementa as mudanças de mentalidade com relação a economia na República dizendo:

A transformação terá sido tão brusca e completa que veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares, e no máximo com um longínquo e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negociastas. (PRADO JR, 1998, p.208).

Esta mudança de mentalidade é perceptível no proprietário rural de Jaú, embora multiplicar o capital através de operações financeiras não fosse novidade para Francisco de Paula Almeida Prado, as plantações de café e o acúmulo de terras ajudou-o a torná-lo comerciante de produtos agrícolas de prestígio. Empreendimento como a fundação da Firma Paula & Prado em sociedade com seu filho e posterior fundação de um banco local em 1891 são exemplos da assimilação da nova ordem econômica. Ainda segundo Oliveira (1999, p.72) o tronco familiar de Francisco de Paula A. Prado assegurava a maior área de terras dentro da antiga fazenda Pouso Alegre com uma área de 1.313 ha quando da divisão judicial.

As fazendas Riachuelo e Mandaguahy eram as propriedades pioneiras e possuíam infraestrutura completa para a produção, lavagem, secagem e beneficiamento de café, casas de colonos, casas sede, moinhos movidos à água e cocheiras. A Monte Alegre era desmembramento da fazenda Riachuelo e possuía somente casas para os colonos e as plantações de café.

A Fazenda Riachuelo se destacava das outras duas pela estrutura de secagem e beneficiamento do café. O terreiro era todo ladrilhado e o mecanismo de beneficio era movido por roda d' água, além do moinho e monjolo. No entanto as sedes eram muito similares e o número de casas para colonos era maior na Mandaguahy, 45 casas contra 29 do Riachuelo. O número de pés de café somavam a 306.337 no total, sendo que a Riachuelo possuía 140.280, a Mandaguahy 115.393 e a Monte Alegre 50.664 cafeeiros. A fazenda Mandaguahy não fazia parte da Firma Paula & Prado por se tratar de uma propriedade adquirida antes do segundo casamento de Major Prado cujo contrato era de separação de bens.

No Almanack do Jahu publicado em 1902 pelo Jornal Correio do Jahu, o jornalista descreve a Fazenda Riachuelo com um excesso de adjetivos e afetações, mas que não tiram o caráter informativo sobre as construções desta propriedade. Nota-se que o autor se pauta pelas impressões de modernidade da infraestrutura produtiva e casa sede. Não se pode, no entanto, afirmar se a descrição é realmente somente da Riachuelo. Pela descrição geográfica e posicionamento do autor parece ser a Mandaguahy a propriedade descrita, pois quem desce a encosta citada pelo autor tem visão ampla desta segunda fazenda e não a da Riachuelo que se torna visível quase no final da encosta. Com relação as plantações de café, também a descrição mais provável é a da Mandaguahy que tinha café plantado nas laterais da encosta e atrás, que em conjunto com os cafezais da Riachuelo plantadas somente ao longo do caminho descrito pelo autor formavam uma área circular. Observe que a descrição cita 190.000 pés de café soma das plantas da fazenda Riachuelo (140.280) e Monte Alegre (50.664) respectivamente. Já a parte que descreve a infraestrutura de produção com certeza era da fazenda Riachuelo. No entanto, quando o autor escreveu sobre as comodidades da casa sede, um elemento com certeza só existia na sede da Fazenda Mandaguahy: água encanada em todos os cômodos, com exceção da sala de visita e gabinete.

Na sede da Riachuelo, embora em 1902 já existisse banheiro dentro da casa, só havia três pontos com água encanada, cozinha, banheiro e corredor de serviço. Independente das possíveis confusões cometidas pelo jornalista, com relação a uma fazenda ou outra, houve com certeza por parte de Francisco de Paula a preocupação de dotar equipamentos semelhantes nas duas propriedades, evitando assim o ocorrido na partilha de seu pai quando somente o filho mais velho teve direito a infraestrutura e terras em detrimento dos outros 20 filhos.

Segue abaixo o texto descrevendo a propriedade e sede da Firma Paula & Prado, Fazenda Riachuelo.

“Viajando-se pela estrada que liga Jahu à vila de São João da Bocaina, seis kilometros além de Jahu. O viajante, ao descer uma encosta, vê-se entre dois grandes estabelecimentos agrícolas.

A esquerda oferece-lhe melhor panorama: margeando a estrada, em elevações e depressões estende-se o pasto verdejante, onde simetricamente se enfileiram casas, muitas casas brancas, além, um palacete vistoso, com sua fachada ornada de lambrequins em arco, gradil, etc... tudo sobre um fundo azul, imenso: cafezais frondosos fecham o círculo no horizonte. (...)

Na sua cultura conta-se 190 mil cafeeiros que produzem 20 mil arrobas de café. A sua população é de duzentas e tantas almas. A sua edificação consta de

excelente casa de morada, com vastas dependências e todo conforto. 28 casas para colonos, duas casas para camaradas, uma para administrador, duas tulhas, depósito, casa de moinho, casa de máquinas, chiqueiros, paiol e cocheiras.

Pelo aspecto exterior da casa de morada pode-se aquilatar de suas comodidades. Tem excelente água encanada, servindo pias em todos os compartimentos, sala de visitas bem mobiliada, gabinete e magníficos aposentos para a família. Na varanda, na fachada, há um belo jardim. Onde transformados em originais vasos, recordação de priscas eras, vê-se dois colossais caldeirões de ferro. O pomar é farto de especialidades.

O terreiro de café...composto por 20 talhões, de 19 metros em quadra, nada deixa a desejar. O lavador de água corrente, é situado ao alto no extremo dos trilhos que vemos na gravura. Por encanamentos subterrâneos e impulsionado pela água o café nele depositado, depois de lavado, é conduzido a determinados talhões do terreiro e aí exposto ao sol para a secagem. No outro extremo dos trilhos está a tulha onde um vagonete entra com o café já seco...A máquina para o benefício do café é situada junto a tulha...É acionada por uma roda de ferro de 30 palmos de diâmetro movida por água, gerando força de dez cavalos. Beneficia 500 arrobas por dia. Localizados em outro ponto da fazenda há ainda outras benfeitorias: 15 casas para colonos, além de morada de um auxiliar da administração.

Das 47 famílias da colônia existem brasileiros, italianos e espanhóis. (...). Está à testa do movimento da fazenda o coronel Paula Prado, que é auxiliado pelos administradores José Romão e Januário Almeida Prado.”(ALMANACK do Jahu, 1902, p.99-100)

O Almanack do Jahu (1902) mesmo exagerando nos adjetivos é bastante ilustrativo de o quanto a propriedade se equipou desde sua abertura. A mata fechada foi substituída por plantações, casa grande e senzala descritas no inventário de 1866, deram lugar a uma sede com as comodidades disponíveis na virada dos séculos XIX para o XX e colônia para os imigrantes, o maquinário de benefício, o uso de vagonetes nos terreiros facilitando o manuseio do café e seu beneficiamento. Nota-se também que o café é a cultura predominante, mas outras culturas de subsistência permaneceram, bem como as criações de porcos do início da implantação da fazenda. Outro fato é a existência de dois administradores profissionais para tocar a propriedade, permitindo aos seus proprietários um distanciamento para administrarem outros empreendimentos.

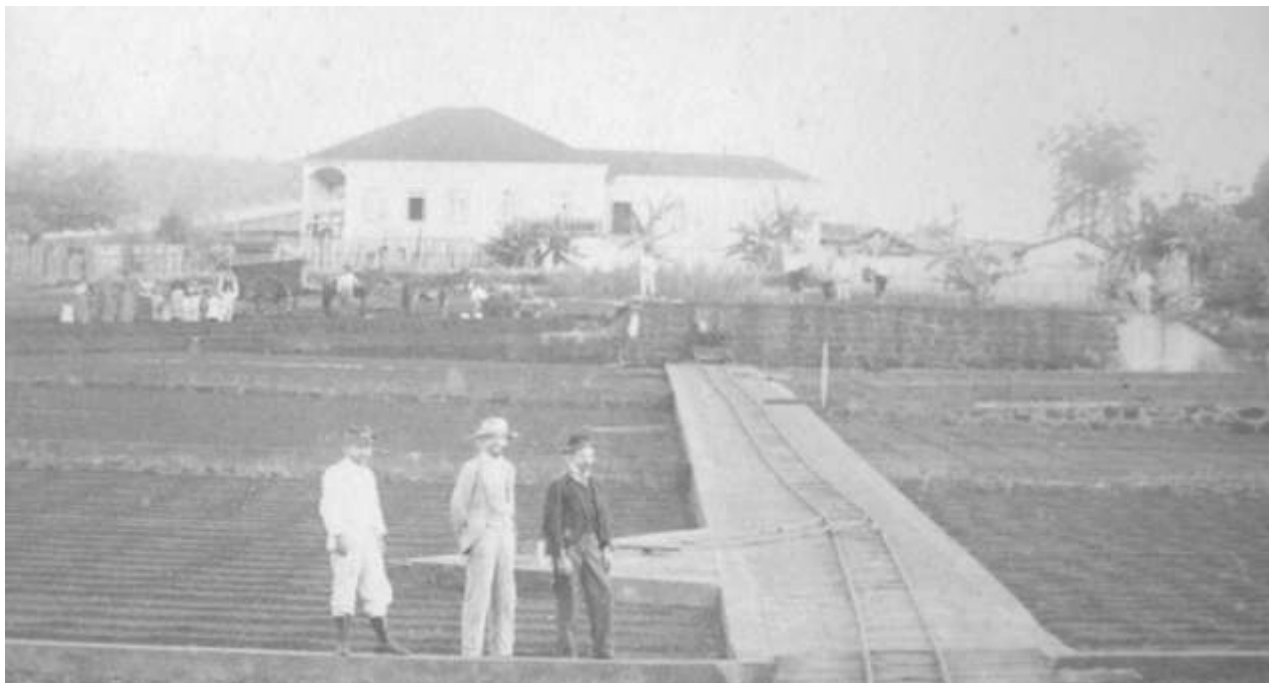


Figura 18 - Fazenda Riachuelo, Jahu, SP, 1902 – Observe que o terreiro foi construído ao lado da casa sede de onde era possível vigiar o trabalho de lavagem, secagem e estocagem do café pelos proprietários. Na parte superior esquerda um grupo de trabalhadores e um carroção. Em primeiro plano, da direita para esquerda, Lourenço Avelino de Almeida Prado e ao centro, possivelmente seu irmão mais novo, Francisco de Paula de Almeida Prado Filho. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu



Figura 19 – Cel. Francisco de Paula A. Prado no alpendre da sede da Fazenda Riachuelo, Jahu, 1923. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

O coronel Francisco de Paula Almeida Prado Filho nasceu em Indaiatuba em 1860, desde jovem assessorou o pai, Major Prado, em seus empreendimentos (BROTERO, 1938, p.170). Ainda durante o Império, abandonou o curso de medicina na cidade do Rio de Janeiro para ajudar seu pai que havia sido acometido de tifo. Começou vendendo 18 alqueires de sua parte da fazenda Riachuelo ao seu irmão, Claudio Furquim de A. Prado, em 1884 (livro 21) e mais 55 alqueires para mesmo irmão um ano depois (Livre 22). Comprou 35 alqueires do enteado de seu pai, João Leite Ferraz de Campos, em 1885 (livro 22). Deu uma procuração para compra de escravos em 1885 (livro 24), comprou escrava e filha em 1886 (livro 25). Recebeu de seu pai como avanço de herança um escravo para a lavoura em 1886 e comprou mais dois, um pertencente ao irmão

mais velho, outro escravo para roça de um procurador (livro 26). No mesmo ano participou de compras de 06 escravos em 1887 (livros 28 e 30).

Estes dados sobre as transações comerciais envolvendo partes da fazenda Riachuelo, compra de escravos e a descrição da Firma Paula & Prado do Almanack do Jahu (1902) dão suporte à informação de que Francisco de Paula Almeida Prado Filho era um “adiantado lavrador” da biografia publicada pelo Jornal Comércio do Jahu de 02 de novembro de 1952, na ocasião de 20 anos de seu falecimento. É evidente que “adiantado” neste contexto significava lavrador/comerciante bem sucedido financeiramente. Como vimos, Francisco de Paula Almeida Prado Filho não fugiu à regra de comprar escravos para a lavoura durante a sua mocidade como os demais membros de sua família. Não sabemos se por falta de opção ou não, permaneceu fiel a escravidão. Por outro lado, resolveu mudar ou ampliar os negócios ingressando na área financeira que dava suporte a produção e comercialização do café de Jahu e região. Em 1891 em conjunto a outros agricultores e comerciantes fundou o Banco Melhoramentos de Jahu, que segundo Chaves (2006 p.61) “além de facilitar a vida da comunidade com seus serviços, o Banco Melhoramentos passa a ser orgulho da cidade...”. Texeira (1900, p.111) comenta que “reais serviços tem prestado esse estabelecimento a lavoura e ao comércio quer deste município quer dos municípios vizinhos.(...) é um estabelecimento sólido e assas acreditado”.

Coronel Paula Prado filho, que há muitos anos trabalhava com o pai, só teve a sociedade legalizada em 1897 com a criação da Firma Paula & Prado, cujo patrimônio eram as terras da Fazenda Riachuelo e Monte Alegre, até então propriedade exclusiva de Paula Prado Filho. A partir deste momento as propriedades recebem grande investimento na estrutura de secagem e beneficiamento descrita pelo Almanack do Jahu (1902). Faleiros (2007) comenta que fundações de companhias agrícolas se tornaram comum na região de Jahu na década de 1920. Entre as razões apontadas por ele estava melhorar a produtividade, compensando a queda de produção de cafeeiros antigos, pelo “aumento do *quantum* produzido (daí as fusões) do que se pensando na expansão das lavouras de café” (FALEIROS, 2007, p.294). Outra razão seria que companhias agrícolas deste porte reuniam maiores condições de contrair financiamentos favoráveis, devido volume de seu patrimônio. Se realmente a fundação de companhias agrícolas era um meio de manter-se ou mesmo aumentar a número de cafeeiros, Francisco de Paula Almeida Prado e Francisco de Paula Almeida Prado Filho vislumbraram estas vantagens mais de vinte anos antes da maioria dos grandes agricultores de Jahu.

Em 1901, Francisco de Paula de A. Prado filho e Vicente de Almeida Sampaio fundaram dois colégios na cidade. O Colégio São José para meninas e o Atheneu para meninos. Foi fundador e o primeiro presidente da Conferência São Vicente de Paula em 1905 e provedor da Santa Casa por mais de vinte anos, cujo terreno havia sido doado por seu pai, Major Prado. Foi sócio fundador e o primeiro presidente da agremiação recreativa Jahu Clube em 1915. Observamos que o mesmo homem que permaneceu atrelado à modos de produção considerados tradicionais nas últimas décadas do século XIX, adaptou-se bem às mudanças de cenário político e econômico. Conseguiu se beneficiar da expansão cafeeira em Jahu, que resultou em uma maior quantidade de capital disponível na cidade, criar uma casa bancária com linhas de crédito para o financiamento da produção dos fazendeiros locais. Levou uma vida mais urbana, com atividade social intensa, ora fundando um clube recreativo, ora participando da administração e criação de hospitais e associações assistencialistas.

Segundo Maria Cecília Naclério Homem (1996) a partir do último quarto do século XIX, os fazendeiros do interior da província aproveitaram-se das “facilidades proporcionadas pela ferrovia, chegaram à capital, onde foram bem ativos. Fundaram bancos e indústrias, formaram uma rede ferroviária que se ramificou pelo território, possibilitando a ampliação do complexo cafeeiro” (HOMEM, 1996, p.52). Francisco de Paula Almeida Prado Filho apesar de ter absorvido os ideais burgueses, modernizando o modo de beneficiar o café com uso de máquinas, vagonetes no terreiro para diminuição do tempo de manuseio, caminhões para transporte dos grãos da lavoura para o terreiro e fundador de banco, preferiu permanecer no interior do Estado onde fez fortuna. Isto o diferenciava inclusive dos irmãos que mantinham suas residências principais em São Paulo.

A exemplo de seu pai, Major Prado, que aos poucos foi passando os negócios para um dos filhos, o Coronel Paula Prado após ter 12 dos 14 filhos dizimados por moléstias, fez de seu filho mais velho Benedicto de Paula Almeida Prado seu sócio e sucessor na fazenda Riachuelo, da qual havia permanecido como único proprietário após o falecimento do Major Prado em 1904.

As propriedades fazenda Riachuelo e Mandaguahy que haviam sido anexadas sob o comando de Major Prado durante 37 anos, voltaram a ter administrações independentes após a morte do patriarca em 1904. Como já foi descrito a Fazenda Riachuelo era originalmente de Major Prado e a Fazenda Mandaguahy pertencia a duas vezes viúva Anna Joaquina Ferraz.

Na ocasião do casamento de Major Prado e Anna Joaquina, o regime escolhido no contrato de casamento foi o de separação de bens, ou seja, bens obtidos anteriormente a data da união 07 de

janeiro de 1867 não entrariam na partilha. Neste caso, o Coronel Francisco de Paula Almeida Prado filho não participou da partilha da fazenda Mandaguahy, por ele ser filho da primeira esposa de Major Prado. Da mesma forma, Anna Joaquina não teve direito às terras da Fazenda Riachuelo, mas somente ao valor do investimento em infraestrutura feito durante sua união com Major Prado. A partir de 1904, as duas propriedades teriam gerenciamento independente e não seriam mais unificadas.

No entanto, casamentos consangüíneos entre primos e sobrinhos se repetem nas gerações vindouras, contribuindo para a continuação do “emaranhado” familiar, misturando descendentes de proprietários das fazendas em questão novamente, bem como conseguindo evitar a fragmentação das terras.



Figura 20 - Casal Benedicto de Paula Almeida Prado e Antonieta de Arruda Botelho. Fazenda São José, Agudos, SP, 1913. Fonte: Família Almeida Prado

Benedicto de Paula Almeida Prado nasceu em 1889, filho do Coronel Francisco de Paula Almeida Prado filho e Francisca Eurfrosina de A. Prado, neto do Major Francisco de Paula de Almeida Prado e Tenente Lourenço de Almeida Prado (BROTERO, 1938 p 170). Teve sua educação formal de nível médio em Itu e depois vai passar uma temporada na Europa para complementar sua educação.

Ao casar-se em 1913 com Antonieta de Arruda Botelho, partiram para abrir nova fazenda em sociedade com o Coronel Paula Prado no município de Agudos, distante cerca de

60 quilômetros a oeste de Jaú. Na Fazenda São José em Agudos passou pela mesma trajetória que seus avós e pais. Plantou café e construiu uma pequena estrutura de secagem e beneficiamento. Foram nove anos até o retorno a Jaú como sócio do pai na Fazenda Riachuelo em 1922.

No início da década de 1930 comprou outra propriedade, Fazenda Santa Maria, vizinha da Riachuelo. Nesta fazenda permaneceu, modernizou a residência, plantou novo pomar, inovou com

a instalação de uma leiteria modelo e criação de gado da raça holandês. A fazenda Riachuelo ficou estagnada no tempo. Supria com café e pastagem a Fazenda Santa Maria somente. Percebemos que o vínculo com a terra permaneceu, mas as mudanças e modernizações passaram longe destas terras.

Como seu pai, o coronel Paula Prado, Benedicto foi vereador, participou do Conselho Consultivo Municipal em 1933 após a Revolução Constitucionalista (CHAVES, 2006 p.160), no entanto, não permaneceu na vida política. Preferiu fazer o caminho inverso aos seus antepassados cujas residências iniciais eram na zona rural e as permanentes, urbanas. Benedicto faz de sua residência urbana a temporária, a da Fazenda Santa Maria a permanente.

Manteve as duas propriedades, até a sua morte em 1961, quando a Fazenda Riachuelo foi herdada, pelos dois filhos mais novos e sua esposa, Antonieta de Arruda Botelho, permanecendo com Fazenda Santa Maria.

Benedicto de Paula Almeida Prado, criado sob valores burgueses, foi inovador em suas propriedades agrícolas, mas permaneceu com residência principal na zona rural próxima a base produtiva. Fez mudanças no modo de produção de leite com a construção de uma cocheira com baias separadas por animal e vagonetes para ajudar no transporte das leiteiras e ração na década de 1930. Manteve-se fiel ao café, modernizando o manuseio do café no terreiro. Renovou parte do cafezal apostando na recuperação da cultura cafeeira na década de 1950. Como pai incentivou os dois filhos mais velhos a continuarem com empreendimentos agrícolas ao doar pequenas propriedades quando estes se casaram.



Figura 21 - Vicente de Paula Almeida Prado, C. 1900. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Quando em 1904, faleceu o patriarca Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado, a Fazenda Mandaguahy coube somente à viúva Anna Joaquina Ferraz como rezava o contrato de separação de bens do casamento de 1867. Anna Joaquina foi assessorada por administradores profissionais e pelos filhos, mais novos Vicente de Paula Almeida Prado e Pio de Almeida Prado.

Vicente de Paula nascido em Jahu no ano de 1876, teve sua educação formal nos Colégios Azevedo de Rio Claro e São Luís de Itu e formou-se em Direito no Largo de São Francisco em 1900. Foi o primeiro jauense nato a graduar-se bacharel em Direito. Iniciou sua carreira política assim que retornou à sua cidade natal,

sendo eleito deputado estadual no pleito de 1907 e posteriormente Senador estadual em 1919 (CHAVES, 2006, p.80, 90, 110).

Foi presidente do Banco Melhoramentos de Jahu e do Banco de São Paulo. Foi designado presidente do Banco do Brasil em 1931, presidente da Companhia Colonizadora e de Imigração (BROTERO, 1938, p. 176). Vicente além de político e empreendedor assessorava sua mãe com os negócios. Anna Joaquina tornou-se acionista do Banco Melhoramentos e Banco São Paulo, construiu uma residência em São Paulo, onde também residia Vicente, expandiu as plantações de café com a compra de outra propriedade em Jahu chamada São João do Saltinho. Anna Joaquina, embora, tenha optado em residir com o filho Vicente em sua casa de São Paulo, escolheu o filho mais novo como sócio nas fazendas.



Figura 22 - Pio de Almeida Prado, c. 1904. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Pio de Almeida Prado nasceu em 1882 também em Jahu (BROTERO, 1938, p.178). Graduou-se em direito pelo Largo de São Francisco em 1905, passou uma temporada na Suíça e a exemplo de seu irmão Vicente, volta para sua cidade natal para advogar e ajudá-lo na carreira política (CHAVES, 2006 p.110). Como filho caçula, coube a ele suceder Vicente nos negócios da Mãe, uma vez que ela havia mudado sua residência para São Paulo na década de 1910. Em 1921 formou uma sociedade com a Anna Joaquina na Firma Viúva Major Prado & filho sociedade agrícola que compreendia as fazendas Mandaguahy e São João do Saltinho. Estas propriedades perfaziam um total de 234 mil pés de café (PRADO, 1921, p.2 e 3). Pio fixou residência na cidade de São Paulo de onde comandava a firma em sociedade com a mãe e fundou em sociedade com os irmãos a Almeida Prado & Cia – Casa Comissária e Exportadora.

Franco (1974 p.160) explica que o surgimento de casas comissárias se deu por conta da dispersão das propriedades e distância que as separava dos centros de vendas, exigia intermediários. A colocação dos produtos no mercado começou a ser feita por comissários. A autora define esta modalidade de profissional como um representante do produtor que realizava as transações comerciais em sua falta, mas que progressivamente foi assumindo o papel de banqueiro. Os clientes iniciais eram conseguidos através de amizade e laços familiares, desta maneira casas comissárias conseguiam reunir clientes e suas produções agrícolas de vastas regiões. Com o passar

dos anos o comissário passou a ser importante ator no custeio das fazendas, “invadindo a própria área de produção, financiando-a (FRANCO, 1974, p.162). Bacellar (1999, p.135) explana que os recursos usados pelos comissários para financiar a produção de café de seus clientes poderiam ser próprios ou conseguidos através de empréstimos bancários, o que segundo o autor exigia grande habilidade da parte dos comissários e confiança dos fazendeiros.

A especialização das casas comissárias em conceder créditos agrícolas, permitiu a acumulação de fortunas por parte dos comissários e descontentamento por parte dos fazendeiros que “consideravam ilegítima a presença daqueles no setor de crédito agrícola” (BACELLAR, 1999, p.136). Estes préstimos prenderam o fazendeiro ao seu comissário. Segundo Franco (1974) criou uma ingerência nos projetos e decisões econômicas dos proprietários.

Assim, parece-me correto dizer que o comissário, ao controlar os investimentos em dinheiro e a venda das mercadorias, dominando os pontos extremos do movimento do capital no processo de produção, canalizava para si a valorização aí realizada e se dirimia dos riscos correspondentes, ocorridos pelo sujeito que detinha a propriedade fundiária (FRANCO, 1974, p.165)

Por outro lado Bacellar (1999, p.136) salienta que os grandes cafeicultores estavam diretamente envolvidos enquanto sócios das casas comissárias. A crítica às casas comissárias devia ter origem na camada de proprietários sem representação direta e possivelmente prejudicados pelas transações comerciais efetuadas por agentes comissários.

A Casa Comissária Almeida Prado e Exportadora, como foi explicado por Bacellar (1999), tinha entre seus sócios, membros da família Almeida Prado, proprietários rurais na cidade de Jahu. No caso de Pio de Almeida Prado, toda a produção das fazendas Mandaguahy e Saltinho era negociada por esta empresa. Na documentação existente há uma série de correspondências respondendo a pedidos de adiantamentos para custeio da lavoura, bem como extratos citando a quantia e valores das negociações com o café. Não se pode afirmar que a fazenda tenha sido uma vítima do sistema de crédito agrícola operado pelas casas comissárias, mas podemos concluir que a Casa Comissária criava um vínculo comercial e financeiro difícil de ser quebrado. Pio de Almeida Prado esteve ligado à administração da Casa Comissária Almeida Prado e Exportadora até o seu falecimento em 1955.



Figura 23 - Armazém localizado na Rua Humaitá que pertenceu à Casa Comissária Almeida Prado & Exportadora - Posteriormente doado à Associação São Vicente de Paula para geração de rendimento para a entidade assistencialista , sem data. Fonte: Arquivo Municipal de Jahu

ALMEIDA PRADO & CIA/0

COMISSARIOS

Caixa Postal Nº 241

SANTOS

RUA TELLES VELLOSO

SANTOS

RUA TELLES VELLOSO

SANTOS

SANTOS

SANTOS

Santos, 17 de Dezembro de 1921

Illmo. Snr. Dr. Pio de Almeida Prado

Jahú

Amigo e Snr.

Confirmamos nossa carta de 15 do corrente e accusamos sua presada de 14 do mesmo.

Agradecemos a gentileza da communicação que Va. Sa nos fez relativamente á constituição, em 9 de Novembro ppº., de uma sociedade civil e agricola, sob a razao social de Viuva Major Prado & Filho, da qual fazem parte a Exma. Snra. Da. Anna Joaquina de Almeida Prado e Va. Sa.

Tomamos nota para debitar á conta desta firma os fôrecimentos feitos á Fazenda Mandaguahy, a partir de 1º de Novembro ppº., e que faremos oppertunamente, dando previo conhecimento a Va. Sa. dos lançamentos effectuados.

Já providenciamos para que lhe sejam remettidos, com urgencia, 750 metros de manilhas de barro, de 3" e mais 3 T e 2 curvos para o mesmo diametro. Igualmente, encommendamos á Casa Nathan a machina de matar formigas, de accordo com suas ordens, pelo telephone, hoje.

Sem mais, somos com elevada estima e consideração

De Va. Sa.

Amigos Obrigados

p. p. Almeida Prado & Companhia

Almeida Prado & Companhia
[Handwritten signature]

Figura 24 - Correspondência da Almeida Prado & Cia - Acusando o recebimento de notificação da constituição da sociedade entre Pio e sua mãe, Anna Joaquina de Almeida Prado em 09 de novembro de 1921. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 25 - Trabalhador descansando na rede do acampamento em Araçatuba. Sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

“condições favoráveis dos preços e da segurança aos investimentos criada pelas sucessivas defesas do café, quanto pela queda de produtividade das lavouras locais” (FALEIROS, 2007, p.296). Silva (1981) observa que a terra, por ausência de um mercado de capitais seguro, converteu-se em



Figura 26 - Acampamento de trabalhadores na Fazenda Anna Joaquina, Araçatuba, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

No setor agrícola, Pio de A. Prado comprou em sociedade com o irmão Vicente de Paula Almeida Prado 2.500 alqueires no então município de Araçatuba, atual Monte Aprazível, no início dos anos 1930 para formação de fazenda de 320.000 pés de cafeeiros. Também construiu um porto para a travessia do Rio Tietê que até hoje leva o seu nome. O que diferenciava a abertura das novas propriedades no extremo oeste do Estado de São Paulo daquelas abertas em meados do século XIX era o distanciamento do empreendedor. Pio e seu irmão Vicente não se mudaram para esta região como fizeram seus pais na abertura das fazendas em Jahu. Faleiros (2007) escreveu que o motivo que levou cafeicultores jauenses a investir na formação de novas lavouras fora de sua região, eram as

objeto de demanda financeira, ou seja, “a terra se converteu, no caso brasileiro, além de um *meio de produção* também em uma *reserva de valor*” (SILVA, 1981, p.62). No caso dos irmãos Vicente e Pio de Almeida Prado, ambos atuavam no mercado financeiro. As ações eram sempre lideradas por Vicente, o irmão mais velho, e muitas

vezes executada somente por Pio de Almeida Prado. Inferimos que a compra de uma gleba de 2.500 alqueires ou 6.050 hectares não tinha somente a finalidade de só plantar 320 mil de pés de café, parece-nos que a compra desta grande área serviria também como reserva de valor. Esta hipótese se clareia quando levamos em conta o fato desta região estar no traçado da ferrovia Federal Noroeste, sugerindo a valorização gradual das terras. Um investimento seguro a longo prazo.



Figura 27 - Trabalhadores e cães de caça em Araçatuba , sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 28 - Chegada ao Porto Dr. Pio de Almeida Prado após a travessia do Rio Tietê por balsa, Araçatuba, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 29 - Pio de Almeida Prado de terno escuro ao centro e seu filho Francisco Pio do lado direito em Araçatuba, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 30 - Trabalhadores defronte a casa sede, Araçatuba, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Ainda na década de 1930, iniciou a criação de gado Gir/Zebu na Fazenda Mandaguahy como alternativa ao café. A procura do gado Gir como alternativa econômica teve início em Franca com

a entrada dos primeiros exemplares da raça vindos de Minas Gerais, mais especificamente de Uberaba. A partir de 1930 começou uma campanha de “reagrupamento das raças puras” (BACELLAR, 1999, p.179) que mais tarde levou a criação do Serviço Genealógico das Raças de Origem Indiana, em Uberaba. Na década de 1940 a fazenda ganhou destaque no cenário nacional com animais procriadores como o Maxixe do Mandaguahy em exposições em Uberaba, Bauru e na Água Branca em São Paulo.



Figura 31 - Touro reprodutor premiado Maxixe do Mandaguahy, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 33 - Gado Zebu da Mandaguahy em exibição no Parque da Água Branca em São Paulo, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 32 - Vaca Zebu e seus trigêmeos na Fazenda Mandaguahy. Sem data. Os três bezerros sobreviveram. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Do mesmo modo que a administração de seu meio irmão o Coronel Francisco de Paula Almeida Prado na Fazenda Riachuelo, foi sob a direção de Pio de A. Prado que a Mandaguahy modernizou sua agricultura. São comprados maquinários novos, construída uma nova cocheira com a madeira proveniente de Araçatuba. É interessante notar como as propriedades pertencentes à Firma Viúva Major Prado & Filho se desenvolveram durante os oito anos de sociedade, ou seja, da constituição em 1921 à dissolução com o falecimento de Anna Joaquina em 1929.

Na escritura de compra e venda lavrada em 1921, Anna Joaquina vende metade de suas propriedades agrícolas para seu filho Pio de Almeida Prado, nela estão descritas as fazendas São João do Saltinho e Mandaguahy. Na ocasião a fazenda Saltinho possuía quarenta alqueires de terra, casa de morada, cocheira, paiol, tulha, ranchos para carroças, casas para colonos, terreiro ladrilhado, moinho, bomba hidráulica, instalação elétrica, 54 mil pés de café, canaviais, semoventes e aparelhos agrícolas.

A fazenda Mandaguahy possuía 130 alqueires de terra, 180.000 mil pés de café, casa de morada, casa de administrador, casas de colono, casa de máquinas para beneficiar o café, tulha paiol, moinho, lavador de café, terreiro pichado, instalação elétrica para a iluminação e movimentação das máquinas, máquina de picar cana, instalação de água, telefone, pastos, pomar, seis carroças arreadas, cabeças de gado vacum, muares para serviços da fazenda, porcos de criar, instrumentos agrícolas e outros utensílios (ESCRITURA, 1921, p.02 e 03).

Segundo o inventário aberto por ocasião da morte de Anna Joaquina de Almeida Prado em 1929, o número de pés de café da fazenda São João do Saltinho continuava com os mesmos 54 mil, ganhou motor elétrico, máquina para picar cana, máquina ceifadeira de capim. No entanto, a área de terra diminuiu de 40 para 35 alqueires. Pode-se observar que houve um melhor equipamento com aparelhos voltados para criação de muares ou gado, mas não houve expansão no número de cafeeiros. Na fazenda Mandaguahy que era mais bem equipada que a Saltinho não há nenhuma mudança digna de nota por parte do avaliador, somente o número de cafeeiros que diminuiu em quase dez mil pés. Passou de 180.000 em 1921 para 170.152 unidades em 1929.



Figura 34 - Em primeiro plano as irmãs Francisca e Maria Aparecida. Ao fundo Anna Joaquina, avó e sogra de suas netas, amparada por Vicente de Paula Almeida Prado, seu filho, na residência de São Paulo em 1927. Fonte: Família Almeida Prado

O inventário de Anna Joaquina traz a informação de que as safras de 1928 e 1929 de café não haviam sido comercializadas. Como conclusão nota-se que a sociedade pouco modificou a realidade das propriedades, com exceção do investimento em maquinário para a criação de animais e a construção da segunda cocheira na Fazenda Mandaguahy destinada ao alojamento de gado, muares, picador de cana, máquinas de debulhar milho, moinho de fubá e carpintaria. O próprio inventário sugere razões para o período de estagnação. Havia

excesso de café do mercado. As duas últimas safras de 1928 e 1929 estavam estocadas e consignadas a Almeida Prado & Cia de Santos ou aguardando embarque na cidade de Jaú.,

A safra de 1928 somava 1.816 sacas, sendo que só 33 já haviam sido embarcadas, o restante aguardava. A safra de 1929 era de 4.168 sacas em conhecimento e 3.681 aguardando embarque de Jahu para Santos. O total de sacas era de 9.665. O valor deste café, segundo o inventariante, “atendendo a situação atual do mercado de café, a circunstância do tempo em que tais cafés demorarão para chegar a Santos, e a base atual do financiamento pelos bancos do Brasil e do Estado de São Paulo, base que é de 40\$000 (quarenta mil réis) por saca.” (PRADO, 1929, p.12 e 13). Caio Prado Jr. complementa sobre o excesso de produção que já vinha ocorrendo há algum tempo. Entre os anos de 1890 e 1900 houve a duplicação das culturas de café do Estado de São Paulo (220 e 520 milhões de cafeeiros respectivamente), ainda segundo o autor, em 1902 começa a cobrança de impostos sobre novas plantações, mesmo assim, no decênio de 1900 a 1910, os cafezais paulistas aumentam em 150 milhões de pés. “...depois de 1925, verificar-se-ão excessos permanentes que obrigarão à destruição de grandes quantidades do produto. Mas aquele equilíbrio a longo prazo não impedirá superproduções momentâneas que às vezes se prolongam por anos consecutivos.” (PRADO JR, 1998, p.229)

A Fazenda Mandaguahy continuou com a lavoura cafeeira mesmo após a crise de 1929, mas a criação de gado ganhou espaço e importância.

Este período de expansão se prolonga até meados de 1955, quando Pio de Almeida Prado faleceu em São Paulo.

Pio de Almeida Prado e seu sobrinho Benedicto de Paula Almeida Prado são exemplos de filhos de proprietários de terras bem sucedidos, cuja educação foi dirigida para o acúmulo de capitais e na modernização da produção. Pio morava em São Paulo e as visitas às propriedades agrícolas ficavam quase que restritas a épocas de colheita do café e dias de pagamento, no restante do período eram gerenciadas pelo seu filho e por um administrador profissional. Já Benedicto mantinha residência na cidade de Jahu, embora passasse a maior parte do tempo nas fazendas Riachuelo e Santa Maria. Podemos perceber que os dois sucessores nas administrações das fazendas em Jahu estavam totalmente incorporados aos novos métodos de produção e uso da mão-de-obra disponível. Observamos que Pio, a exemplo da mãe e irmãos, estabeleceu residência em São Paulo como uma parte considerável de proprietários rurais do interior do Estado fez. Notamos que Pio era empreendedor e diversificou seus negócios de maneira a ficar menos vulnerável às oscilações de preço do café. Educou os filhos e principalmente as filhas imbuídas de espírito administrativo incentivando-as a manterem pequenos negócios.

Seu sobrinho Benedicto também teve uma trajetória de sucesso econômico, mas não detinha o espírito inovador do tio. Benedicto permaneceu fazendeiro de café do interior, mesmo quando manteve casa na cidade de São Paulo. Da mesma maneira que o tio Pio de A. Prado, incentivou os filhos mais velhos iniciarem seus negócios desde que fosse empreendimentos relacionados à agricultura. Inferimos que mesmo sendo da mesma parentela e quase da mesma idade, os dois senhores absorveram as inovações em graus diferentes. Um traço foi comum aos dois, o poder patriarcal quase total exercido em suas famílias. Filhos e esposas mesmo gozando de certa liberdade financeira estavam em tempo integral sob os olhos e dentro das normas ditadas por eles.

A primeira geração de Almeida Prado jauenses nascidos ainda durante o Império, mas criados na república, repetem o costume dos avôs e pais de terem consigo um filho que pudessem preparar para administrar as propriedades rurais. Pio de Almeida Prado, faz de Francisco Pio de Almeida Prado seu sucessor para administrar as fazendas Mandaguahy e Saltinho. Benedicto de Paula Almeida Prado conta com o auxílio de seu filho Paulo Botelho de Almeida Prado no gerenciamento das fazendas Riachuelo e Santa Maria.

As famílias constituídas por Pio de Almeida Prado e Benedicto de Paula Almeida Prado embora permanecessem tendo como base econômica as propriedades abertas por seus antepassados absorveram de maneira diferenciada os valores burgueses urbanos. Os conceitos de chefe de família, provedor e senhor absoluto do domínio doméstico do patriarcado não se dissiparam por completo nas relações familiares dos dois núcleos.

A nova relação familiar diminuiu o distanciamento entre pais e filhos, mas o hábito de ter um serviçal destinado a criação e educação dos filhos não foi abandonado, bem como o hábito de enviar os filhos para colégios internos. A posição da mulher é que mudou. No núcleo familiar de Pio de Almeida Prado, sua esposa incorporou o modo de vida burguês urbano por completo, já no núcleo de Benedicto de Paula A. Prado havia uma relação confusa entre o patriarcado e o burguês. Ora percebe-se a absorção do modo vida burguês, ora o patriarcalismo se evidenciou de uma forma bastante clara.

Os dois núcleos familiares possuem um acervo de registro fotográfico e diários que possibilitam ao pesquisador penetrar na intimidade familiar através da leitura dos relatos, entrevistas e interpretação das imagens.

Percorrer essas fotografias é como mergulhar no registro virtual da memória familiar. As fotografias são, pois, um recurso eminentemente moderno que possibilita a conservação e a permanência de uma continuidade visual do passado familiar. Resistindo à aceleração do tempo, elas proporcionam uma orientação para a memória num contexto que tende a ser fragmentário e dispersivo. Por meio de poses e instantâneos que contribuem para a fixação da auto-imagem de indivíduos e grupos familiares, vamos acompanhar os registros de alguns ritos da vida privada e de alguns padrões de sociabilidade. (SCHAPOCHNIK, 2004 p.457)

A fotografia também simbolizava “modernidade como marca de status de civilização; uma distinção nas mãos de poucos” (SCHWARCS, 1998, p. 349). Ao fazer uso de fotografias a família ajudava a criar um registro da representação da sociedade brasileira através da construção da imagem. Se no início deste capítulo a maioria das imagens são fotografias de estúdio, onde ambiente e indumentária eram rigorosamente organizados para transmitirem valores de retidão de

caráter e riqueza material, a partir das fotografias da primeira década do século XX elas serviriam para registrar reuniões familiares, filhos, festas e rotinas de trabalho na família Almeida Prado

Em álbum de fotografias familiar e diários complementares com textos cuidadosamente montados para contar as histórias de Maria Cecília Botelho de Almeida Prado e de Francisca Antonieta de Almeida Prado, a mãe, Antonieta de Arruda Botelho ilustrou com fotos e textos o cotidiano das filhas. Desde o nascimento em 1915 de Maria Cecília ao casamento de Francisca em 1946, são cerca de 30 anos de histórias cujas filhas aparecem interagindo com seus avós paternos e maternos, primos e colegas de colégio interno.

Os álbuns organizados pelo núcleo de Pio de Almeida Prado não são acompanhados de comentários sobre as fotografias, mas uma análise atenta permite evidenciar a relação mais formal desta família. As imagens cobrem um período longo de mais de 50 anos de fotografias espontâneas e de estúdio, bem como o registro da estrutura produtiva e criações de animais. Outra informação interessante que distingue os núcleos é a interação com o espaço rural e a apropriação de espaços criados para produção usados temporariamente para o lazer.

Outra característica destes álbuns e diários é mostrar como se deu a educação de meninas da elite agrária paulista no começo do século XX, deixando bastante explícito os cuidados com a educação formal, prática de esporte e engajamento em atividades assistencialistas.

Segundo as autoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (2004), “as mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas.”(MALUF E MOTT, 2004, p.368) As autoras continuam discorrendo sobre a presença maior das mulheres nas ruas e a formação de administradoras domésticas, uma vez que o modelo de sociedade industrial permitiu que se comprasse muitos produtos que antes eram feitos em casa, bem como popularizou aparelhos domésticos liberando assim a mulher do trabalho pesado, permitindo que agora só coordene a vida doméstica.

Antonieta de Arruda Botelho casada com Benedicto de Paula Almeida Prado residia na Fazenda Riachuelo. A Fazenda Mandaguahy é herdada por Maria Aparecida de Almeida Campos casada com Pio de Almeida Prado. Estas duas senhoras viveram numa realidade diferente da suas antecessoras. A mulher, agora menos reclusa, continuou nos alicerces burgueses responsável pelos cuidados com o marido e filhos (SETUBAL, 2004, v2, p82), mas cumpria papel social, na vida do marido empreendedor. Ela permaneceu responsável pela organização da casa e cuidados dos filhos

sempre com a tarefa de ser a base moral. Os filhos foram educados por governantas alemãs ou inglesas, aprendendo a etiqueta francesa, freqüentavam faculdade e viajavam à Europa para complementarem sua educação. A influência da educação à francesa estava presente nos estabelecimentos de ensino para mulheres e a anglo-germânica na educação dos homens.



Figura 35 - Antonieta de Arruda Botelho, 1913. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Antonieta e Maria Aparecida eram contemporâneas e tinham origens parecidas, ambas pertenciam à classe proprietária de terras, mas havia diferenças no grau de instrução formal de seus pais.

No caso de Antonieta, nascida em 1890, o pai Álvaro Carlos de Arruda Botelho, possuía graduação em Direito pelo largo de São Francisco, veio para Jahu para ser juiz municipal em 1884 e depois foi vereador. Sua mãe Maria Andrada Egas, era uma exímia pianista e descendente dos Irmãos Andrada, políticos influentes durante a formação do Império brasileiro.



Figura 36- Maria Aparecida de Almeida Campos, 1906. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Maria Aparecida, nascida em 1888, filha de Carolina Ferraz de Almeida Prado, neta do tenente Lourenço de Almeida Prado e Francisca Eufrosina Corrêa de Moraes, ficou órfã de mãe aos 12 anos de idade. Seu pai, João Leite Ferraz de Campos, filho de Joaquim Pires de Campos e Anna Joaquina Ferraz, era agricultor e empresário. Ele possuía fazenda de café produtiva, uma olaria e imóveis na cidade. No inventário feito por ocasião da morte de sua esposa Carolina, na descrição da olaria havia a produção de quarenta mil tijolos. Também foi ele um dos proprietários da primeira casa urbana construída de tijolos em Jahu em 1881, segundo Sebastião Teixeira em Jahu em 1900.

Ambas Antonieta e Maria Aparecida tiveram educação formal. Antonieta estudou no Colégio Nossa Senhora do Sion em São Paulo, e Maria Aparecida no Colégio Nossa Senhora d'Assumpção em Piracicaba, Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Itu e finalizou os estudos no Colégio Nossa Senhora do Sion de São Paulo.

A trajetória de vida destas duas mulheres mudou quando foram analisados seus papéis em suas empresas agrícolas. Maria Aparecida casou-se em 1906 com seu tio Pio de Almeida Prado,

filho do Major Francisco de Paula Almeida Prado, e mudaram-se para a cidade de São Paulo, onde fixaram residência permanente.



Figura 25 - Maria Aparecida de A. Campos na Fazenda Mandaguahy em 1929. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Antonieta de Arruda Botelho casou-se com Benedicto de Paula Almeida Prado, filho do Coronel Francisco de Paula Almeida Prado filho e neto do Major Francisco de Paula de Almeida Prado. Mantiveram residência permanente primeiramente na Fazenda Riachuelo e posteriormente na Fazenda Santa Maria, utilizando a casa da cidade de Jahu somente aos finais de semana.

Maria Aparecida ficou restrita aos cuidados de sua família. No entanto, Antonieta de Arruda Botelho que continuou a morar a maior parte do tempo na zona rural, foi muito ativa nos cuidados não só da casa, mas também na formação religiosa, educação básica e saúde de seus empregados.

Maria Aparecida Almeida Campos se encaixava bem na descrição de Maria Alice Setúbal (2004) do que era a mulher burguesa. Uma mulher preocupada com o marido e filhos, guardiã da moral e administradora do lar. Segundo relato de Maria Antonieta de Almeida Prado (2007), sua avó paterna Maria Aparecida, era uma senhora de hábitos rotineiros e bastante formais. Nas temporadas em que passou na casa de sua avó, lembrou-se muito dos rituais da administração do lar. Nas manhãs seus avós tomavam o café da manhã no quarto, onde a empregada chefe recebia as ordens e cardápio do dia. Ao descer do quarto, lembrou Antonieta, Maria Aparecida vinha passando a mão no corrimão da escada e móveis do caminho para checar se o serviço das arrumadeiras havia sido feito a contento. Maria Aparecida dedicava-se a pequenas prendas domésticas, como costura, tricô e bordado, no entanto, suas incursões pela cozinha eram restritas à produção de doces finos. Na Fazenda Mandaguahy a renda gerada pela venda das frutas e leite era usada em seu proveito.

Antonieta de Arruda Botelho, por sua vez, logo após seu casamento mudou-se para Agudos, outra frente de expansão cafeeira a leste de Jaú. De 1913 a 1920 participou ao lado de seu marido Benedicto de Almeida Prado na administração da formação de roças de café e na assistência à saúde e educação dos colonos imigrantes. Em depoimento, o senhor Francisco Pinto (2006), morador e trabalhador da Fazenda Riachuelo, propriedade do casal Antonieta e Benedicto de

Almeida Prado em Jahu, Antonieta de Arruda Botelho foi descrita como uma médica ou agente de saúde.



Figura 26 - Antonieta de Arruda Botelho na plantação de café em formação. Ao fundo pode-se avistar alguns troncos e a mata fechada. Fazenda São José, Agudos, SP, 1913. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Segundo Francisco Pinto (2007), que morou e trabalhou na fazenda Riachuelo na década de 1930, Antonieta assistia, aconselhava e dava os primeiros socorros aos colonos da fazenda, além de ensinar princípios religiosos e prover no período de colheita do café, enxovais para os recém nascidos, camisas e cobertores, permanecendo na tradição da senhora que cuidava daqueles que lhe prestavam algum tipo de serviço por ter noção de quanto a mão-de-obra saudável é importante para o sucesso de sua empresa agrícola. Antonieta também cumpria o papel de fiscal das tarefas domésticas, jardim, horta e pomar. Maria Antonieta de Almeida Prado (2007) descreveu a avó como mulher culta, que gostava mais de conversar do que prendas domésticas. Tinha inclinação para as letras, pintura e música. Quando jovem teve aulas de pintura como famoso artista plástico Benedicto Calixto e foi iniciada no violino por sua mãe, Maria de Andrada Egas. Mesmo morando a maior parte do tempo na fazenda, Antonieta fundou com sua irmã Marieta Botelho de Miranda e outra amiga, a Casa da Criança, uma creche para que as mães trabalhadoras pudessem deixar seus filhos na cidade de Jahu. Durante a revolução Constitucionalista de 1932, ajudou na organização do batalhão 09 de Julho de Jahu e foi eleita madrinha por sua atuação. Enquanto Benedicto cuidava da fazenda como uma empresa, sua esposa, Antonieta, se ocupava com a direção dos afazeres domésticos, da educação formal básica e religiosa e em suprir as necessidades imediatas de seus empregados. Em um primeiro momento Francisca A. Almeida Prado Cariani (2005), filha do casal, descreveu um dia típico de trabalho de sua mãe e depois falou sobre a maneira como ajudava os empregados da fazenda.

Papai e Mamãe acordavam muito cedo. Mamãe tinha uma máquina para desnatar o leite e uma batedeira de manteiga, para bater manteiga. Então ela está sempre cedo lá. Tinha uma pessoa, um cocheiro que levava e punha lá o leite na máquina, ela ficava fiscalizando.

...cozinha que era muito grande, tinha fogão de tacho onde se fazia bananada, goiabada, marmelada, (mamãe) comprava marmelo não sei de onde,

para se fazer doce. E juntava as empregadas. Era um tal de fazer doce... Empacotava em quadradinhos e guardava em latas de doces também. Tinha doce para ano inteiro. E o café era moído na cozinha do Riachuelo, a cozinha era grande, tinha uma maquininha de moer café...

Cuidava do leite, dava uma volta no pomar, ia às vezes até lá embaixo na piscina. No jardim, tinha um piquete, assim do lado, que tinha galinha...O pomar era lindo tinha uma avenida de jabuticabeiras, que quando chegava a hora da produção era uma maravilha. Apanhavam de jacá.. Vovô (Coronel Francisco de Paula Almeida Prado filho) levava os amigos, parentes, para chuparem jabuticabas. Vovoinha (Antonieta de A. Botelho) mandava arrumar uma mesa e ficavam alí com o jacá. Eu passava só a jabuticaba. (CARIANI, 2005)

No relato de Cariani, ficou claro a nova posição da mulher burguesa de coordenar a vida doméstica e ser a guardiã da moral. O relato explicita também que a mulher estava longe da posição passiva com relação à administração da fazenda de café. Cuidados com a família eram compartilhados com a fiscalização, assistência e educação dos empregados.

Diferentemente de Maria Aparecida de Almeida Prado, Antonieta não era, segundo seus netos, responsável por qualquer tipo de produção cuja renda seria revertida em seu benefício próprio. Embora Antonieta fosse mais presente, ativa na administração da fazenda e nas ações sociais na cidade de Jahu que sua contemporânea, manteve hábitos mais tradicionais e princípios de patriarcado, nos quais o provedor e administrador de receita era o marido.

A rotina de trabalho de um agricultor dono de uma fazenda especializada em café era dividida em diferentes operações conforme a época do ano. A preocupação em manter o cafezal produtivo e saudável, fazia com que o fazendeiro separasse os meses do ano dedicados a etapas como capina, adubação, poda, produção de mudas, manutenção da estrutura de lavagem e secagem do café. O dia de trabalho começava muito cedo, por volta das 6:30 e só terminava às 17:30. À noite o administrador vinha à sede para relatar o dia e receber novas ordens para o dia seguinte. A rotina das esposas como pudemos notar não era menos complexa. Saber aproveitar os frutos de cada estação transformando-os em doces, preparar, defumar e conservar carnes, administrar a educação dos filhos e assistir os empregados e, em alguns casos empreender, preenchiam todo o dia destas mulheres proprietárias de terras.

Nesta última parte da análise que mostrou as semelhanças e diferenças entre as duas fazendeiras criadas segundo os preceitos burgueses, ficou claro que, apesar de, Antonieta não ter tido nenhum empreendimento sob sua responsabilidade, mesmo que assistida pelo marido, foi uma mulher atuante socialmente. Ainda que praticasse o assistencialismo, se preocupava com o bem estar de seus empregados e de empregadas em geral, a ponto de fundar em associação com a irmã e outra amiga a primeira creche da cidade de Jahu. Este espaço era um amparo para as mulheres que eram chefes de família ou colaboradoras da renda familiar. Mesmo que numa análise mais aguda pensássemos que esta estrutura assistencialista fosse ao final beneficiar às próprias senhoras proprietárias de terras por terem para si garantidas empregadas domésticas, permitiram a tantas outras mulheres serem empregadas no comércio ou na indústria nascente local.

Antonieta de Arruda Botelho e Maria Aparecida de Almeida Campos criaram seus filhos de acordo com ideal burguês de “boa educação”. Os filhos esportistas e emancipados, as filhas refinadas e prendadas.

Antonieta teve duas filhas e um filho. Maria Cecília, Francisca Antonieta e Paulo. Maria Aparecida teve quatro filhas e um filho. Maria Pia, Ana Heloisa, Maria Carolina, Maria Yolanda e Francisco Pio. Desta geração somente dois, Maria Cecília e Francisco Pio, se fixaram na zona rural, embora os outros, com residência fixa em Jahu ou São Paulo, não tivessem perdido seus vínculos com o campo.

Os filhos de Antonieta e Benedicto de Almeida Prado tiveram sua educação formal iniciada por iniciativa da própria mãe. Antonieta organizou um diário e um álbum de fotografias de cada um dos filhos. No texto sobre Maria Cecília, há um relato de suas primeiras lições e depois na entrevista de Francisca A. P. Cariani, um comentário de como a mãe lhe passou as primeiras lições. Este início da educação formal ocorreu na própria casa, mostrando o papel central da mãe na formação dos filhos, confirmando a definição de Setúbal (2004)

As Aulas (1921)

Estudou em casa em casa as primeiras letras. O irmãozinho estudava junto. Com sete anos já sabia ler. O melhor da aula era para ambos...a hora do lanche.
(PRADO, 1935)

“Sua (Francisca) primeira professora foi Mamãe” (PRADO, 1946)

A afirmação de Maluf e Mott que as moças de famílias deveriam ter preparo intelectual, com conhecimentos gerais, noções de arte, pintura a óleo ou aquarela e que tocassem magnificamente piano ou violino (MALUF E MOTT, 2004 p.396-397) está também presente nos relatos de Antonieta. No texto do diário há várias menções a educação. A primeira relatando o ambiente agradável do ensino das primeiras letras em casa e depois da dura despedida para o internato. Maria Cecília foi estudar no Colégio Nossa Senhora do Sion em 1927, instituição de ensino francês onde sua mãe e tias haviam estudado. Como complemento da educação, tomou aulas de piano. Já Francisca foi para o internado em 1934 e inovou ao preferir aprender violão ao piano.



Figura 27 - Maria Cecília de A. Prado de uniforme no pátio do Colégio Nossa Senhora do Sion, São Paulo, 1928. Fonte: Família Almeida Prado

Ela (Mamãe) tocava violino e Cecília tocava piano. Cecília tocava muito bem Chopin. Mas isto era só nas férias. (CARIANI, 2005)

Muito amiga da música (Maria Cecília) alegrava muito as férias tocando e cantando com suas primas e seus primos, Mário, Annita, Cacildinha e Therezinha. Estudava com muito gosto o piano e vai se adiantando bastante. (PRADO A., 1935)

Esta mesma fórmula de educação ocorreu na família de Maria Aparecida e Pio de Almeida Prado. As quatro filhas Maria Pia, Ana Heloísa, Maria Carolina e Maria Yolanda frequentaram o colégio Nossa Senhora do Sion, ora como alunas internas, ora como semi-internas. Como podemos notar o ideal burguês de família foi incorporado pelos fazendeiros. A formação intelectual era parte de grande importância na vida das famílias. Falar idiomas estrangeiros, saber normas de bom comportamento, ter noções de arte e música, foi preocupação presente nos dois núcleos da família Almeida Prado.

As férias do colégio no período em que estiveram internos em São Paulo eram motivos de saudosismo do relacionamento familiar. Os dois filhos mais velhos do casal Benedicto e Antonieta de Almeida Prado, ficaram no sistema de internato durante 7 anos. Provavelmente o prazer de voltar à fazenda junto dos entes queridos era grande. Além é claro, de fazer atividades esportivas e recreativas com liberdade.

As férias eram realmente motivo de muita alegria para esta pequena família. Cariani (2005) relatou que era somente nesta época que a casa ficava mais cheia e podia aproveitar a companhia da irmã mais velha. Durante as férias aproveitavam para brincar de casinha, nadar no reservatório de água usada para lavar o café, tocar os instrumentos e eventualmente ter a companhia dos primos.



Figura 40 - Maria Cecília e Francisca Botelho de A. Prado e sua prima Cacilda de A. Prado brincando de casinha. Fazenda Riachuelo, 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 41 - Paulo e Maria Cecília Botelho de A. Prado e seu primo Álvaro Carlos de Arruda Botelho no reservatório de água da Fazenda Riachuelo, 1924. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Se as mulheres tinham que produzir quase tudo que era consumido dentro dos lares durante grande parte do século XIX, passando a maior parte do tempo reclusas e sem vida social, a indústria nascente manufaturou muitos artigos que antes eram de produção caseira e popularizou o uso de aparelhos domésticos. Deste modo, liberou a mulher do trabalho pesado, permitindo que agora só coordenasse a vida doméstica. Segundo as autoras, “As mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas.”(MALUF E MOTT, 2004, p.368).

Estas mudanças nem sempre eram bem recebidas pela população masculina. Em um jornal da cidade de Jahu publicado em 27 de fevereiro de 1913, há um longo artigo descrevendo a educação da mulher. No início do artigo o autor Argymiro Acayaba escreveu “Estamos numa época prenunciadora de modificações radicais nos costumes” descrevendo a antiga formação de mulher restrita ao “curso de letras preliminares, aos labores domésticos, ao bordado, crochê, à pintura, às

vocalizações, ao piano, ao manuseio do dicionário das flores, para o namorico à distância e a mil futilidades...” no transcorrer do artigo anunciou a ameaça de mulheres educadas para as famílias. “ E será bem triste que as mães futuras discorram solenemente a propósito de numismática e sânscrito...ao eco dos gritinhos de seus filhos – empanturrados pela alimentação precoce e desvios das leis fisiológicas.” E terminou conclamando os homens a ridicularizarem estas mulheres “modernas” dando-lhes livros que as lembrassem de sua vocação de mulheres, mães e esposas, numa tentativa de impedir o “mais vibrante palpitar de entusiasmo de morte ao sexo forte”. Nome do jornal “Jahu Moderno.”

Outra mudança de comportamento que atingiu aos homens e mulheres, foi com relação à preocupação com a saúde e prática esportivas. Clubes esportivos foram fundados em São Paulo no início do século XX

Pio de Almeida Prado, tios e primos de Cecília e Francisca, ficaram sócios destes empreendimentos. Egas de Arruda Botelho, praticava remo no Clube Germânia e Pio de Almeida Prado, futebol no Clube Atlético



Figura 28 - Pio de A. Prado com time de futebol do Clube Atlético Paulistano sentado a esquerda no segundo degrau de cima para baixo. São Paulo, 1903. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Paulistano. O uso da prática esportiva era uma clara influência das culturas inglesa e alemã.

Em textos do diário de Cecília há relatos de prática de esporte associada à perda de peso. Parecia que Maria Cecília era um pouco gluttona, incentivada pela avó paterna a comer guloseimas. No entanto, sua mãe se preocupava para que não ganhasse muito peso, preservando sua saúde através de práticas esportivas como o tênis e natação (PRADO A., 1935).

Maria Alice Setúbal (2004, p.82) descreve a mãe burguesa como sendo a “guardiã do lar” responsável pela formação e manutenção da moral em seus lares. Maluf (2004, p.374). diz que “a imagem da mãe, esposa, dona-de-casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia aquilo que era pregado pela igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa.”

Sem dúvida, a religião é inibidor de condutas reprováveis e, talvez por esta razão o ensino religioso, afirmava além da fé, um modo de vida aceitável pela sociedade. A formação e orientação religiosa têm destaque nos diários de Maria Cecília e Francisca, a começar pela promessa feita a

Nossa Senhora no dia de nascimento de Maria Cecília em virtude de seus pés serem voltados para dentro. Durante quatorze anos Maria Cecília usou roupas sempre das cores azul e branco por ter tido os pés corrigidos. A mãe, Antonieta, lhes ensinou também as orações preparando os filhos Maria Cecília, Francisca e Paulo para a primeira comunhão.

Os filhos de Antonieta, Paulo Botelho de Almeida Prado e o filho de Maria Aparecida, Francisco Pio de Almeida Prado, estudaram no Colégio São Bento e Colégio Franco Brasileiro respectivamente. Os varões tiveram uma educação parecida com as dos seus pais. Paulo fez o curso de Direito em Niterói, no Rio de Janeiro e Francisco Pio não fez curso superior, mas passou uma temporada na Alemanha.



Figura 29 - Maria Pia, Maria Aparecida, Pio e Maria Yolanda de A. Prado passeando por Santos, 1929. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Se na educação dos filhos há uma similaridade entre as famílias de Antonieta e Maria Aparecida, na educação das mulheres ela começa a se diferenciar. Na família de Maria Aparecida, por iniciativa de Pio de Almeida Prado as filhas eram incentivadas a começar seus próprios negócios, sob vigilância e coordenação do pai. Maria Pia e Maria Yolanda iniciaram na propriedade de seus pais criações comerciais de galinha, coelho e plantações de banana, cuja renda era para os seus próprios usos.

No caso das filhas de Antonieta, não há nenhum relato neste sentido. Maria Cecília Botelho de Almeida Prado, ao contrário das primas de segundo grau, se dedicou às atividades rurais depois do casamento, adotando um comportamento muito parecido ao de sua mãe Antonieta de Arruda Botelho.

Até 1932, não há nos diários nenhuma citação a qualquer problema político que tenha ocorrido durante o período coberto pelos relatos (1915-1935), embora o chefe da família, Benedicto de Paula Almeida Prado, tenha participado da política local. No entanto, o ano de 1932 não foi uma data ordinária para o Estado de São Paulo. O Brasil estava sobre o governo ditatorial de Getúlio Vargas, que nomeou um interventor não paulista para governar o Estado. Muitos estudiosos dizem que o Movimento Constitucionalista de 1932 foi uma tentativa das elites paulistas de se apropriarem do poder político de novo, outros que havia insatisfação com

movimento operário. O senhor Rubens Borba de Moraes em entrevista ao caderno Folhetim da Folha de São Paulo na ocasião em que a revolução de 1932 completou 50 anos, citou que o movimento paulista de 1932 estava animado com a aspiração separatista e reação à ocupação militar de São Paulo decidida por Getúlio Vargas (FOLHETIM,1982, p.4). Maria Helena Capelato escreveu que a revolução de 1932 era a resposta da elite paulista à perda do controle do Estado. Segundo a historiadora “ pretendia-se... legitimar no conjunto da sociedade brasileira, projeto particular de uma classe – a classe dominante paulista – que se permitia falar em nome de São Paulo e do Brasil” (FOLHETIM,1982, p.6). O fato é se de cunho elitista ou não, o movimento conseguiu unir todos os segmentos da sociedade paulista. Capelato descreveu a formação dos batalhões por profissões e raças, observando que neste momento o discurso racista da elite é trocado pelo enaltecimento dos índios e negros. É fato, porém que houve por parte dos paulistas uma grande adesão ao ideário da defesa da liberdade, da lei, do direito e no movimento pró constituinte. No diário escrito por Antonieta de Arruda Botelho há uma página, talvez um tanto ufanista, com fita vermelha, branca e preta e desenho retocado de uma moça segurando a bandeira paulista com o seguinte texto:

1932

Deus e minha terra na paz e na guerra.

Seus olhos ainda seguem o garboso Batalhão 9 de Julho! Itapetininga...Bury...Capão Bonito... Guapiara (PRADO A.,1935) (grifo nosso)

Outro motivo para uma página especial no álbum para registrar o evento político foi provavelmente inspirado pelo o fato do filho do casal Benedicto e Antonieta, Paulo e seu primo de 2º grau, Francisco Pio de Almeida Prado, terem sido combatentes. Paulo participou da cavalaria e Francisco Pio da infantaria.

Francisco Pio de Almeida Prado já era namorado de sua prima Maria Cecília Botelho de Almeida Prado. Portanto, havia dois motivos fortes para exceder nos predicados da descrição, um filho e um primo namorado da filha.



Figura 30 - Paulo e Cecília Botelho de Almeida Prado vestidos de revolucionários Constitucionalistas, Jahu, 1932. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 31 - Francisco Pio de Almeida Prado vestido de combatente da Revolução Constitucionalista, São Paulo, 1932. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

LAVRADORES LIVRES

Nos capítulos 1 e 2, vimos como a mão-de-obra cativa foi essencial na implantação e desenvolvimento das primeiras plantações de café das fazendas Mandaguahy e Riachuelo até o final da escravidão em 1888. Não há registros específicos de quantos ex-cativos teriam ficado trabalhando nas fazendas após o término do trabalho escravo. Mesmo a documentação mais antiga que poderia ser referente ao período de transição do final da escravidão e as primeiras três décadas do século XX foram descartadas pelos proprietários na década de 1990, se transformando em um hiato na documentação trabalhista. Sendo assim, foi analisada a documentação que compreendem as décadas de 1940 a de 1980. O texto a seguir será versado sobre as primeiras experiências com a mão-de-obra livre, imigrantes na zona rural, o controle social por parte do proprietário, contratos de trabalho, leis trabalhistas, seus desdobramentos na Fazenda Mandaguahy e modo de vida dos lavradores

O fim do tráfico de africanos em 1850 preocupava os proprietários de terras. Como seria possível expandir a agricultura com o fim do tráfico negreiro, acrescidas das dificuldades impostas para a movimentação de escravos de áreas onde havia cativos em excesso para áreas de fronteiras agrícolas sem mão-de-obra suficiente. A possibilidade do fim da escravidão exigia uma nova fonte de trabalhadores. Ainda em 1845, Nicolau Vergueiro, decidiu importar trabalhadores livres europeus. Conseguiu financiamento do governo da Província de São Paulo e trouxe para sua fazenda em Limeira famílias alemãs em 1847. Posteriormente este contingente de imigrantes europeus foi aumentado com vinda de imigrantes suíços. Entre os novos trabalhadores estrangeiros estava Thomas Davatz que era incumbido pelo governo cantonal de enviar de volta à Suíça relatórios descrevendo as condições de trabalho na Fazenda Ibicaba. Como é de conhecimento comum esta experiência foi um fracasso. Os contratos muito favoráveis ao proprietário, as más condições de vida e trabalho, o endividamento exagerado dos colonos com o fazendeiro, trabalhadores livres sendo tratados como cativos, trabalhando, lado a lado, com escravos e não tendo acesso à terra, transformaram um representante dos imigrantes suíços, Davatz, em líder dos descontentes e pivô do levante contra a família Vergueiro em 1856. No entanto, não conseguiu alterar muito os contratos e condições de trabalho de colonos que permaneceram no país. A publicação do livro *Memórias de um colono no Brasil*, escrita por

Davatz, teve repercussão em vários países europeus, que protestaram ou determinaram a proibição da imigração de seus cidadãos ao Brasil (DEAN, 1977, p.95 a 107).

No entanto, esta não foi a primeira experiência com trabalhadores livres de Vergueiro. No ano de 1841, ele empregava trabalhadores portugueses como jornaleiros, ou seja, diaristas que ficavam alojados em dormitórios semelhantes às senzalas e comiam a mesma comida que os escravos (DEAN, 1977 p.96). No início do povoado de Jahu, um dos proprietários pioneiros tem uma experiência semelhante a de Vergueiro. Francisco de Gomes Botão, traz para sua colônia de São José do Pouso Alegre um grupo de trabalhadores portugueses em 1854. Destes, segundo o texto, “se aproveita apenas uma parte. Representam-na os que se fixam na povoação, onde se tornam elementos prestantes...” (FERNANDES, 1955, p.14) Provavelmente o autor quando usa o termo “prestantes” deve significar prestadores de serviço ou diaristas. O mesmo Francisco Gomes Botão é citado por Dean como exemplo de insucesso com a mão-de-obra livre, “depois de um ano de perturbações, 30 dos seus 40 trabalhadores desapareceram” (1977, p.103)

Trabalhadores livres foi sempre presente na estrutura produtiva agrária do brasileira. Dean (1977) comenta que no processo de apropriação das terras na região de Rio Claro, os posseiros que ficavam destituídos de terras eram empregados como camaradas, ou seja, eram contratados para determinadas tarefas ou ajudar na colheita. Porém, havia a ressalva de que os fazendeiros não podiam exigir muito deles, uma vez que podiam abandonar as lavouras a qualquer hora. O estado de pobreza destes trabalhadores livres era uma constante e eram frequentemente sujeitos à prisão por vadiagem. Também havia a figura do empreiteiro, homens livres, contratados no trabalho de limpar o terreno, plantar e cuidar dos pés de café até que chegassem a maturidade (DEAN, 1977, p.35, 48 e 49)

Em Jahu ocorreu o mesmo tipo de uso da mão-de-obra livre da época, como foi citado anteriormente. No entanto, a cidade era carente de trabalhadores para o aumento das lavouras. Observamos que embora o município estivesse situado em uma área nova de expansão agrícola do século XIX, continuou a usar escravos comprando-os de regiões com excesso de mão-de-obra servil ou áreas de decadência econômica. Notamos que os proprietários de terras da região alimentaram o comércio de negros até meados de 1887. Ao mesmo tempo que outras áreas não muito longínquas já recebiam um contingente de trabalhadores europeus.



Figura 32 - Família Paula Ferraz, Fazenda Conceição, Jahu, 1890 - A matriarca de branco sentada ao centro tendo sua filha e nora em pé atrás e o filho usando chapéu e bigode. Em primeiro plano está uma família de negros ainda descalços, característica que os diferenciavam dos trabalhadores livres. Fonte: Acervo Italo Poli

família inteira e sua manutenção durante o primeiro ano. O custo da estrutura de repressão, alojamento e alimentação usados pelo escravo demorava 20 anos para ser amortizado (DEAN, 1977 p.111). A razão mais provável, como já foi dito, era a questão de meios de acesso a região, uma vez que a ferrovia só chegou em Jahu em fevereiro de 1887. Regiões onde a ferrovia já havia chegado antes eram destinos de vários grupos de imigrantes. Arlanch (1977) comenta, sob o aspecto econômico, a demora da região jauense de se inserir na economia de exportação vigente no Brasil dos oitocentos. Uma das razões apontadas pela historiadora era justamente o isolamento da vila de Jahu na região oeste e a falta de estradas transitáveis para escoamento da produção (ARLANCH, 1977, p.15).

Se havia possibilidade de aumento de ganhos advindos das plantações de café, se os escravos eram escassos e caros, se o solo era reconhecidamente de um alto grau de fertilidade, se havia transporte via fluvial e o transporte do café via terrestre havia sido facilitado pelo acesso a ferrovia em Rio Claro, a única peça que faltava eram trabalhadores.

Arlanch (1977, p.46) traz um quadro com a evolução da chegada de imigrantes de diversas nacionalidades a Jahu a partir de 1868. Podemos notar que embora o trabalhador estrangeiro não fosse novidade na vila do Jahu durante o Império, o número de componentes deste grupo social era muito pequeno mesmo com relação a população de 1.384 cativos até 1888 (FERNANDES,

Não podemos afirmar que não havia interesse dos fazendeiros em conseguir uma parcela deste fluxo de mão-de-obra livre pela inexistência de publicações de periódicos locais durante o Império conservados no Arquivo Municipal. Antes do final da escravidão, já eram alardeadas as “vantagens” do sistema de trabalho livre. Um escravo podia custar cinco vezes mais caro que a passagem de uma

1955, p.14). Eram apenas 367 estrangeiros até o ano da abolição da escravidão, sendo que os italianos formavam o maior grupo com 225 cidadãos.

Muitas razões são apontadas para a predominância de imigrantes italianos. A Itália havia passado por um processo complexo de unificação de suas regiões sob o domínio da Casa de Savóia. Havia um excesso de trabalhadores rurais. A nova ordem social e esquema de produção da Itália recém unificada deixou um contingente enorme de cidadãos sem acesso à terra em razão das crises econômicas que inviabilizavam a produção agrícola devido o baixo preço praticado, bem como na cobrança de impostos que penalizaram os pequenos proprietários, forçando-os a se desfazerem da terra. O próprio governo italiano contribuiu para o agravamento da crise criada pelo novo modelo econômico. Há o caso da região montanhosa de Vêneto, onde a população vivia nos moldes feudais, cuja garantia de sobrevivência dependia de 6 mil hectares de floresta, dela recolhiam para seu sustento lenha e frutas. Esta comunidade foi obrigada a emigrar depois que o Estado italiano destruiu a área como represália a não-saída de seus habitantes(OLIVEIRA, 2008, p.26 e 38).

Na obra intitulada Impasses no Novo Mundo: imigrantes italianos na conquista de um espaço social na cidade de Jaú, Flávia A. M. Oliveira (2008) descreveu a saga destes cidadãos na tentativa de alcançar uma situação social e financeira melhor do que tinham em sua terra natal, e como foi



Figura 33 - Família de imigrantes italianos radicados em Jahu, c. 1900. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

forjada a nacionalidade italiana no Brasil. É sabido que quando teve início a grande onda de emigração da Itália, a partir da década de 1870, o país não passava de um aglomerado de regiões historicamente independentes e repletas de idiossincrasias. Segundo a autora, intelectuais se esforçavam na divulgação da ideia de unidade do Estado italiano. Um destes estudiosos vem para o Brasil em 1890 visitar as regiões cafeeiras e levantou questões que “impediam a coesão dos imigrantes” (OLIVEIRA F., 2008, p.158). O cidadão do sul era culturalmente diferente do cidadão do norte, no seu *Modus Vivendi* e dialeto. A

tentativa da elite italiana de criar uma identidade nacional foi uma tarefa árdua e lenta.

A escritora aborda basicamente os cidadãos italianos que ficaram na zona urbana, por entender que havia poucas pesquisas disponíveis com este tema. Na metodologia escolhida baseou-se em processos para escolher quem seria seu foco de pesquisa, por ter nestes indícios de como o imigrante urbano conseguia conquistar seu espaço social.

Entre os vários tipos estudados havia os comerciantes e comerciários, que com certeza conviviam com os proprietários de terra, identificados pela autora com a “aristocracia local”. Aliás, há uma certa determinação da escritora em saber como o imigrante era aceito ou manipulado por estes fazendeiros, resumindo o cenário dinâmico de uma zona urbana em possuidores de terra e os queriam, segundo a autora, serem aceitos por ela. O trabalho conclui que houve estranhamento de ambas as partes no início do processo da imigração em massa e, com o passar do tempo, houve uma interação e assimilação de costumes, hábitos alimentares e inserção social.

A Itália foi a maior provedora de mão-de-obra para o Brasil do final de Império e primeiras décadas de República, mas não a única. Os portugueses eram o segundo maior grupo de imigrantes que entravam no Brasil. O perfil do emigrante português até meados do século XIX era o de um jovem do sexo masculino, alfabetizado, oriundo de uma família com recursos para arcar com as despesas de viagem e instalação no Brasil que tinha, muito provavelmente como destino principal a cidade do Rio de Janeiro. A partir do final do século XIX e inícios do século XX, este perfil é mudado com a implantação da imigração subsidiada pelo Estado. A necessidade de trabalhadores agrícolas para a expansão do café, trouxe jovens, que viajavam sós e que provinham de camadas sociais mais humildes e que portanto dispunham de um grau menor de instrução e preparo para as atividades ligadas ao mundo urbano (SCOTT, 2001, p.25).

Na cidade de Jahu o número de imigrantes portugueses ficou pequeno em comparação às presenças italianas e espanholas. Eram apenas 144 membros imigrantes de origem lusa no mesmo período, o que os colocava na posição de terceira maior colônia estrangeira da cidade. A tabela sobre imigração estrangeira para o Brasil de 1880 a 1890 mostra que a realidade nacional foi diferente da encontrada em Jahu. De acordo com a tabela, a população imigrante no Brasil era composta de 59% de italianos, 20% de portugueses e 12% de espanhóis (SCOTT, 2001, p.05).

A Espanha foi uma grande fornecedora de trabalhadores para a América. A segunda maior colônia de estrangeiros na cidade de Jaú era formada por espanhóis. Se no período compreendido

entre o ano de 1868 a 1914, foram registrados 1474 imigrantes italianos radicados em Jaú, os espanhóis perfaziam 907 cidadãos.

A pesquisadora Marília D. Klaumann Cánovas (2004), descreve o cenário que imigrante espanhol deixava para trás no final do século XIX como um país com alta taxa demográfica, com 2/3 de sua economia baseada na agricultura e grandes diferenças regionais. Nesta época na Espanha houve um processo denominado de desamortização, era a desapropriação dos latifúndios pertencentes à Igreja Católica.

Como resultado dessa ingerência oficial, o camponês vê-se progressivamente desalojado do uso das terras comunais, ao mesmo tempo em que, em decorrência dos leilões a que foram submetidas, assiste-se à transferência de imensas propriedades e bens comunais arrematados por grandes proprietários, num movimento que, no entanto, não logrou trazer qualquer benefício aos lavradores, nem deu lugar ao camponês proprietário, contribuindo tão somente para acirrar o seu alijamento dos tradicionais meios de subsistência. (CÁNOVAS, 2004, p,116)

Da mesma forma que Itália e Portugal, o processo de modernização da economia da Espanha permitiu apropriação das terras comunais pelo Estado ou pela elite. Como consequência houve a expulsão do camponês da zona rural. As terras comunais eram áreas pertencentes aos municípios antes das desamortizações e às quais, “historicamente, os camponeses tinham acesso através do sistema de campos abertos (Antigo Regime), onde tinham liberdade de buscar o melhor aproveitamento da caça, pesca, lenha, coleta de frutos, etc.” (CÁNOVAS, 2004, p.116). A estes lavradores sem acesso à terra, não restava muitas opções a não ser ir para área urbana e formar o proletariado da indústria nascente ou emigrar para países das Américas.

Com foi visto, o processo migratório, começou por necessidade de mais mão-de-obra e pela iminente abolição da escravidão. Ainda na década de 1840 apareceram os primeiros projetos que visavam trazer europeus para a zona rural brasileira. As primeiras experiências eram em núcleos coloniais com fins agrícolas como as que foram fundadas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Depois veio a pressão para trazer imigrantes para São Paulo para suprir a falta de mão-de-obra africana gerada pelo fim do tráfico negro em 1850.

Em 1847, Vergueiro consegue uma subvenção do governo para se lançar às experiências de parceiras. A Comissão de Indústria e Comércio da Assembleia sugeriu que o governo fosse autorizado a contratar qualquer indivíduo, companhia nacional ou estrangeira o transporte de 200

colonos do norte da Europa reconhecendo a necessidade da introdução de trabalhadores livres urgente para a Província de São Paulo em 1848.

A Assembleia autorizou a dotação de 25 contos anuais em benefício da colonização em 1852. Em 1871, foi baixada uma lei que autorizava o governo a emitir apólices de até seicentos contos de réis para auxiliar o pagamento das passagens de imigrantes de preferência do norte da Europa. A lei Provincial n.36 de 1881 consignava 150 contos para o pagamento de passagens de imigrantes e determinava a construção de uma hospedaria. Em 1884, mais créditos foram concedidos visando a criação de núcleos colonias e auxílio à imigração destinada à grande lavoura. De 1875 a 1885 ingressaram na Província de São Paulo cerca de 42 mil imigrantes. Este número foi ampliado para 32 mil e depois 92 mil nos anos de 1887 e 1888 respectivamente(COSTA, 1998, p.112, 113, 121, 234, 235 , 236 e 237).



Figura 34 - Grupo de casas de colonos na Fazenda Riachuelo em 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Só a partir de 1887 a região de Jahu consegue atrair e se beneficiar da política de imigração subsidiada.

A maior parte dos imigrantes vindos para o município, era destinada à zona rural, em especial para as fazendas produtoras de café. “ As culturas em terras mais férteis e com cafezais novos, de

Ribeirão Preto e Jahu ‘ofereciam melhores condições de remuneração ao imigrante do que Campinas, Botucatu e Amparo’, e essa diferença interna favorecia a ‘ canalização de famílias mais capazes.’”(GNACCARINI, 1980 p.54) Estas propriedades adaptadas para a nova cultura contaram ainda muito com o auxílio do negro na sua produção até o ano da abolição. Depois foram adequadas ao novo cenário produtivo com a construção de grupos de casas, conhecidas como colônias, agora distantes da sede e próximas às áreas de trabalho.

As colônias constituíam-se de pequenas casas enfileiradas, assentadas ao longo dos caminhos, em diversas partes das fazendas. Ao contrário das senzalas, que abrigavam o escravo, um elemento cujo valor era alto e necessitava ficar

constantemente sob vigilância, as colônias abrigavam famílias trabalhadoras, que deveriam ficar próximas ao seu local de trabalho e às plantações de café sob seus cuidados, conhecidas como talhões. (BENINCASA, 2003, p.195)

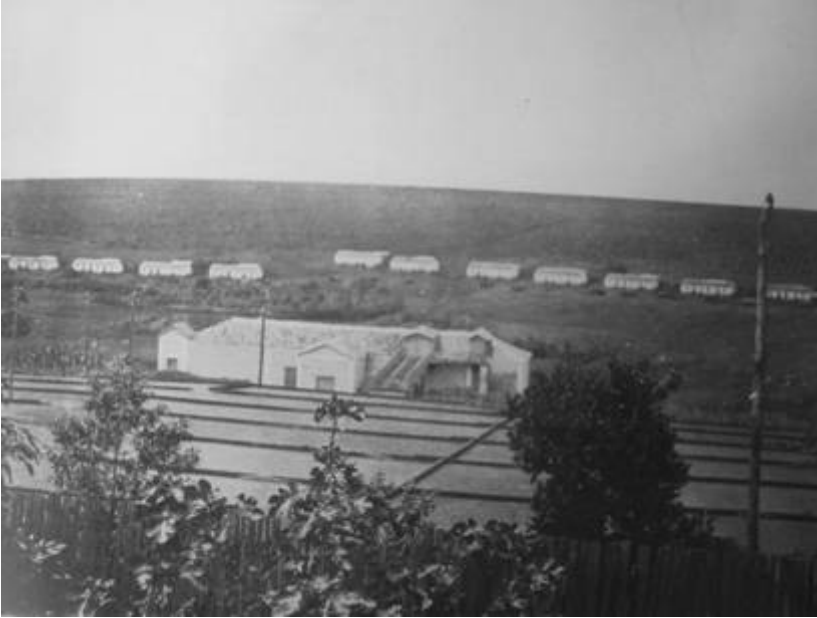


Figura 35 - Vista parcial da casa das máquinas/tulha, terreiro e grupo de casa da colônia tirada do alpendre da sede da Fazenda Mandaguahy ,1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

A colônia da Fazenda Riachuelo era constituída de 29 casas para os colonos em 1902, segundo o Almanack do Jahu, e a sua população era de duzentas e tantas almas, sendo 47 famílias de origem brasileira, italiana e espanhola. (ALMANACK do Jahu, 1902, p.99 e 100) Uma média de 7 membros por família. Na Fazenda Mandaguahy, a colônia era dotada de 45 casas. Tomando como base 7 pessoas por casa, a fazenda teria cerca de 315 moradores.

Analisaremos a formação da colônia existente na Mandaguahy e como a implantação das edificações podia funcionar como referência do poder e controle do proprietário com relação aos seus funcionários. Como base usaremos o trabalho de mestrado apresentado em 2008 por Joana D' Arc de Oliveira sobre arquitetura e poder em uma fazenda cafeeira da região de São Carlos.

As colônias da Fazenda Mandaguahy eram de grande efervescência social. Imigrantes vindos da Itália, Espanha, Portugal e brasileiros conviviam lado a lado nas casas geminadas. Segundo o depoimento do senhor Francisco Geste (2007), nascido em 1926 e camarada na Fazenda Mandaguahy de 1944 a 1952, havia pessoas de todas as origens “espanhol, preto...” (GESTE 2007). Esta característica de ter várias nacionalidades num mesmo lugar foi típica do Estado de São Paulo. Não podemos afirmar que esse arranjo fosse proposital, mas se pensarmos no primeiro exemplo de revolta de trabalhadores imigrantes ocorrido na Fazenda Ibicaba em 1856,

observaremos que a colônia era formada basicamente de alemães e suíços alemães. Grupos sociais homogêneos por terem base cultural e interesses comuns podem se organizar com maior facilidade. Então há a possibilidade do uso de dispersão dos grupos de estrangeiros, mesclando-os com outras etnias como mecanismo de controle social. No caso da Mandaguahy as colônias formavam três grupos próximos, mas separados das casas da parte administrativa e à vista da sede.

Oliveira (2008) em sua dissertação de mestrado escolheu o título *Olhares Invisíveis: arquitetura e poder na Fazenda São Roberto* a partir da introdução do trabalhador assalariado. O texto tem fundamentação teórica baseada em dois pensadores sobre os conceitos de poder. Foucault e Bourdieu discorreram sobre as formas de como o poder é exercido e os mecanismos de manutenção. Oliveira escreveu que Bourdieu atribuiu

O bom funcionamento dos meios simbólicos como instrumentos de dominação à sua inteligibilidade, eles funcionam bem porque são mal percebidos. Muitas práticas sociais são consideradas naturais, objetivas e não são percebidas como promotoras dos interesses de alguns membros em detrimento de outros (OLIVEIRA, J. 2008, p.18).

Segundo a autora, a arquitetura poderia ser um instrumento de poder que controla, domina e influencia ativamente nas relações sociais desenvolvidas na Fazenda São Roberto. Ao observarmos o mapa da propriedade (p.133) notamos que o detalhe foca na parte residencial e estrutura produtiva da Fazenda Mandaguahy. Como a fazenda foi implantada em um vale cortado pelo ribeirão Mandaguahy, atualmente identificado oficialmente como córrego Pouso Alegre, dividiremos a descrição em lados esquerdo e direito do vale. Vemos do lado esquerdo a residência alinhada a mais duas edificações. A edificação ao lado da casa sede era possivelmente a senzala e a da ponta a cocheira. A construção da senzala próxima a casa sede tinha como objetivo a vigia dos cativos e inibir possíveis fugas. Defronte às estas construções estão os terreiros de secagem do café, tulha/casa das máquinas perfazendo a estrutura de produção. Percebemos que toda área onde era realizado o trabalho de manuseio e estocagem do café está em frente à casa sede, de onde do alpendre era possível o controle do andamento do trabalho e o acesso às tulhas onde o café era guardado. Ao lado do terreiro está outra tulha e a casa do administrador, construções também visíveis do alpendre da casa sede. Observamos que o segundo poder na hierarquia da fazenda

representado pela figura do administrador, também tinha sua moradia próxima a infraestrutura de produção. Em direção ao córrego Mandaguahy existem duas construções. A casa do auxiliar do administrador e um grupo de casas geminadas, onde residiam os pedreiros e carpinteiros responsáveis pela manutenção da infraestrutura da fazenda. Do outro lado do córrego estavam implantadas os grupos de casas geminadas onde residiam os colonos. Embora pareçam estar situadas a uma boa distância da casa sede, elas estavam localizadas exatamente na linha do horizonte do alpendre da casa principal, o que permitiria o controle social de todos os trabalhadores e também poderia servir como referência aos colonos de onde vinha o poder dentro da propriedade.

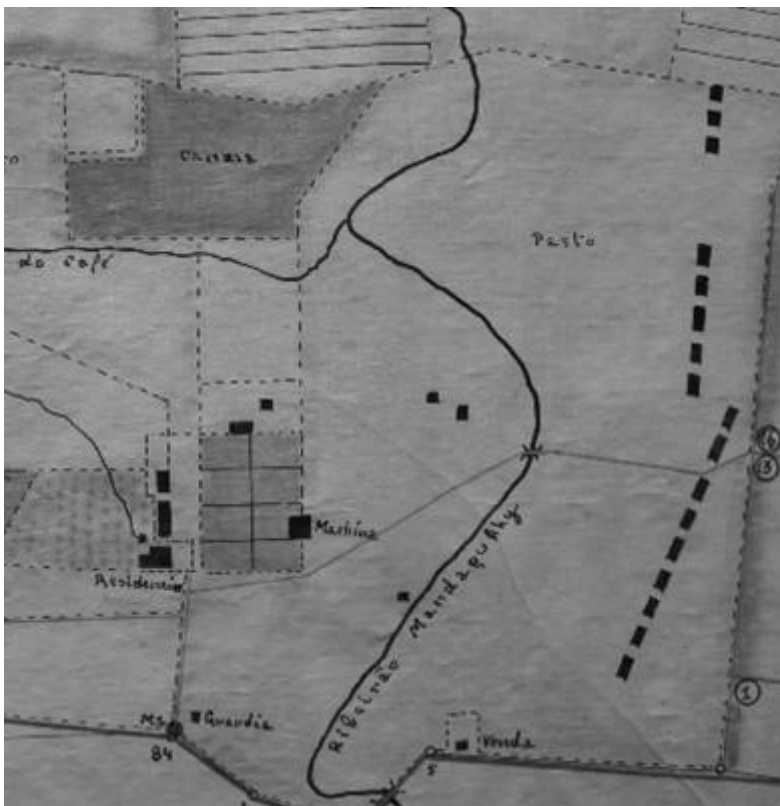


Figura 36 - Detalhe do mapa da Fazenda Mandaguahy em 1927. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Esta análise sugere que, na propriedade em questão, a implantação das edificações colaborou para a permanência do destaque do poder do proprietário rural dentro de sua fazenda, mesmo quando já havia mudado o tipo de mão-de-obra. Finalizamos com o que Joana D'Arc Oliveira escreveu sobre Foucault e a distribuição de pessoas e edificações em um espaço.

Foucault enfatiza que a arte de distribuir pessoas e coisas no espaço é instrumento disciplinar do sistema do poder, assim, a construção do espaço, está

atrelada a questões simbólicas e às estratégias de controle do poder, ela exprime em sua materialidade as distinções sociais, isto é, representa a organização da sociedade. (OLIVEIRA, J. 2008, p. 61)

Não há como afirmar que a implantação das edificações foi deliberada de modo a permitir a presença de “olhares invisíveis” do poder do proprietário em toda a propriedade. De acordo com Maria Antonieta de Almeida Prado (2010), neta e filha dos proprietários da Fazenda Mandaguahy, nem seu avô, Pio de Almeida Prado, ou seu pai, Francisco Pio de Almeida Prado, usavam o alpendre da casa sede para vigiar os trabalhadores. O alpendre só era usado após as refeições e após o término do dia de trabalho, nunca durante o expediente. Segundo Maria Antonieta, quem vigiava os trabalhadores eram os ficais e auxiliar de administrador.

Havia basicamente dois tipos de trabalhadores rurais, o colono e o camarada. Faleiros (2002) em seu artigo intitulado “O homem e a terra” define o regime de colonato de seguinte maneira:

Uma combinação de salário anual, ganhos por empreitada e acesso às lavouras de subsistência. Nas palavras de Sallum Jr. no colonato “as pessoas se comprometiam, por contrato, a realizar um certo número de tarefas pelas quais recebiam remuneração em dinheiro. Basicamente tais tarefas consistiam em: cultivo anual de um certo número de pés de café, pelo qual recebiam uma remuneração em dinheiro, variável segundo o número de pés e paga em parcelas trimestrais, ou bimestrais ou mensais; participação na colheita, pela qual auferiam dinheiro conforme a quantidade apanhada e entregue; serviços extraordinários, à parte do cultivo do cafezal e da colheita, pelos quais recebiam segundo o tempo de trabalho – dias ou horas – ou, eventualmente, conforme as tarefas executadas.” Ainda, com o autor, o acesso à terra para cultivo de alimentos era uma forma de rebaixar os gastos do fazendeiro em forma de capital variável”. Constitui-se o colonato na soma de três formas: trabalho anual, empreitada e acesso a terrenos para plantio de alimentos. As duas primeiras, de pressuposto, são monetárias, a segunda entra como paliativo para o rebaixamento das contas em dinheiro, apesar de sua mensuração ser impossível. Outra característica do colonato é o fato de constituir-se como uma relação de trabalho essencialmente familiar. Ao negociar com o “pai de família” o fazendeiro na verdade está contratando toda uma “célula produtiva”, composta pelos filhos mais velhos, pelas mulheres e eventualmente, nos períodos de colheita, até pelas próprias crianças. A viabilidade de tal relação de trabalho é proporcional ao número de integrantes da família, quanto maior o número de pessoas, melhores são as possibilidades dos colonos. (FALEIROS, 2002, p.1 e 2)



Figura 37 - Colonos na colheita de café na Fazenda Mandaguahy sendo observado pelo fiscal a cavalo em 1927.
Fonte: Acervo Família Almeida Prado

as filhas ou filhos mais velhos cooperavam com o serviço doméstico. No entanto, a produção de roupas para a família com tecidos comprados na cidade ficava a cargo da dona de casa (DEAN, 1977, p. 168 e 169). Gnaccarini (1980) discorre sobre o regime de colonato dizendo que

A utilização do colonato, reduzindo assim bastante os gastos em capital-dinheiro, prendeu-se ao grau de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura exportadora. A força de trabalho humano era o elemento da produção predominante. Essa predominância do fator subjetivo do trabalho não poderia ser contornada e era uma fonte permanente de tensões nas relações de produção – ela dava ao colono um poder de barganha que era verdadeiramente desproporcional às condições do trabalho agrícola, tais como a dispersão dos trabalhadores no campo, o insulamento do trabalhador na fazenda, o verdadeiro poder de polícia dos prepostos do fazendeiro, etc. (GNACCARINI, 1980, p.55)

Se para o regime de colonato famílias numerosas ajudavam a aumentar as possibilidades de ganho, para o trabalhador contratado como camarada o tamanho da família pouco interferia, uma vez que as tarefas eram desempenhadas de maneira individual. Eram cocheiros, carroceiros, jardineiros e hortelões, cujos salários eram fixos e independiam da produtividade como no caso dos colonos. Gnaccarini (1980) explica as diferenças entre os dois tipos de colonos ou trabalhadores rurais comuns em fazendas de café. O primeiro era o colono-

A exploração do trabalho familiar por parte do homem da casa, ou seja, do trabalhador contratado pelo fazendeiro era uma das características do colonato. O homem era quem recebia o salário, porém todos, mulheres e crianças faziam a capina, colhiam, aravam, podavam e faziam a fumigação da mesma maneira que o chefe da casa, mas sem ter remuneração alguma. O trabalho doméstico era organizado pela mulher. Da mesma maneira que toda a família ajudava na roça,

empreiteiro era aquele que recebia uma quantia fixa, em dinheiro ou espécie, para realizar um conjunto determinado de tarefas – com seu próprio trabalho e o da sua família e assalariando outros trabalhadores por sua conta e direção. O colono-parceiro, ao contrário, trabalhava tanto como assalariado na atividade principal da empresa – quando ele e sua família, que o ajudavam sem remuneração, trabalhavam por conta do proprietário e sob administração de terceiros - quanto para si próprio produzindo gêneros para a sua subsistência ou para o mercado (GNACCARINI,1980 p.51). Segundo Faleiros (2007, p.286 a 289) Em Jahu predominou a parceria em 56% dos contratos analisados por ele na região. Este tipo de acordo que geralmente vigoraria por cinco anos, dava direito as parte de metade da produção café, além da possibilidade do plantio intercafeeiro pelo trabalhador.

Não há mais os registros de quantas pessoas trabalhavam como colonos ou camaradas na Fazenda Riachuelo. Na Mandaguahy, há somente os registros do final da década de 1930 em diante preservados. No ano de 1939 havia na Mandaguahy 16 famílias de colonos e 16 camaradas. Este número teve um acréscimo em julho de 1947. A quantidade de camaradas diminuiu, mas a de colonos aumentou. Naquele ano eram 12 camaradas e 23 colonos, sendo que destas 12 famílias eram de origem italiana, outros de origens espanhola e portuguesa. A quantidade de colonos variou de 20 a 23 famílias no período de 1946 a 1947. O número expressivo de colonos era fundamental nas propriedades inseridas na economia nacional de produto para exportação, pois havia a exigência de muito trabalho na manutenção das lavouras e colheita do café.

O período de contratação de novos colonos na Fazenda Mandaguahy ocorria em outubro e a distribuição de pés de café destinada a cada família variava de 3.000 pés por adulto a 5.000 para família com um filho (PRADO NETO, 2010). Estes números resultam na média nacional de 2 mil pés por adulto e mil para um adolescente. Observamos que na hora da contratação a esposa não era contada, mas na prática toda a família de colono trabalhava no manuseio do café. Maluf (1995) escreveu que o trabalho da mulher fora do universo doméstico era considerado ajuda e não trabalho, “é do senso comum falar do trabalho da mulher como atividade auxiliar e/ou como companheira do marido: ela presta auxílio ao marido.” (MALUF, 1995, p.87) O contrato de parceria descrito por Faleiros (2007) parece ter sido a característica dos contratos selados entre colonos e proprietário da Mandaguahy.

O período de 1930 a 1945 foi marcado pelo governo de Getúlio Vargas. Na fase ditatorial conhecido com o Estado Novo (1937 -1945) foram criados vários mecanismos que garantiram os

direitos do trabalhador urbano, mas que não se estendiam automaticamente ao trabalhador rural que só conquistaria direitos legais com o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Entre os direitos criados por Vargas estão a carteira profissional, semana de trabalho de 48 horas e as férias remuneradas.

Em 1939, o Presidente Vargas instituiu o salário mínimo para todo o país, que entrou em vigor a partir de 1º de maio de 1940. Com o edital da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, também conhecida por CLT, garantiu a estabilidade no emprego após 10 anos de serviços, descanso semanal, regulamentação do trabalho de menores, das mulheres, do trabalho noturno, criação da Previdência Social, instituição da carteira profissional para maiores de 16 anos que exercessem algum trabalho e a jornada de 8 horas de trabalho. Abaixo temos uma cópia de uma carta de esclarecimento sobre a instituição do salário mínimo para os trabalhadores. O documento discorre sobre a nova lei e explicita que os trabalhadores rurais não eram contemplados pela CLT salvo por determinação do judiciário.

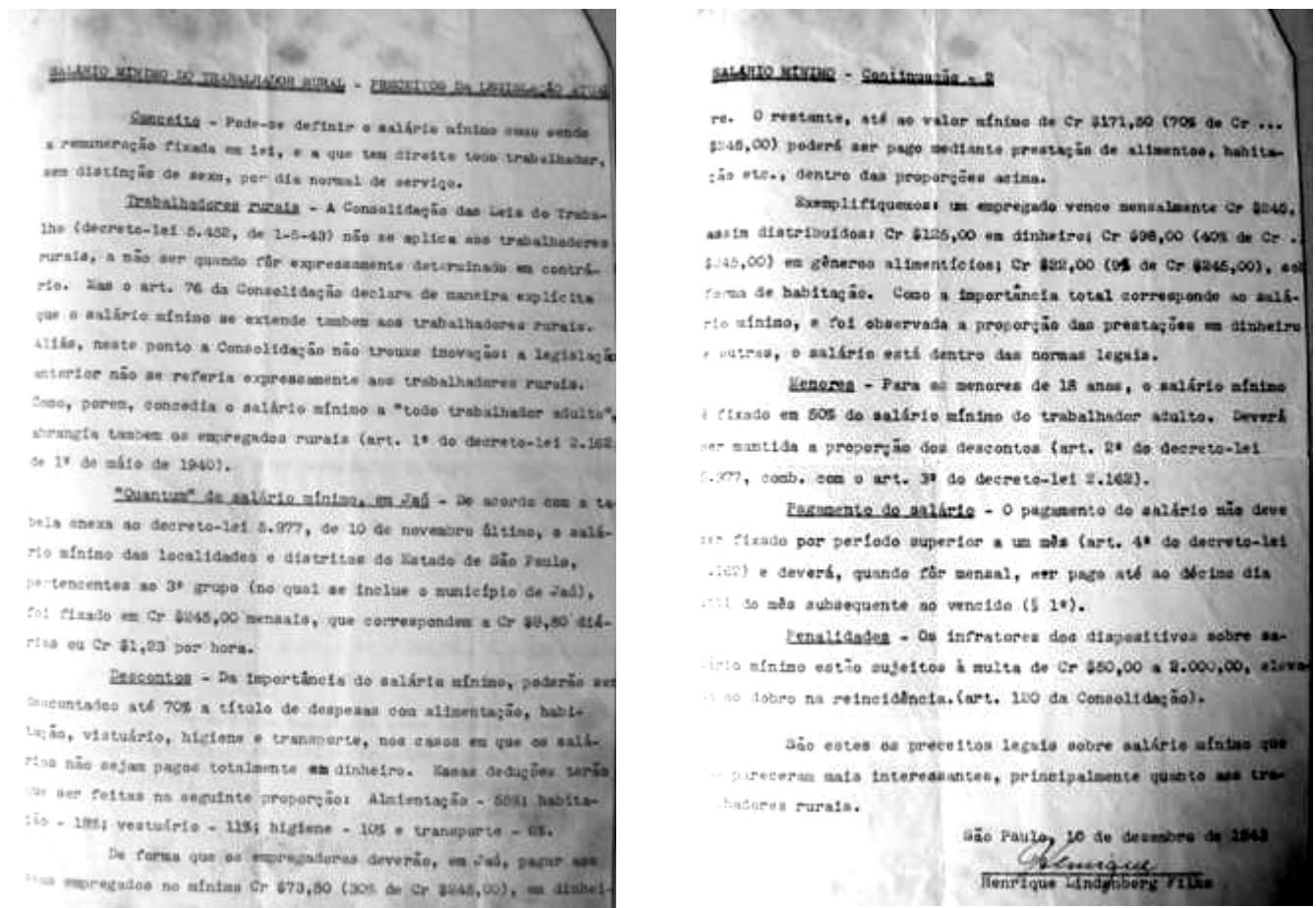


Figura 38 - Carta dirigida a Pio de A. Prado explicando a lei trabalhista e esclarecendo que ela não valia para trabalhadores rurais, 1943. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 39 - Grupo de camaradas manuseando animais e conduzindo carroças na Fazenda Mandaguahy em 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Na documentação disponível (1939 -1940 e 1946-1947) o salário era pago com periodicidades diferentes. No primeiro registro o ano de serviço contratado começava em novembro, após a colheita do café. Neste tipo de contrato o pagamento era feito a cada 3 meses. A remuneração variava de \$ 240.000 a \$ 990.000

réis. A média salarial era de \$ 565.000 réis por trimestre. Ao final do contrato no último trimestre que compreendia os meses de agosto, setembro e outubro, a faixa salarial aumentava. Era o acerto final, o pagamento de todos os serviços prestados durante o ano que estavam estipulados no contrato de colonato. Os valores pagos variavam de \$3.223.200 a \$116.100 réis. Esta diferença grande entre o valor mais alto e o mais baixo de rendimentos, pode ser explicada pelo contrato recente deste colono. O senhor Ramon Marques, nascido em 1926 em outra propriedade rural deste município, trabalhou na Fazenda Mandaguahy de 1940 a 1945., Marques tinha 14 anos quando se mudou para a fazenda. Sua família era de origem espanhola da região da Andaluzia. Sua mãe era viúva com 8 filhos, sendo que o mais velho tinha 17 anos na ocasião da mudança. As informações do relato de Marques (2010) confirmam que os salários eram pagos com frequência trimestral e ao final do ano agrícola era feito o pagamento geral.

A partir de 1940 com a instituição do salário mínimo oficial, a periodicidade do pagamento mudou de trimestral para mensal e em 1942 a moeda brasileira deixou de ser denominada de Réis para ser conhecida com Cruzeiro. Nos documentos disponíveis da década de 1940, o salário pago mensalmente variava entre \$170,00 a \$720 cruzeiros. Mas o salário médio era de \$300,00 cruzeiros mensais. Dos 22 colonos presentes na folha de pagamento de agosto de 1946, 11 colonos

recebiam este salário e apenas um recebia o valor mais alto e o outro que recebia o valor mais baixo. Embora na documentação existente não mencione, era comum nesse tipo de contrato a família de colonos poder vender uma carroça de milho para cada mil cafeeiros cuidados, ou equivalente em trabalho e preço de outros produtos como queijo ou porcos. (DEAN, 1977, p.167). Faleiros (2008, p.302 e 303) escreveu que nem sempre os colonos tinham liberdade de comercializar sua produção excedente como bem quisesse. Segundo o autor, quando o contrato era de parceira o proprietário da fazenda ficava com 50% da produção de café e 80% da produção das demais lavouras. Outro mecanismo de expropriação ficava por conta das despesas com transporte e benefício. O colono pagava ao fazendeiro pelos carretos e secagem no terreiro de seu café, bem como era cobrado uma taxa de 4\$000 sobre cada carro estranho que entrasse na propriedade, inibindo a negociação de sua produção com outros compradores.

Também fazia parte do contrato do colonato como obrigação da Mandaguahy o fornecimento de um litro de leite para o retireiro, quantidades proporcionais de fubá e café escolha, da mesma forma que a moradia era gratuita. O número de cômodos ou casas a serem ocupadas também tinha como parâmetro o número de membros de cada família (PRADO NETO, 2010). O grupo de colônia na Mandaguahy consistia em 3 casas geminadas, tendo a seguinte divisão: sala, cozinha e quarto. Famílias grandes usavam mais de uma unidade. No entanto, não havia água encanada, nem banheiro interno e a luz elétrica só chegou às casas dos colonos em meados da década de 1940. A senhora Augusta Rozin Agostini, nascida na Mandaguahy em 1927 e trabalhadora na fazenda por 34 anos, citou um acidente que houve com uma criança por conta das lamparinas a querosene usadas para iluminar as casas dos colonos. De acordo com Agostini (2010), a lamparina acesa teria virado em cima da menina, derramando o combustível em seu corpo causando graves queimaduras, o que acarretou posteriormente em sua morte.

O contrato de colonato, segundo Marques, foi feito em nome de seu irmão e somente ele era o responsável pelo recebimento do salário. O número de pés contratados foram de 10.000 unidades, o que resultava em uma média de 2.500 cafeeiros, caso fosse distribuído somente entre a mãe e os 3 filhos mais velhos. Este número alto de unidades não foi encontrado no mapa de distribuição dos talhões de café novo plantado na década de 1950, no qual o número máximo de pés por família não passava de 5 mil pés. Mas é coerente com o relato de Pio de Almeida Prado Neto (2010), filho do proprietário, de que cada adulto recebia 3 mil pés e família de 3 membros 5 mil plantas. No caso do Sr. Ramon Marques a família era constituída de 09 membros. Para efeito

comparativo na região de São Carlos uma família com 8 membros cuidava de 15.000 pés (OLIVEIRA, 2008, 103). Este fato é decorrente da baixa produtividade dos solos daquela região que exigia que o colono fosse responsável por um maior número de cafeeiros.

Veremos a seguir um mapa intitulado Café Novo no qual estão registrados os nomes dos chefes de família de cada grupo de colono e a distribuição de cafeeiros de acordo com o número de membros de cada núcleo familiar. Cada linha representa mil pés de café. Observe que o número médio de cafeeiros por colono é de 5 mil unidades. A partir deste número inferimos que as famílias ou pelo menos a quantidade de trabalhadores que podiam cuidar da lavoura de café em cada núcleo familiar não era muito elevado. Se nos ativermos ao cálculo já apresentado a média de trabalhadores por família era de 3 para cada 5 mil cafeeiros.

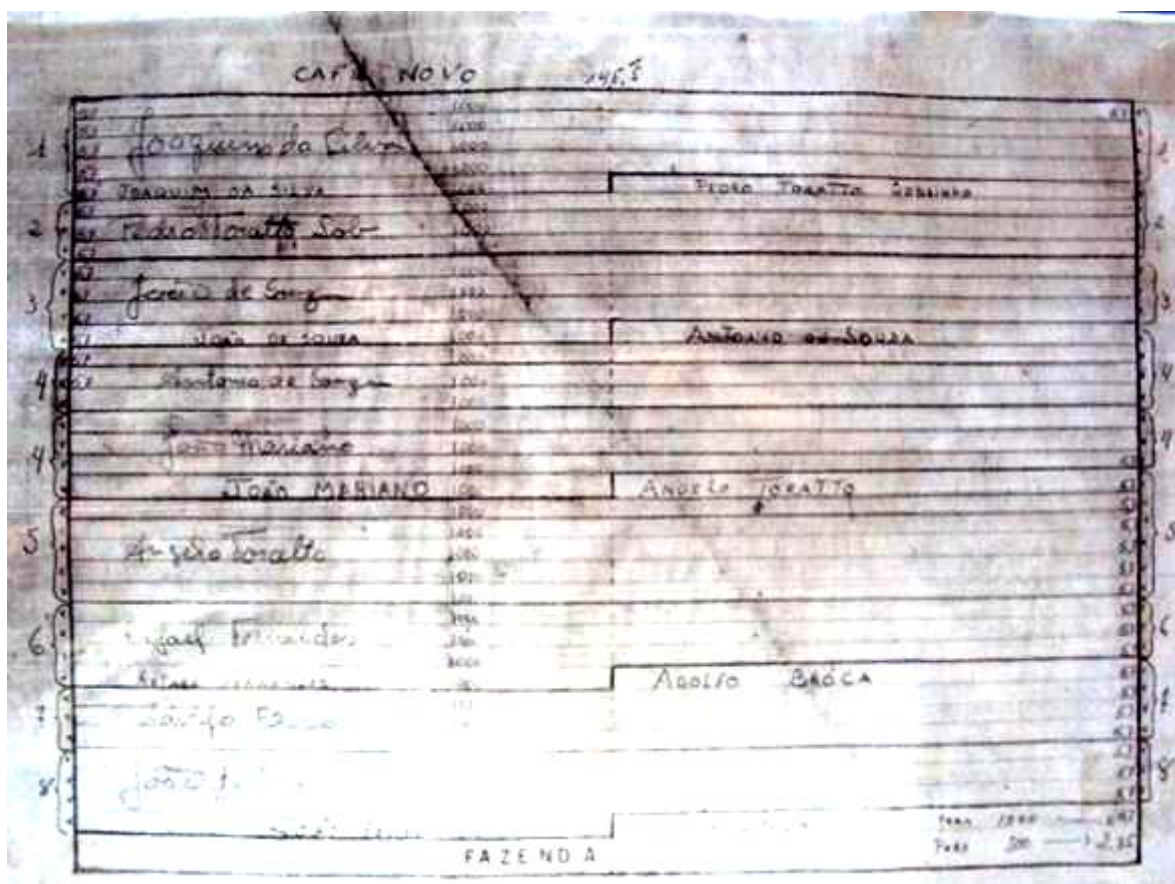


Figura 40 - Mapa determinando o número de cafeeiros por colono, cada linha correspondia a mil pés - Fazenda Mandaguahy em 1956. Fonte: Família Almeida Prado

O trabalhador tinha seus horários de trabalho controlados primeiramente por sinos e depois por relógios. O mesmo acontecia com as horas de lazer, repouso, a liberdade de entrar e sair da fazenda até as visitas que recebia (OLIVEIRA J., 2008, 117). O dia de trabalho começava muito cedo. Às quatro e meia da manhã tocava o sino ao lado da casa da sede para acordar os

trabalhadores. Os primeiros a chegar ao serviço eram os camaradas responsáveis pelo trato dos animais, limpeza da cocheira e ordenha de acordo com o. Os colonos começavam um pouco mais tarde, por volta da sete horas. A empreitada durava o dia todo, o colono parava às oito da manhã para o café, depois às onze para o almoço, novamente às quinze horas para outro café e finalmente às dezoito para a ceia. Segundo senhor Geste (2007), nascido em 1926, filho de imigrantes espanhóis e morador da Fazenda Mandaguahy de 1944 a 1952, o camarada tinha um horário com o regime de 48 horas semanais.

Estes colonos faziam da faina cotidiana nos cafezais, um verdadeiro programa familiar. Com já foi visto, as plantações eram divididas em talhões de cinco mil pés cada, que eram subdivididos entre os colonos de acordo com o número de membros de cada família e sua capacidade de cultivar. Estes pés de café ficavam sobre a responsabilidade do chefe de cada família. Todos trabalhavam. Eram adultos e crianças fazendo a capina e colheita dos grãos de café. Segundo Benincasa (2003, p.210) as crianças ajudavam muito na colheita do café, pois podiam subir nas escadas colocadas nos pés de café sem danificá-lo por serem mais leves que os adultos. Agostini (2010) começou a ajudar o pai a colher e capinar quando tinha 09 anos.

Os contratos de colonato na Mandaguahy, incluindo os benefícios, obrigações e formas de pagamento perduram até o início da década de 1960. Embora os trabalhadores rurais não tivessem direito às férias previstas para trabalhadores urbanos pela CLT de 1943, há entre a documentação remanescente da Fazenda Mandaguahy uma pasta com os recibos de férias pagas aos empregados de 1950 a 1959. Nesta mesma pasta há uma notificação da Justiça do Trabalho convocando Pio de Almeida Prado a comparecer em audiência para esclarecimento de uma reclamação trabalhista sobre o direito às férias dos trabalhadores Joaquim Corrêa, José Domingos, Joaquim Aparecido e Ermínio Bassan. Todos ex-colonos das fazendas Mandaguahy e Saltinho. Dois reclamantes tiveram direitos às férias segundo o parecer do Juiz. Os outros dois reclamantes não receberam as férias por não terem completado os doze meses de trabalho necessários para gozar deste direito segundo a Justiça local. Em março de 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estiveram à margem da legislação trabalhista.

O sair das fazendas era apenas em ocasiões especiais ou serviços religiosos. Se por um lado havia pouco entretenimento, havia incentivo ao trabalho e a educação. Pio de Almeida Prado, instituiu premiação para os moradores que mantivessem as hortas mais bonitas. Como estímulo

permitiu aos empregados trabalhar em suas hortas em um período do sábado e ganhando a remuneração completa, ao invés de trabalhar para a fazenda por 8 horas como de costume.

A premiação é lembrada por 4 dos 5 ex-empregados entrevistados. O senhor Francisco Pinto (2007) diz que o prêmio era o estímulo e a razão para que os trabalhadores da Fazenda Mandaguahy tivessem hortas bem cuidadas e sortidas. A senhora Augusta Agostini (2010) lembrou dos repolhos, alhos e alfaces que colhia de sua horta familiar e que o excedente era comercializado por seu pai. Já o senhor Francisco Geste (2007), não só relatou fato da existência das hortas, mas como demonstrou certo orgulho de ter sido um dos ganhadores do prêmio de melhor horta, e mencionou a inveja causada em um colono velho de origem espanhola. Geste também recordou que durante 5 semanas Pio de Almeida Prado resolveu deixar o sábado todo para que os colonos trabalhassem em suas lavouras e hortas e, ao perceber que ao invés de usarem o tempo para cultivar seus terrenos, aproveitavam para ir mais cedo para a cidade, resolveu cortar o benefício do sábado de manhã. Podemos inferir desta atitude que havia um controle social por parte do proprietário da fazenda que estabelecia horários tanto para o trabalho quanto para o lazer.

Além da área destinada ao cultivo de hortas, havia uma área de pastagem para criação de animais. O pasto próximo aos grupos de colônia era de uso dos animais domésticos dos colonos. Os colonos mantinham gado, cavalos ou cabras nesta área. Francisco Geste relatou que ele possuía cabras, porcos e cavalo. Esta informação apareceu também no depoimento de Marques (2010) e de Augusta Rozin Agostini (2010). Marques comentou sobre os animais que eram criados atrás das casas como porcos e galinhas, e a manutenção de 5 vacas que garantiam o fornecimento de leite para a família. Agostini relatou que seu pai, Antonio Rozin, criava galinhas e perus para consumo da família e porcos e gado para o abate e venda aos colonos da Mandaguahy e fazendas vizinhas. Citou também que caso o comprador não saldasse a dívida o patrão se incumbia de descontar a compra na folha de pagamento (AGOSTINI, 2010). O senhor Sebastian Buzone (2003) nascido na Argentina em 1909 e filho de imigrantes italianos, morador na Fazenda Mandaguahy nos anos de 1917 e 1918, descreveu que além das áreas destinadas ao cultivo e criação de animais, a troca de serviço que podia ser feita com a fazenda. No caso relatado, ele falou da troca de milho em grão que era levado ao moinho da fazenda e trocado por fubá. No entanto, não disse se havia alguma taxa ou parte destinada à fazenda ou era apenas uma camaradagem. Outro fato de solidariedade lembrada por ele, foi a captura de duas capivaras de uma área que fora desmatada para o plantio de café, que depois de mortas foram distribuídas entre os colonos.

A educação formal era ministrada em uma escola rural construída na Fazenda Riachuelo, onde a professora ensinava as primeiras três séries do primário. Além do ensino básico, as meninas aprendiam a bordar, costurar e noções de higiene, já os meninos, técnicas de cultivo e para ambos o ensino religioso. A escola também foi citada por Geste, Pinto e Agostini, embora nenhum dos dois primeiros a tenha freqüentado por muito tempo. O mesmo aconteceu com Sr. Marques que só teve dois anos de educação formal. A possível razão para o abandono da escola seria a necessidade das crianças ajudarem seus pais no cultivo das lavouras de café. Quanto maior o número de trabalhadores da mesma família maior o número de pés de café contratados e conseqüentemente maior renda para o colono, mesmo que à custa do trabalho infantil.

Benincasa (2003, p.210) comenta que os relatos relacionados a hábitos alimentares do cotidiano dos colonos eram repletos de boas lembranças familiares e mesa farta. Entre os alimentos mencionados estão: a lingüiça, codeguin, bacalhau, carne seca, manteiga, verduras, abobrinha, almeirão, polenta, arroz, feijão, ovos, frango e massas. Geste (2007) citou a miga como prato favorito. Segundo ele, este prato era uma espécie de bolinho que podia ser comido com sardinha. A miga também foi citada por Maria Domingas Spaziani Domingues (2010), nascida em 1948 e moradora na Mandaguahy de 1959 a 1967. Domingues acrescentou que além de sardinha a miga podia ser servida com fatias de lingüiça e cebola frita. Maria Domingas citou o nhoque que sua mãe preparava e Augusta Agostini do macarrão. Geste e Domingues citaram a polenta, que segundo Domingues depois de cozida era frita na chapa do fogão a lenha. Ambos comentaram que havia muita solidariedade entres os colonos. Se houvesse o abate de um porco ou vaca dos colonos, a carne era distribuída entre as famílias, o que permitia a todos terem carne durante o mês, conservadas na banha. Este ritual é repetido, segundo Geste a cada três meses em todas as famílias de modo que o compartilhar da carne beneficiava a todos. Quanto a outros hábitos alimentares, Geste citou além da existência de hortas familiares, onde verdura e legumes eram cultivados, áreas para plantar arroz, feijão e milho demarcadas de acordo com o número de pés de cafés tratados pela família. Faleiros (2007 p.8) cita que o acesso à terra permitida ao colono confluía os interesses capitalistas do proprietário. Augusta Agostini e Domingas Domingues citaram que somente óleo, sal, açúcar e farinha de trigo eram comprados na cidade, o resto era produzido na própria fazenda.



Figura 41 - Mapa da área destinada à horta do colonos dividida entre as famílias de acordo com o número de pés de café cuidado por cada família, sem data. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Havia na Mandaguahy uma construção destinada a ser venda e moradia do comerciante que atendia às colônias desta fazenda e da Riachuelo. Este tipo de estabelecimento foi apontado por Costa (1998, p.129) como uma fonte de descontentamento por parte dos colonos. Principalmente pelos imigrantes recém chegados que faziam as compras na venda da fazenda aumentando ainda mais a dívida com o proprietário. Mas era no terreiro do entorno da venda que aconteciam os bailes organizados pelos próprios colonos na Fazenda Mandaguahy. Eram festas a céu aberto animadas por um tocador de sanfona e com iluminação feita com luz elétrica. Ao contrário de outras propriedades vizinhas onde a lamparina ajudava a diminuir a escuridão. Segundo Francisco Pinto (2007), nascido na Fazenda Mandaguahy em 1926 e morador nas propriedades da família Almeida Prado há mais 80 anos, eram nestas festas que os rapazes podiam conhecer as moças para namorar. Ele mesmo havia conhecido sua esposa em um baile destes. Outros moradores que também conheceram seus cônjuges em baile da fazenda, foram Francisco Geste (2007), Augusta Agostini (2010) e Maria Domingas Spaziani Domingues (2010). A esposa de Francisco Geste era uma das 3 moças que trabalhava na sede da Mandaguahy. O marido de Augusta Agostini também era trabalhador da Mandaguahy. Agostini lembrou que como era nascida e criada na fazenda,

quando se casou recebeu do casal Pio e Maria Aparecida de Almeida Prado o enxoval como presente (AGOSTINI, 2010). O Sr. Ramon Marques (2010) lembrou que os bailes começavam ao anoitecer e iam até de madrugada, embora, segundo ele, fosse muito jovem para freqüentá-los. Augusta Agostini relatou que havia bailes freqüentes. Se não acontecessem na Mandaguahy havia outros nas fazendas vizinhas e sempre que seu pai a permitisse, ia dançar e ouvir seu irmão tocar nas festas. Maria Domingas conheceu seu marido em um baile na fazenda vizinha. Outro tipo de lazer eram os jogos de futebol. Na Fazenda Mandaguahy não havia esta opção. Os colonos tinham que freqüentar as propriedades vizinhas, as Fazendas Santa Izabel e Santa Maria, onde era permitida diversão do tipo.

É interessante salientar que somente os trabalhadores locais e das fazendas vizinhas freqüentavam as festas e jogos de futebol, os proprietários e seus familiares não participavam. Mesmo em horas de descontração permanecia a hierarquia estabelecida no trabalho.

As horas de lazer para as crianças não eram muitas. O senhor Geste (2007) relata que começou a ir para a roça aos oito anos de idade e ao ser indagado sobre as brincadeiras infantis, ele disse não ter muitas lembranças. Esta falta de memórias de infância também ocorreu com o Sr. Ramon Marques (2010). De acordo com Marques não havia brinquedos e nem tempo para brincar. Quando havia tempo livre gostava de caçar pássaros de estilingue ou tentar capturar coleirinha para manter em gaiolas. Marques também se recordou que havia outras crianças na colônia com quem ele brincava e que raramente viu os patrões irem às colônias, muito menos os filhos ou netos. Porém ele se lembrou que quando Dr. Pio de Almeida Prado vinha de São Paulo, chamava alguns meninos da colônia para brincar com os dois netos, Pio de A. Prado neto e Francisco Pio de A. Prado filho, sempre sob a vigilância do patrão. O Sr Marques questionou em seu depoimento a proibição das crianças da sede irem brincar na colônia, “eram crianças como nós” (MARQUES, 2010). Concluiu que o fato de filhos de patrões e empregados não se misturem não era uma característica somente da Mandaguahy, mas de todas as fazendas que conheceu quando criança. As senhoras Maria Domingas e Augusta relataram que costumavam brincar de amarelinha, carambola, pular corda e de bola de gude junto aos meninos. A característica comum entre todos os entrevistados foi que a maior parte do tempo da infância não era dedicada às brincadeiras, mas sim ao trabalho, fosse ele familiar ou como empregado aprendiz.

Como foi visto anteriormente mesmo havendo mudanças no modo de produção e mão-de-obra, fazendeiros se mantiveram atrelados aos valores sociais antigos. Não havia espaço social

para o convívio direto entre proprietários rurais e trabalhadores. Conflitos de interesses entre patrões e empregados são comuns no ambiente de trabalho. E podem ser agravados quando o convívio fora do horário de trabalho é forçado como era nas fazendas cafeeiras com grandes colônias. Quatro dos seis entrevistados não se lembram ou não quiseram relatar algo referente a desavenças entre os colonos ou entre patrões e colonos. A noção tradicional de hierarquia quase patriarcal existente na zona rural, na qual o patrão é administrador do negócio e guardião dos bons costumes estava tão arraigada que tudo lhes parecia normal.

Maria Domingas Spaziani Domingues (2010) e Augusta Rozin Agostini (2010) relataram de maneira explícita desavenças com os patrões. Domingues lembrou o episódio que culminou na dispensa de seu marido como trabalhador na fazenda em 1967. O Sr. Domingues teria chegado a cavalo da cidade embriagado e ao soltar o animal o fez dentro de uma área de plantação de cebolas. A destruição da lavoura pelo animal e posterior discussão com o patrão foram citados como motivo da dispensa. Agostini relatou intrigas e fofocas, sem dizer o teor, envolvendo sua família, o que teria desagradado os patrões e resultado na dispensa da família em 1961, após uma acalorada discussão com o Pio de Almeida Prado Neto.

Dois dos ex-colonos deixaram entrever nos seus discursos como funcionava a hierarquia aplicada nas Fazendas Mandaguahy e Riachuelo. O senhor Francisco Pinto (2007) comentou o fato de Benedicto de Paula Almeida Prado ser bravo. “Ele chegava perto da gente a cavalo...”, nesta frase está claro a posição do trabalhador ao nível do chão se sentindo inibido pela presença do patrão a um nível mais alto. Isto necessariamente não indica que o uso de cavalos pelos proprietários tivesse como único objetivo reprimir o lavrador que estava a pé. No entanto, na visão do senhor Francisco Pinto havia sim uma diferença de níveis. O olhar de cima do proprietário fiscalizando empregados ao nível do chão e possivelmente o símbolo de força representada pelo cavalo, servia de mecanismo inibidor e determinador de funções. O mesmo procedimento autoritário foi descrito pelo ex-administrador da Fazenda São Roberto na região de São Carlos. O relato diz que quando o proprietário estava na fazenda, ele próprio fiscalizava o serviço montado em um cavalo, mas não era ele que chamava atenção do trabalhador, isto era responsabilidade do fiscal (OLIVEIRA J., 2008, p.108). Apesar da má impressão, Pinto continuou contando a preocupação que o patrão teve com sua saúde, quando foi explicar que não estava se sentindo bem. Benedicto P. de A. Prado teria recomendado que ele providenciasse cuidados médicos e concluiu com o questionamento “que homem bravo era esse...” (Pinto, 2007). Observou-se que o sr.

Francisco Pinto nasceu na Fazenda Mandaguahy e foi criado pelos tios que trabalhavam com Benedicto de Paula A. Prado. Desde moço prestou serviços ao patrão de seus tios, como ir até cidade para pegar encomendas. Enfim era um rapaz de confiança de Benedicto e seria natural que o diferenciasses de outros lavradores.

O Sr. Ramon Marques (2010), outro ex-colono, que mais explicito em seus comentários sobre a forma que os patrões da Mandaguahy tratavam os empregados. Segundo ele, o Dr. Pio de Almeida Prado era muito simpático. Cumprimentava a todos tirando o chapéu. “Ele gostava que gente fazia o que ele mandava”. Por outro lado os comentários feitos sobre o filho de Pio, não foram tão lisonjeadores. Francisco Pio de Almeida Prado foi descrito como pessoa muito dura. Agostini (2010) tinha a mesma impressão de simpatia de Pio de Almeida Prado, mas reforçou a idéia de rigidez de seu filho Francisco Pio. Domingues (2010) que conviveu mais diretamente com Francisco Pio o descreveu como “justo”. É importante salientar que os empregados contratados a partir da década de 1930 tinham pouco contato com Pio de Almeida Prado que residia em São Paulo e vinha para Jahu somente para fazer pagamentos o durante a colheita do café. Os empregados tinham convívio diário com Francisco Pio de A. Prado e seus auxiliares. Era possivelmente Francisco Pio o responsável em repreender e fiscalizar o trabalho dos lavradores, o que dava a ele um ar de rigidez no trato com os empregados. O distanciamento do convívio direto de Pio de A. Prado com os colonos lhes causava a falsa impressão que as ordens vinham de seu filho, Francisco Pio, e não de que ele estava executando as tarefas definidas por seu pai.

Para ilustrar o Sr. Marques relatou duas histórias envolvendo Francisco Pio. No primeiro episódio Francisco Pio teria mandando um lavrador subir no trator em movimento. O empregado temeroso do perigo respondeu que ele, Francisco Pio, o fizesse. Foi sumariamente despedido. O senhor Marques não compreendia a razão de despedir um jovem recém casado só porque ele havia respondido ao patrão. A razão de dispensa teria sido a quebra de hierarquia. O patrão mandou o empregado fazer, ou melhor, neste caso não fez. O jovem prevendo que o cumprimento da tarefa seria arriscada se defendeu propondo que o patrão o fizesse. Numa ordem patriarcal não se questionava ordens, por mais descabidas que fossem. Francisco Pio de A. Prado fez valer poder de autoridade dentro de sua propriedade que achava possuir mandando o empregado fazer algo sem propósito, aparentemente para exercer “seu poder” sobre o empregado. Agiu como o conceito patriarcal permitia aos proprietários rurais atuar em seus domínios, ou seja, de maneira autoritária e arbitrária.

O segundo caso ocorreu em um baile de colonos na Fazenda Saltinho, também propriedade de Pio de A. Prado e administração de seu filho Francisco Pio. Durante o baile um senhor mais embriagado teria mostrado a genitália em público. Foi despedido assim que o caso veio ao conhecimento de Francisco Pio. Neste caso, a sua autoridade não foi questionada, pelo contrário, quem delatou a exibição do companheiro outorgou e cobrou de Francisco Pio de A. Prado a manutenção da moral e bons costumes em seu domínio.

Para os trabalhadores rurais o regime de colonato era segundo Faleiros (2007) uma forma de trabalho muito desigual na qual o fazendeiro colocava em prática a exploração da força de trabalho de toda a família, controlava a produção e comercialização de excedentes da produção dos colonos. Por outro lado o regime quando aplicado em áreas novas de grande produtividade permitia ao colono fazer plantações intercalares, gerando uma segunda fonte de renda com a venda do excedente. Observou-se que durante o século XX houve dois momentos em que foram criadas leis para disciplinar e proteger o trabalhador, a C.L.T. e E.T.R, sendo que o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 contemplava de fato os direitos e diferenças do empregado rural.

Na Fazenda Mandaguahy foi visto que havia por parte dos proprietários o autoritarismo típico de sociedade patriarcal. O proprietário reservava para si o direito de decidir quem ficava, o que fazia e como utilizava o tempo livre. Algumas das esposas dos proprietários mantiveram a tradição de fiscalizar e assistir os empregados com cuidados com a saúde e educando-os com noções de higiene, de trabalho e ensino religioso.

Faleiros (2007 p.5) observa que ao utilizar depoimentos de ex moradores ou de membros ligados ao objeto de estudo, deve-se ter cuidado e crítica por nem sempre evidenciam representações fidedignas dos fatos ou agentes envolvidos. É obrigação do pesquisador filtrar as informações. No caso dos depoimentos de ex colonos da Mandaguahy pode ter havido uma idealização de um passado difícil e amenização das relações trabalhistas, por terem sido criados dentro de um universo cuja hierarquia era pouco questionada. A falta de visão crítica nas relações de trabalho pode demonstrar a aceitação do modelo hierárquico presente dentro de suas próprias casas, onde o patriarca também exercia poder total sobre esposa e filhos. O poder patriarcal no caso da fazenda era do proprietário. Já os depoimentos dos descendentes dos proprietários houve a falta de percepção dos mecanismos de dominação e apropriação da força de trabalho. Seguindo o mesmo viés de que o exercício do poder na relação trabalhista era simplesmente uma extensão natural do tipo de relação familiar.



Figura 42 - Descarregamento do café no lavador . Fazenda Mandaguahy, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 43 - Lavrador observando o lavador de café. Fazenda Mandaguahy, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 44 - Trabalho com o rodo para secagem uniforme dos grãos feito por mulheres, que eram mais cuidadosas com os grãos de café. Fazenda Mandaguahy, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 45 - Trabalhadora espalhando café lavado pelo terreiro da Fazenda Mandaguahy, A mulher trabalhava na roça e no beneficiamento, mas esta atividade era geralmente considerada auxílio ao marido e não trabalho individual, 1926. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 4

EMPRESÁRIOS E ASSALARIADOS RURAIS

Nos capítulos 2 e 3 foram analisados como o pioneiro senhor de escravos e seus familiares incorporaram valores capitalistas e costumes burgueses mesmo morando na zona rural. Foi observada a mudança de valores com relação ao enriquecimento e o uso de mão-de-obra livre.

O uso do capital mudou. Os investimentos normalmente feitos eram voltados para garantir aumento da produção e compra de outras propriedades agrícolas. A partir da segunda geração o acúmulo de capital levou não só a melhoria da estrutura de produção, mas para também o aumento do capital através de investimento no setor financeiro/comercial. Observamos que nos inventários do século XX é dada ênfase maior aos bens de capital e que itens referentes ao uso particular, móveis e objetos domésticos se vulgarizaram, perdendo o valor de raridade por conta da maior disponibilidade dos produtos industrializados, não sendo mais merecedores de arrolamento nos documentos. Porém há exceções da descrição de itens, atualmente corriqueiro, das duas residências rurais, Mandaguahy e Riachuelo, que chamou a atenção. Foram avaliados encanamentos para água corrente e um bidê para higiene pessoal, como prova da absorção da mentalidade higienista em voga no final do século XIX e início do século XX e ainda o raro uso de ferragem industrializada.

Com relação aos trabalhadores vimos primeiramente a permanência da dependência da mão-de-obra cativa até as vésperas da abolição da escravidão. Observamos que o motivo desta dependência poderia ter sido por questão de transporte ou pelo conservadorismo dos fazendeiros locais. Somente um ano antes do fim do trabalho escravo foi que aumentou o contingente de imigrantes europeus na cidade de Jahu como possível resultado da política de subsídio à imigração promovida pelo governo. A maior parte dos imigrantes com destino a cidade foram para a zona rural, onde as plantações de café estavam em plena expansão. Nas fazendas notamos que, segundo as referências bibliográficas, o contrato de trabalho de colonato é citado como desvantajoso para o trabalhador, que embora, todos os membros da família trabalhassem na roça, somente o chefe de casa recebia rendimentos. Foi relatado pelos ex-trabalhadores que entre as famílias de colonos havia muita solidariedade que aliviava a falta material. Também foi dito que o lazer era organizado pelos próprios trabalhadores. Percebemos por parte dos depoimentos dos ex-colonos a aceitação da hierarquia de poder dentro da propriedade e a anuência na manutenção dos “bons costumes”

impostos pelos proprietários rurais. Dos 06 entrevistados somente um questionou os procedimentos do patrão com os seus pares, os outros aceitavam ou pareciam aceitar a estrutura de poder imposta pelos proprietários.

A relação trabalhista nem sempre amistosa foi aos poucos sendo regulamentada a fim de garantir direitos primeiramente dos trabalhadores urbanos. No entanto, a regulamentação das leis do trabalhador garantidas pela criação da justiça do trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho para os trabalhadores urbanos só foram estendidas ao trabalhador rural em 1963. Na Mandaguahy vimos que há documentação de pagamentos de férias ao trabalhador rural antes mesmo do Estatuto do Trabalhador Rural ter sido implantado.

Na Fazenda Mandaguahy, o trabalho assalariado não era novidade como foi visto no capítulo 03. A periodicidade do pagamento que inicialmente era trimestral e com um pagamento geral anual, após a criação das leis trabalhistas, passou a ser mensal. Neste período não só os lavradores eram assalariados, mas também o auxiliar de administração, o administrador e o gerente também o eram. Observamos que o gerente assalariado das fazendas Mandaguahy e Saltinho era Francisco Pio de Almeida Prado, filho e sócio em alguns empreendimentos do proprietário das fazendas.



Figura 46 - Francisco Pio de Almeida Prado com o cão Jipe em 1912 - Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Francisco Pio de Almeida Prado era a terceira geração em linha masculina da Fazenda Mandaguahy. Nascido em 1911 na cidade de São Paulo, Francisco Pio era o único filho entre 4 filhas. Ele era filho de pais interioranos que migraram para a capital a procura das comodidades modernas oferecidas pelos grandes centros da época, e que não utilizavam mais a propriedade rural como residência permanente. Eram proprietários rurais, não mais fazendeiros. A propriedade havia passado a ser somente mais um negócio. Eram capitalistas que aproveitaram os ganhos com a agricultura para investir em novos empreendimentos que podiam ser agrícola ou comercial. A autora Maria Cecília Naclério Homen (1996 p.52) complementa dizendo que os

cafeicultores do Oeste eram arrojados, criativos classificando-os de empresários do café pelo complexo de atividades que acumulavam. No entanto, ao continuar descrevendo o cafeicultor, a

autora comenta que a facilidade de locomoção oferecida pela ferrovia faz com que o fazendeiro perca o vínculo com a cidade em que estava localizada sua propriedade ao estabelecer residência fixa na capital do Estado ou em Santos. Não é o que acontece com o proprietário da Fazenda Mandaguahy.

O Casal Pio e Maria Aparecida de Almeida Prado educou seu filho Francisco seguindo as normas da “boa educação” da época. Estudou no Colégio Franco Brasileiro, tendo uma formação acadêmica com influência européia do final do século do XIX e início do XX. Esta linha de educação incentivava a prática de esportes principalmente para o sexo masculino. O varão praticou boxe e natação durante a juventude no Clube Paulistano e como complementação da educação formal, passou uma temporada na Europa, permanecendo a maior parte do tempo na Alemanha, onde havia uma representação da Almeida Prado & Cia. – Casa Comissária e Exportadora. Ao retornar para o Brasil em 1928, foi designado pelo pai, Pio de Almeida Prado, para gerenciar as propriedades rurais em Jaú.

O tipo de formação e educação recebida por Francisco Pio semelhante em valores a educação dada a suas irmãs descritos no capítulo anterior pode ser considerado um exemplo dos moldes burgueses incorporados por seus pais. Do mesmo modo que Pio de Almeida Prado foi



Figura 47 - Maria Yolanda e Francisco Pio de Almeida Prado em Santos em 1929 - Fonte: Acervo Família Almeida Prado

escolhido por sua mãe para ser seu sócio nos negócios, Francisco foi designado para a mesma função, só que não primeiramente como sócio, mas gerente dos empreendimentos agrícolas.

Se por um lado a história se repetiu, por outro ela diferenciou muito. Francisco Pio ao contrário de seu pai, Pio, e avô, Major Prado, nunca se envolveu em política. Sua vida social se restringia à família. Ele

só deu prosseguimento a atividades assistencialistas iniciadas pelos seus antepassados através de doação de dinheiro, sem envolvimento em conselhos ou diretorias.

Ao fixar residência na Fazenda Mandaguahy voltou a ter contato com sua prima de segundo grau Maria Cecília Botelho de Almeida Prado. Logo iniciaram o namoro, ora em São Paulo onde Maria Cecília estudava, ora em Jaú quando ela vinha em férias para as Fazendas Riachuelo e Santa Maria. Este período do relacionamento foi quebrado pelo engajamento de Francisco Pio no Batalhão 09 de Julho durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando atuou como combatente. Abaixo transcreveremos um trecho do diário sobre a vida de Maria Cecília escrito por sua mãe, Antonieta de Arruda Botelho. A descrição faz parecer que os passeios do casal eram cheios de romantismo. A fotografia registrou que este romantismo era sempre vigiado de perto por algum membro da família, neste caso a irmã mais nova de Francisco Pio.



Figura 48 - Maria Cecília, ao centro, Maria Yolanda, a esquerda, e Francisco Pio no salto do Mandaguahy em 1934. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

1934

Confidências ...

O Mirante e o Sancho devem ter ouvido lindas palavras de amor nos maravilhosos passeios matinaes. Riachuelo – Sta. Maria – Mandaguahy. (PRADO A., 1935)

Francisco Pio e Maria Cecília ficaram noivos em 1934. Como foi descrito no capítulo 01, o viúvo Major Prado, dono da Fazenda Riachuelo e a viúva Anna Joaquina Ferraz, proprietária da Fazenda Mandaguahy se casaram em 1867, unindo as duas propriedades. Uma história semelhante ocorreu com este casal. Maria Cecília era filha do proprietário da Fazenda Riachuelo, e Francisco Pio, filho do dono da Fazenda Mandaguahy. Mais uma vez primos de 2º grau se casam no velho sistema de casamentos consangüíneos em 1935. O casal fixou residência na Fazenda Mandaguahy. No entanto, o casamento não significou a unificação das duas propriedades como ocorreu com Major Prado e Anna Joaquina. Ao contrário do casal pioneiro que eram proprietários

das respectivas fazendas, Francisco Pio e Maria Cecília eram somente futuros herdeiros. Maluf e Mott (2004, p.390) ressaltam que embora as estratégias matrimoniais no interior da elite tenham iniciado ao longo do século XIX, um movimento de superação das relações mais verticalizadas, ou endogâmicas, os interesses familiares continuaram representando papel fundamental nos arranjos conjugais. A sucessão de casamentos endogâmicos no tronco de Francisco de Paula A. Prado resultou em alguns casos de infertilidade de seus descendentes. A autora prossegue escrevendo “as conveniências econômicas e os interesses de classe moveram a linha de parentela para relacionamentos mais horizontais, uma vez que a ‘riqueza tornou-se um critério de status muito mais importante’. Os vínculos matrimoniais eram garantia de controle sobre o poder”(MALUF E MOTT, 2004, p.391). O casamento de Francisco Pio e Maria Cecília podia ter como objetivo manter-se dentro da parentela mais do que conseguir poder ou mesmo acumular terras. Na ocasião do casamento dos primos as duas famílias possuíam terras, sendo que os pais de Maria Cecília eram proprietários de duas fazendas, casa na cidade e casa em São Paulo. Os pais de Francisco Pio eram donos de duas fazendas em Jahu, uma fazenda em Araçatuba, residência em São Paulo, casas comerciais e chácara em São Paulo, além de serem acionista e sócio do Banco São Paulo e Casa Comissária Almeida Prado. De acordo com Setubal (2004, p.84) ao analisar os tipos de relacionamentos entre as famílias tradicionais paulistas escreveu que a derrocada econômica causada pela crise de 1929, levou estas famílias a exaltarem suas origens, a legitimação da elite mediante seus títulos e a consequente opção pela segregação. Embora a crise tenha afetado de maneiras diferentes os dois núcleos, talvez pudesse ser este o sentimento de isolamento, mesmo que inconsciente, que tenha feito o casal a praticamente não cultivar vida social na cidade de Jahu a não ser com os familiares mais próximos.

A descrição do namoro e da cerimônia de casamento escrita pela mãe da noiva, Antonieta de Arruda Botelho, é repleta de romantismo. O sentimento do amor exarcebado, a pompa da cerimônia religiosa e a descrição do vestido branco usado pela noiva. O noivo é descrito como príncipe galante. Mesmo sendo um texto repleto de emoção, percebe-se a incorporação dos valores burgueses de enaltecimento da instituição familiar e a determinação dos papéis sociais que deveriam ser desempenhados por homens e mulheres.



Figura 49 - Francisco Pio e Maria Cecília de Almeida Prado no dia de seu casamento em 1935. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

27 de Abril de 1935

... Sábado. Manhã de sol, céu azul, lindo como a poesia azul do mez de Abril.. São 9 e meia. Aos accordes da marcha nupcial de Wagner, entra em passos lentos, apoiando a mão enluvada no braço de seu querido pae. Uma noiva gentil, esbelta, loira, uma flor humana desabrochando para o amor... Seu vestido de veludo desdobra-se em majestosa cauda... Voz de artista canta uma supplica fervorosa, o órgão e o violino acompanham melodiosamente... Que lindo par! Elle de uma belleza varonil, elegante, forte, toma pelo braço a noivinha linda, envolta em tule, salpicada de pétalas de rosas... (PRADO A.,1935)

Vimos, no capítulo 3, que Francisco Pio era o responsável pelo gerenciamento das fazendas Mandaguahy e Saltinho quando estas pertenciam ao seu pai, Pio de Almeida Prado. No entanto, ele não só trabalhou para o pai como se lançou em empreendimentos próprios ora sozinho, ora em sociedade com o cunhado, Paulo Botelho de A. Prado, ora com o seu pai.

No capítulo 03 foi descrito a sociedade de Anna Joaquina de A. Prado e seu filho Pio de A. Prado na firma Viúva Major Prado & filho Sociedade Agrícola, que englobava as duas fazendas que posteriormente ficaram por conta de Francisco Pio. Quando foram analisados os ganhos para as propriedades durante a vigência da sociedade, observou-se que houve a diminuição do número de cafeeiros e aumento da infraestrutura para a criação de gado, com a construção de uma nova cocheira para este fim. Seguindo esta tendência de negócios, ou seja, diversificar o investimento, Francisco Pio em sociedade com o cunhado e primo, Paulo Botelho de A. Prado, arrendaram uma propriedade no município vizinho de Barra Bonita para usarem com internada para o gado da sociedade em 1942. Era uma fazenda de 350 alqueires de propriedade de um italiano, construtor da região, o senhor Torelo Dinucci. Foram trazidos de Araçatuba para esta propriedade 726 cabeças de gado vacum. Não há registro de quanto tempo durou esta sociedade, mas há inúmeros documentos, correspondências, recibos e extratos bancários que indicam ter sido

pelo menos durante os anos de 1942 a 1944. Este período foi bem dinâmico para os negócios que envolviam gado vacum, tanto para a Fazenda Mandaguahy como para a sociedade de Francisco Pio de A. Prado. Um fato interessante nas operações financeiras desta sociedade foi o papel creditício da Casa Comissária Almeida Prado Exportadora. Como foi visto, no capítulo anterior, as casas comissárias expandiram seus negócios além da simples comercialização do café. Aos poucos este tipo de empresa participava de todo processo produtivo desde a plantação, manutenção da lavoura até a venda. Esta interferência na vida da propriedade rural causou descontentamento por parte de alguns fazendeiros. Se com relação às propriedades rurais Mandaguahy e Riachuelo não há documentação que indique esta interferência ou mesmo dependência da casa comissária, no caso da sociedade de pecuária isto ficou bem claro. Entre os documentos existentes há cartas resposta sobre a intermediação de compra de gado e modalidades de pagamento. Há vários cheques concedendo créditos em nomes de Francisco Pio de Almeida Prado e seu sócio Paulo Botelho de A. Prado. Este fato indica que, no caso da Casa Comissária Almeida Prado, os negócios não ficaram restritos ao crédito agrícola para custeio das plantações de café, mas também atuou no setor de pecuária como agente comercial/financeiro.



Figura 50 - Recibo de depósito em nome dos sócios Francisco Pio e Paulo de 1943. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

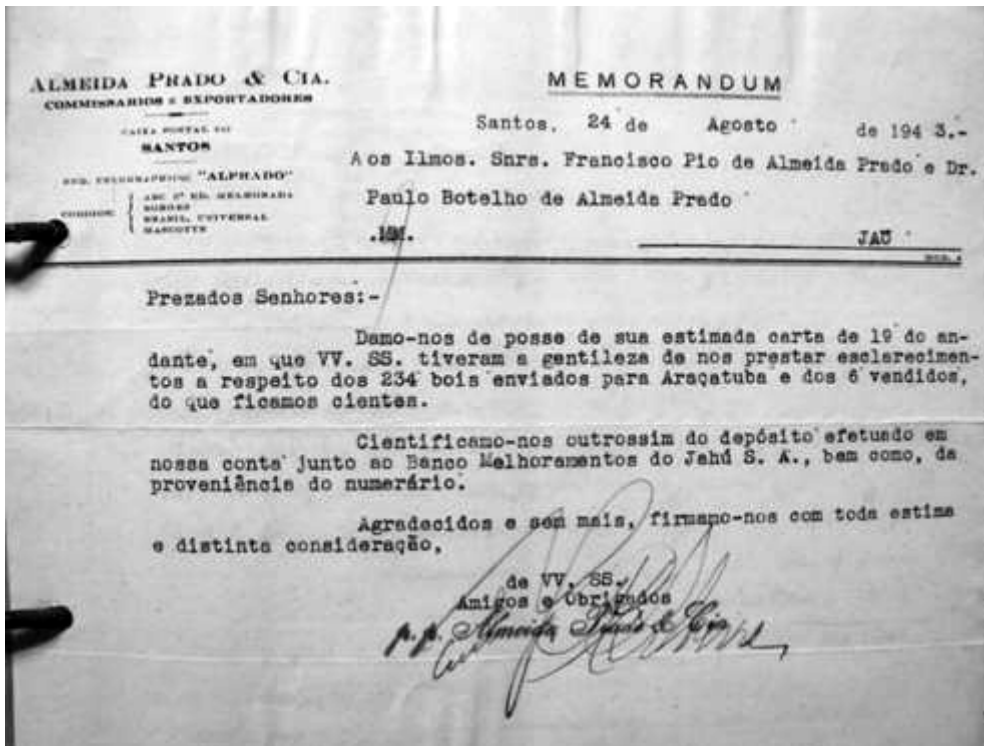


Figura 51 - Carta resposta sobre transação com gado e intermediação de pagamento de 1943.
Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Se Francisco Pio começou seu negócio próprio com a pecuária, não descuidou da agricultura na Mandaguahy. Durante o período em que foi gerente de seu pai manteve a diversificação na agricultura. Na fazenda havia um bananal, plantações de feijão, arroz, milho e de algodão. Esta última cultura está registrada na compra de sementes do Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo em Campinas, no ano de 1941. A cultura teve um início tímido com apenas dois hectares e meio plantados com algodão. Uma informação interessante com relação ao plantio de algodão é que ele foi feito por empreiteiros pagos por tarefas cumpridas e não pelos colonos ocupados com o café. No registro estão descritos valores diferentes para a capina, plantio, replante e desmatamento, dando a impressão de o valor pago variar conforme a complexidade ou grau de dificuldade de cada tarefa. Também Francisco Pio tinha aberto, na mesma ocasião que seu pai, uma fazenda de café no município de Araçatuba.

Vimos no capítulo anterior que o sogro de Francisco Pio, Benedicto de Paula Almeida Prado, havia dado de presente de casamento à sua filha, Maria Cecília, uma área de cerca de 24 hectares de extensão. Esta área servia de pastagem para o gado vacum de Francisco Pio e também

mais tarde serviu de parte de pagamento de outra área maior chamada Fazenda Monte Alegre, a mesma da Firma Paula Prado. A Monte Alegre foi vendida para a compra de uma propriedade maior em sociedade com seu pai. Na ocasião da compra a Fazenda Morro Azul foi descrita como um área de 112 alqueires ou 271 hectares e 4 ares de terra, 72.000 cafeeiros formados, casa de morada de tijolos e coberta de telhas, casa de máquinas, 2 tulhas, terreiro com 8 quadras ladrilhadas, uma casa de madeira para camarada, casa de administração, construídas de tijolos e coberta de telhas, 12 grupos de casas para colonos construídos de tijolos e cobertos de telhas, em mau estado, ranchos, mangueirão e demais benfeitorias do estilo (Escritura de compra e venda, cartório do 2º tabelião, comarca de Jahu, 1950). O interessante sobre esta fazenda é que ela pertencia a uma sociedade de 7 irmãos da família Ferrari, filhos de imigrantes que possivelmente a tenha comprado após a crise de 1929, quando muitos imigrantes ou filhos de estrangeiros que tinham feito poupança, aproveitaram para comprar ou aumentar a quantidade de terras. Outra hipótese é que tenham reproduzido exatamente o mesmo sistema de regime de colonato, vigente no tempo de trabalhadores rurais, sem ter aparentemente privilegiado os trabalhadores de sua propriedade. A base desta suposição é que a única parte das benfeitorias descrita como em mau estado era justamente a moradia dos colonos, no caso do município de Jahu, formada na maioria por pessoas de origem italiana, ou seja, conterrâneos dos proprietários que não lhes diferenciavam dos demais trabalhadores, não oferecendo nenhuma melhoria em suas habitações.

A compra e venda de fazendas ou glebas de terra fizeram parte da trajetória de negócios de Francisco Pio de Almeida Prado. Primeiramente, foi a venda da gleba recebida na ocasião do casamento para comprar a fazenda Monte Alegre, depois a venda desta para a compra da fazenda Morro Azul, vendida para a compra da parte da sua mãe após a falecimento de seu pai da fazenda Mandaguahy. Observamos também que a experiência com café novo na gleba de terra comprada na região de Araçatuba acabou sendo frustrada. Notamos que depois desta empreitada as ações para o acúmulo de terras se voltaram à região jauense.

Mesmo como diversificação da agricultura na Mandaguahy, o café continuou sendo o produto agrícola principal da propriedade até 1963. Na Fazenda Mandaguahy o emprego de tratores e caminhões a partir da década de 40 foi um elemento modernizador na agricultura local. Mesmo que o café, principal lavoura da fazenda, estivesse ainda preso às técnicas de colheita manual, seu transporte e beneficio incorporaram máquinas para a diminuição da mão-de-obra

necessária no manejo. De acordo com José Graziano Silva (1981, p.68), o processo de crescimento acelerado dos anos 1956/60 fez a agricultura se tornar parte integrante de um conjunto de atividades interrelacionadas, ou seja, deixou de ser um setor isolado e se aliou a industrialização para se modernizar.

A mecanização dos meios de produção e leis trabalhistas aceleraram o processo de que chamaremos de desvinculação de Francisco Pio de Almeida Prado com o setor produtivo e a terra. De 1961/67 houve decréscimo na economia brasileira afetando tanto o setor industrial quanto o agrícola. Também durante a década de 1960 houve a política pública de erradicação do café plantado em covas com quadro mudas, que deveriam ser substituídos por novas plantações em renque que permitissem a mecanização (SILVA J. G., 1981, p.68 e 82). Francisco Pio aumentou na década de 1960 as plantações de milho e erradicou quase que por completo o café da Mandaguahy, substituindo-o pela cana-de-açúcar.



Figura 52 - Caminhão no canavial da Fazenda Mandaguahy, c.1964. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Ao mesmo tempo em que o café perdia força na região jauense, usinas de açúcar aumentam sua capacidade produtiva com vistas a ocupar o lugar de Cuba nas exportações de açúcar para os Estados Unidos (SILVA J. G., 1981, p.128). Em 1964 a cana-de-açúcar voltou a ser a lavoura ocupadora da maior área agriculturável da Fazenda Mandaguahy (PRADO J.P., 2010). Dos 114 alqueires registrados após a fazenda ter sido herdada por Francisco Pio, cerca de 70 foram ocupadas com a cana. De 1964 a 1967 o canavial foi tocado pela própria fazenda, depois as áreas plantadas com cana-de-açúcar foram arrendadas para a Usina da Barra de propriedade de Orlando Ometto. O contrato de arrendamento efetivou a perda de vínculo com a produção de maior peso econômico por parte de Francisco Pio, que agora havia passado de agricultor à simples proprietário de terras. Embora o vínculo direto com a produção agrícola tenha terminado, a Fazenda Mandaguahy permaneceu sendo moradia fixa da família de Francisco Pio de Almeida Prado.

A mudança de lavoura e tipo de mão-obra- utilizada terá impacto em toda a estrutura social da fazenda. O contingente de trabalhadores, que já vinha declinando desde a metade da década 1950, foi quase todo dispensado. Teremos a partir desta época uma mudança no contrato de trabalho e o uso de trabalhadores volantes. Este assunto será tratado no tópico proletarização do trabalhador rural na página 165.

O núcleo familiar constituído por Francisco Pio de Almeida Prado foi um pouco menor que de seus pais. Maria Cecília e Francisco Pio tiveram 3 filhos e uma filha, sendo que Maria Antonieta era a segunda após o primogênito Pio de Almeida Prado Neto. O modo de vida adotado pela



Figura 53 - Maria Cecília Botelho de A. Prado com o filho Pio em um carrinho para carregar café, 1937. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 54 - Pio de Almeida Prado Neto com os pés na canaleta de água, 1937. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

família foi a reprodução da maneira burguesa em que foram criados. Os meninos preparados para continuar na produção agrícola e a menina preparada para ser esposa e mãe. Os dois filhos mais velhos, Pio e Maria Antonieta, ainda estudaram um período internos nos colégios São Bento e Nossa Senhora do Sion respectivamente. Os filhos concluíram seus estudos em Jahu, uma vez que o regime de internado foi abolido no colégio Sion e Pio deixou o colégio São Bento. Os dois filhos mais novos, Francisco Pio A. Prado filho e João Pio de A. Prado, fizeram seus estudos na cidade de Jahu. A diferença desta geração para a de seus pais foi a ausência de tutoras ou mesmo da mãe ensinando as primeiras letras, no entanto, o uso de uma pajem para tomar conta dos filhos foi mantida, bem como a separação dos negócios relacionados o mundo infantil e ao mundo adulto. Esta separação era mantida até mesmo nas horas das refeições. Crianças pequenas que não soubessem se alimentar sozinhas almoçavam em mesas separadas ou em horários anteriores aos dos adultos.

Maria Cecília como mãe dos filhos de Francisco Pio teve um papel muito parecido com o de sua própria mãe, Antonieta de Arruda Botelho. Foi ativa na administração da casa, na educação dos filhos, no ensino religioso, de higiene e bons modos de seus empregados. Da mesma maneira que sua mãe não teve uma atividade que lhe gerasse algum tipo de renda, Maria Cecília se deteve à jardinagem e

esporadicamente a produção de pinturas em porcelana, em tecido, aquarelas e bico de pena encomendados por algum membro da família.

Percebemos que o núcleo de Francisco Pio permaneceu preso aos valores burgueses tradicionais, sem que houvesse alguma mudança de “modernidade” que tivesse impacto no seu modo de vida. A autoridade do pai estava acima das vontades individuais dos filhos e mesmo da esposa. Notamos que embora Maria Cecília tenha recebido uma gleba de terra de seu pai como presente de casamento, pouca ou nenhuma vontade sua prevaleceu sobre aquelas terras. Ao mesmo tempo que não opinava sobre as transações imobiliárias, era Maria Cecília a responsável pela formação de pomar, horta e jardim de cada nova propriedade adquirida pelo casal. De acordo com Maluf (2004), o Código Civil de 1890 atribuía “ao marido a chefia da sociedade conjugal, bem como a responsabilidade pública da família, além de caber a ele a completa manutenção dos bens, inclusive dos que tivessem sido trazidos pela esposa no contrato de casamento” (Maluf, 2004, p.375). Maluf ainda observa que o Código Civil de 1916 conferiu a responsabilidade da manutenção da família aos cônjuges. As informações que tivemos acesso sugerem que no caso do casal Maria Cecília e Francisco Pio prevaleceu o que era designado para homens e mulheres no Código Civil de 1890.

Os três filhos mais velhos, Pio, Maria Antonieta e Francisco Pio aproveitaram a fazenda como palco de brincadeiras e apropriação dos espaços de produção. O que chamamos aqui de apropriação da estrutura produtiva é o uso das benfeitorias para o lazer, utilizar um espaço projetado para o processamento do café para diversão. O local favorito para brincadeiras era o reservatório de água utilizada na lavagem dos grãos de café quando estes vinham das plantações. A exemplo do que já ocorria na Fazenda Riachuelo no tempo em que Maria Cecília era criança, os reservatórios da Mandaguahy serviam de cenário para passeios de canoa ou de pedalinho improvisado. Os terreiros de secagem também podiam ser locais de diversão. Procurar grãos de café “Felipe”, ou seja, sementes geminadas era bem popular entre as crianças. Também percorrer o riacho formado pelo excesso de água ou pela drenagem dos reservatórios era uma das diversões apontadas por Maria Antonieta de A. Prado (2010). Bem como, os passeios de carrocinha puxada por bode e as cavalgas. Na carrocinha meninos e meninas podiam passear pelo mangueiro, terreiro e a cavalo iam até outras propriedades de parentes ou na Fazenda Santa Maria, residência de seus avós maternos.

Quando adolescentes, foram as brincadeiras de tiro ao alvo e piqueniques feitas no pomar que tiveram destaque. No caso do tiro ao alvo a atividade era feita só por Pio e Francisco Pio que colocavam garrafas de vidro vazias para servirem de alvo para o treino de pontaria. Os piqueniques eram mais democráticos, moças e rapazes participavam da confraternização de amigos e primos debaixo das mangueiras.



Figura 69 - Pio e Maria Antonieta montados a cavalo, c. 1942. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 71 - Maria Antonieta de A. Prado montada no bode, c. 1939. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 55 - Maria Antonieta, Francisco Pio e Pio de A. Prado, 1944. Fonte: Acervo Família Almeida Prado



Figura 72 - Francisco Pio de Almeida Prado Filho no reservatório de água, 1952. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

No capítulo 3 vimos que houve um padrão nos núcleos familiares de escolher um filho para ajudar na condução dos negócios agrícolas. No núcleo inicial do Major Francisco de Paula Almeida Prado o escolhido foi o filho mais novo do primeiro casamento que auxiliou o pai após este ter sido acometido com tifo. O Coronel Francisco de Paula Almeida Prado Filho o responsável pela modernização da Fazenda Riachuelo e pela sociedade com seu pai na Firma Paula Prado. No caso da segunda esposa de Major Prado, Anna Joaquina, foram os seus filhos mais novos, Vicente de Paula e Pio, os seus sócios em novos empreendimentos. Vicente de Paula

incentiva a sua mãe a se tornar investidora financeira no Banco São Paulo e Pio era sócio de Anna Joaquina na companhia agrícola. Na geração seguinte o filho mais velho, Benedicto de Paula A. Prado, foi o sucessor e sócio de seu pai o Coronel Francisco de Paula A. Prado. No núcleo de Pio de A. Prado o único varão, Francisco Pio de A. Prado, foi responsável pelo gerenciamento e sociedades em propriedades rurais. Este padrão mudou quando foi a hora de formar um sócio sucessor para a Fazenda Mandaguahy.

Francisco Pio de A. Prado não conseguiu formar sucessores. O filho mais velho Pio de A. Prado Neto começou uma carreira como comerciante de gado ainda adolescente. Primeiramente, construiu uma casa de morada para ele e sua esposa, Ana Maria de Toledo Arruda, sua prima de terceiro grau, próxima a sede antiga da Mandaguahy em 1956. Para poder prosseguir com o a criação de gado, Francisco Pio permitiu que fosse cercada uma área não muito distante da casa nova para formação de pastagem e construção de cocheira. Com o sucesso de sua empreitada, Pio de A. Prado Neto conseguiu formar um bom rebanho e comprar uma propriedade rural localizada em Bocaina no município vizinho de Jahu. Logo em seguida comprou outra propriedade em Duartina e finalmente regressa à região de Jahu com a compra da Fazenda Santa Amélia. Pio de Almeida Prado Neto trabalhou com seu pai até 1962, mas o espírito inovador do filho entrou em conflito com o conservadorismo do pai. Como já foi visto no capítulo 3 no tópico sobre colonos, nos depoimentos de Ramon Marques (2010) e Augusta Agostini (2010), ex-empregados, há indícios do conservadorismo e autoritarismo na personalidade de Francisco Pio de A. Prado. Conservadorismo do pai prevaleceu sobre o espírito inovador do filho que seguiu carreira independente.

Uma segunda tentativa de formar um sucessor seria feita com a contratação de Francisco Pio de Almeida Prado Filho como gerente da Mandaguahy. A casa construída pelo irmão mais velho foi residência do novo casal do núcleo de Francisco Pio e Maria Cecília Almeida Prado. Francisco Pio Filho e sua esposa, Maria Thereza de Arruda Botelho, sua prima em segundo grau, moraram durante uma temporada na fazenda. Francisco Pio de A. Prado filho ao terminar o ensino médio em São Paulo, trabalhou em um escritório de corretagem até voltar residir em Jahu e trabalhar ao lado de seu pai na fazenda. Em 1966 mudou-se para Araçatuba onde gerenciou a propriedade de Clibas de Almeida Prado, primo de seu pai. Ingressou na escola de avião e se formou piloto comercial, sempre trabalhando na fazenda em Araçatuba.

As tentativas de preparar um filho para ser companheiro e talvez sucessor para a propriedade rural falharam com os dois filhos mais velhos. Só restava o filho mais novo, nascido 13 anos depois de Francisco Pio Filho. João Pio nascido em 1953 pegou um período de transição econômica e política do país. Quando João Pio completou 10 anos a Fazenda Mandaguahy estava deixando de ser uma fazenda cafeeira para ser tornar canavieira. No mesmo ano 1963, foi promulgada a lei do trabalhador rural que visava corrigir o tratamento diferenciado entre trabalhadores rurais e urbanos. Em 1964, foi o ano do golpe militar. Todos esses fatores acrescidos de um processo anterior de desvinculação da terra como meio produtivo foram as causas prováveis para a não preparação do filho mais novo como sucessor agricultor.



Figura 56 - Maria Antonieta A. Prado e o noivo Antonio Carlos Tavares de Castro Valente em 1960. Fonte: Acervo Família Almeida Prado

A filha Maria Antonieta que também durante este período casou-se e foi morar em São Paulo já havia cortado os elos com a propriedade rural. Somente no final de 1966, Maria Antonieta e seu marido, Antonio Carlos Tavares de Castro Valente, voltaram a residir na fazenda em Jahu. A ligação de Maria Antonieta com o pai era grande como filha, mas como sócia não. Nunca houve um empreendimento agrícola em conjunto. Maria

Antonieta para seu pai permaneceu a cópia da mãe e das avós, filha preparada para ser esposa e mãe e não empreendedora. O marido de Maria Antonieta era advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e veio para Jahu com intenção de exercer a profissão. Antonio Carlos era filho de médico e neto de agricultores, mas cresceu sem contato com atividade agrícola. Em Jahu foi presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro durante o período ditatorial, assessor jurídico da Câmara Municipal de Jahu e advogou em seu escritório para empresas e particulares.

As situações de sucessão anteriores a Francisco Pio de Almeida Prado foram marcadas pela escolha de filhos com afinidades com o patriarca e disponíveis para arcarem com a

responsabilidade de dar continuidade, adequar, inovar o empreendimento rural ao momento econômico e político do tempo de sua administração. Assim ocorreu até a administração de Francisco Pio de Almeida Prado que foi mais um conservador do que empreendedor. Conservou a Fazenda Mandaguahy como patrimônio para seus três filhos vivos, Pio, Maria Antonieta e João Pio. Francisco Pio de Almeida Prado Filho faleceu com a esposa, primo Clibas de A. Prado e o piloto num desastre aéreo em 1973. Permaneceu a terra, a infraestrutura produtiva envelhecida e o apego afetivo pela propriedade e o casamento consangüíneo entre os descendentes masculinos. Somente Maria Antonieta casou-se com alguém fora de sua parentela. Se o mecanismo de casamento endogâmico foi em algum momento utilizado como ferramenta de acumulação de terras nesta geração, ele funcionou somente permanência no mesmo círculo de relacionamento social. Percebemos que as tentativas de mudanças foram poucas e incipientes.

Francisco Pio de Almeida Prado faleceu em janeiro de 1985 vinte e cinco meses após o falecimento de sua esposa Maria Cecília.

Proletarização do Trabalhador Rural

Como vimos no capítulo 3 que versava sobre o trabalho livre, as modalidades de contratos de trabalho de colonato e os camaradas, veremos neste tópico como as mudanças políticas refletiram nas relações de trabalho na Fazenda Mandaguahy, focando o período entre o final da década de 1950 até 1985. Nestes trinta e cinco anos de história, o país teve alguns líderes populistas, outros visionários, outros retrógrados. Em se tratando de direitos trabalhistas houve um avanço nos mecanismos de garantia das condições de trabalho e benefícios. Na agricultura houve mudanças com o aumento da mecanização e substituição da lavoura de café pela a da cana-de-açúcar.

As transformações dos cafezais em terras canavieiras em São Paulo, naquelas regiões de maior fertilidade natural, desencadeou um amplo movimento da população. Em parte esse imenso deslocamento populacional foi devido às transformações induzidas pelo poder do Estado, sendo essa a forma pela qual a existência das novas relações sociais se revelou.(GNACCARINI, 1980, p.93)

Ianni (1972) descreve em seu artigo *Relações de produção e proletário rural* a história do trabalhador agrícola brasileiro separando-as em três períodos principais: o primeiro com predomínio do escravo; no segundo, o lavrador; e no terceiro, o proletário. Ele continuou discorrendo sobre fatos históricos que refletiram ou foram reflexos de políticas econômicas. Cita que a oligarquia política baseada na agricultura começou a perder espaço para os novos empresários e industriais após 1930, culminando o processo da derrocada política do setor agrário na década de 1950. De acordo com o autor, a transformação do lavrador em proletário não ocorreu de uma só vez. Foi um processo lento a separação entre o lavrador e meios de produção. No início, o trabalhador livre era parte do sistema social da fazenda. Quando o trabalhador se torna assalariado surge o proletário rural.

Entretanto, a gênese do proletariado rural não se dá apenas em decorrência de transformações nas condições econômicas. É verdade que o desenvolvimento nas forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho) e das relações sociais de produção (do colono, ou agregado, a assalariado) fundamentam a metamorfose do lavrador em proletário. Mas, esse processo não se dá senão em combinação com modificações dos valores culturais e padrões de comportamento individuais e coletivos. Isto é, esse processo se dá por intermédio de crises e movimentos revelados em fenômenos como o messianismo, o cangaço, a liga camponesa e o sindicato rural (IANNI, 1972, p.152)

Considerando o conceito de proletário rural apresentado por Ianni e analisando a evolução da relação de trabalho na Fazenda Mandaguahy, percebemos que a propriedade não passou imune às estas mudanças. No caso do município de Jahu que não teve movimentos messiânicos ou similares ao cangaço, o sindicato rural é, segundo o autor, o responsável pelo “divórcio definitivo entre o lavrador e a propriedade dos meios de produção. Surgem, pois, quando se rompe a base do ‘universo comunitário’ em que o fazendeiro, o capataz e o lavrador apareciam como membros de um *nós* coletivos” (IANNI, 1972, p.154). Os proprietários da Mandaguahy usaram a mão-de-obra escrava durante os primeiros 30 anos da abertura da propriedade. Possivelmente, como sugeriu informações dos inventários, usou empreiteiros que poderiam ser trabalhadores livres para a derrubada da mata nativa da fazenda. E, finalmente, após a abolição contrataram imigrantes em regime de colonato. Como já foi apontada, esta modalidade de trabalho

se estendeu até o início da década de 1960. Os trabalhadores eram assalariados, mas compunham a parte social da fazenda. Vimos pela documentação existente relacionada aos trabalhadores que os pagamentos inicialmente eram efetuados a cada três meses e no final da safra havia um acerto de contas “geral”. Depois de 1943 o salário passou a ser mensal, chegando à década de 1970 com pagamentos semanais para dois prestadores de trabalho e mensal para outra família que residia na propriedade. Segundo Gnaccarini (1980, p.93) o processo de transformação do trabalhador rural em “volantes ou “tarefeiros” foi associado à consolidação das leis de trabalho. Silva (1981, p. 128) salientou que “na década dos sessenta os proprietários rurais procuram reter no imóvel apenas aqueles trabalhadores dotados de uma qualificação qualquer como por exemplo, tratoristas, motorista, retireiros, machadeiros, etc.”.

Na documentação existente do início dos anos 1960, há uma série de registros de tarefas específicas, bem como a discriminação dos serviços feitos pelos empregados. Serviços como a capina e execução de círculos ao redor dos pés de café eram pagos de acordo com o número de cafeeiros tratados. A mesma forma de pagamentos por tarefas executadas funcionava para as colheitas de milho e de café. Há também registros de empreiteiros que traziam os trabalhadores volantes para fazenda para gradear, aração, plantar milho, feijão, arrancar arbustos leiteiro do pasto etc. A especialização de trabalho por tarefas prosseguiu até a década de 1980 com a contratação de dois empregados volantes na década de 1970. A partir de 1964, houve a contratação de famílias para suprir as necessidades de mão-de-obra para tarefas domésticas.

A primeira família contratada foi os Spaziani que era constituída do casal Haydeé, José e doze filhos. José Spaziani quando mudou com a família para a Fazenda Mandaguahy em 1959 foi contratado como colono para cuidar da plantação de café e posteriormente trabalhou como agente de serviços gerais cuidando de cercas e de pedreiro. Embora possuísse uma família numerosa somente a filha mais velha o acompanhava na roça de acordo com Aparecida Cavalari (2010). Esta informação foi completada pela irmã mais velha que relatou que além dela iam mais três filhos ajudar o pai no café (DOMINGUES, 2010). Inicialmente moradores de uma casa na colônia onde Aparecida Spaziani Cavalari filha do casal de trabalhadores, nascida em 1955 e doméstica na Mandaguahy de 1966 a 1975, se lembra de haver somente mais um casal de moradores. Cavalari também recordou que a esposa do proprietário da Mandaguahy, Maria Cecília, ia visitar e entregar

presentes. “Sempre quando ela ia visitar .. as casas (da colônia), ela levava cobertor e um corte de flanela para cada criança da família”(CAVALARI, 2010).

Na década de 1960 os Spaziani mudaram para a antiga casa do administrador, que havia fixado residência na cidade de Jahu, não morando mais na fazenda. A casa do administrador era mais espaçosa e mais próxima à sede. A proximidade dos empregados com relação à casa sede e a diminuição brutal da força de trabalho moradora na zona rural influenciaria para sempre a relação de trabalho entre lavradores e patrões nesta propriedade.

Já foi citado que o relacionamento entre patrões e empregados, principalmente dos membros das famílias dos serviçais, era bastante distante. O espaço de convivência era bem determinado, bem como, as atividades de lazer distintas. Os filhos de patrões raramente conviviam com os filhos dos empregados da mesma idade e o lazer dos lavradores adultos era organizado e dirigido somente a eles. Mesmo havendo uma linha invisível de separação, havia também exemplos de atitudes assistencialistas por parte das esposas. Vimos o exemplo do relato de Francisco Pinto (2007) de cuidados com a sua saúde por parte de seus patrões. Exemplos como este não foram casos isolados. Antonieta de Arruda Botelho foi confundida por ele com uma médica por fazer curativos e ensinar princípios de higiene aos colonos desde a década de 1910. O mesmo fez a filha de Antonieta, Maria Cecília Botelho de Almeida Prado. Aparecida Spaziani Cavalari (2010) recordou o cuidado que Maria Cecília tinha com seus irmãos. Eram doze crianças que eram visitadas por Maria Cecília “para saber o andamento da família, o que estavam precisando e que não estavam, se as crianças iam à escola ou se não iam. Ela era muito preocupada com esta parte”(CAVALARI, 2010). Quando o caso demandava maiores cuidados um médico era chamado a expensas da fazenda. Entre os documentos do arquivo da Fazenda Mandaguahy foi encontrado um extrato da conta da Santa Casa de Misericórdia de Jaú de 1947 com diversos nomes de colonos que precisaram do serviço desta instituição. As consultas feitas pelos trabalhadores eram pagas pela fazenda, o único desconto encontrado relacionado cuidados com a saúde eram as despesas com a farmácia. Cavalari (2010) citou que na ocasião do nascimento de seu irmão mais novo em 1967, sua mãe passou mal, precisando ter acompanhamento médico especializado. De acordo com Aparecida Cavalari, Francisco Pio de Almeida Prado levou seu pai, José Spaziani, para o hospital e pagou as despesas com o médico.

“inclusive com meu último irmão minha mãe foi para o hospital, chegou até a fazenda a notícia que ela tinha falecido e... seu Francisco veio lá, levou meu pai para o hospital, pagou médico e minha mãe voltou... e eu até me emociono...(CAVALARI, 2010)

Irmandade de Misericórdia do Jahu
RUA RIACHUELO, 1.073 — TELEPHONES: PORTARIA, 645 . PAVILHÃO, 395
JAHU
ESTADO DE SÃO PAULO

FAZENDA MANDAGUAHY

Deve a cada

1	Maria Gentil - filha de João Gentil	14 de Março
2	Benedito Ferreira	17 de Julho
3	Teresa Zanolin - c/ João Zanolin	8 de Fevereiro
4	Ana Vergínia Benozzi - filha de João Benozzi	16 de Fevereiro 1947
5	Isolina Marçaira - c/ Manoel Trevisan	12 de Janeiro 47
6	Teófilo Vitoria - filho de Manoel Vitoria	19 de Abril 47
7	Maria Augusta - c/ João Mineira	22 de Maio 47
8	Sebastião de Moura	18 de Junho
9	Maria Góveia - c/ Francisco Salmoir	1 de Outubro 47
10	Irae Franco - filha de Armando Franco	21 de Julho
11	Walter Franco	Novembro
12	Pedrinho Domingos e José Domingos	
	Maria Cecília Spaziani	
	Benedito Vitoria	
	Maria Góveia	

Figura 57 - Conta de serviços médicos prestados aos colonos da Fazenda Mandaguahy em 1947 - Fonte: Acervo Família Almeida Prado

Aparecida Cavalari (2010) e sua irmã Maria Domingas Domingues relataram o cuidado de Maria Cecília com a alimentação de seus irmãos menores. Domingues contou sobre a sopa de legumes e carne produzida na sede da fazenda e entregue na casa dos Spaziani.

Que amor de pessoa que ela era. Ela (Maria Cecília) colaborava bastante. Ela sabia a condição de vida de meu pai, né! Bastante filho! Ia no pomar. Mandava vir o homem... tinha o horteiro que cuidava da horta e... do pomar. Daí ela mandava fazer uma cesta de verdura para levar para as crianças. Olha que ela fazia eu fazer...panelinha de sopa com legumes que era colhido da horta mesmo como cenoura, batatinha, chuchu...carne, ponhava carne e fazia aquela sopa e levava para os três menor. Porque era tudo com diferença de um aninho... Eles tinha fartura porque ela tinha coração para ajudar (DOMINGUES, 2010).

O fato das duas irmãs trabalharem como domésticas na sede da Mandaguahy as colocavam numa situação de proximidade com a patroa Maria Cecília e, portanto, ela era informada das diversidades vivenciadas pelo núcleo dos Spaziani. Se houve uma aproximação e

cuidados maiores com esta família foi devido a nova situação da Fazenda Mandaguahy com poucos moradores fixos. A preocupação com a educação dos empregados sempre foi uma constante para Maria Cecília. No caso dos Spaziani, Cavalari (2010) contou sobre a escola existente na Fazenda Saltinho onde seus irmãos frequentaram e depois da escola na Mandaguahy onde fez seus primeiros estudos com as aulas ministradas primeiramente por Maria Cecília e posteriormente pela filha de Maria Cecília, Maria Antonieta, recém formada no curso de magistério. “ A gente aprendeu a ler e escrever com elas lá na fazenda” (CAVALARI, 2010). Maria Antonieta A. Prado (2010) retificou a informação da existência de escola na Fazenda Saltinho. De acordo com ela, a escola onde os irmãos mais velhos de Cavalari estudaram se localizada na Fazenda Riachuelo como também foi descrito pelos relatos de outros ex-trabalhadores no capítulo 3.

Se Maria Antonieta foi responsável pelos primeiros anos de educação formal, foi Maria Cecília a responsável pela educação não-formal com ensinamentos de tricô, bordado, higiene,



Figura 58 - Maria Cecília A. Prado de Castro Valente como dama de honra da noiva Aparecida Spaziani Cavalari que está sendo acompanhada por Francisco Pio de Almeida Prado, 1975. Fonte: Acervo Aparecida S. Cavalari

religioso e de cozinha. As aulas de catecismo eram ministradas para três dos doze irmãos, Aparecido, Teresa e Aparecida no alpendre da casa sede. Cavalari (2010) recordou que o dia da primeira comunhão foi todo planejado por Maria Cecília que os levou para a Igreja Matriz de Jahu para assistirem à missa e comungarem pela primeira vez. Aparecida Cavalari da mesma forma que sua irmã, descreve Maria Cecília de maneira muito carinhosa, chegando a dizer que ela não foi patroa, mas amiga. É importante observar que Cavalari começou a trabalhar ainda criança na casa sede. De início ela ficou como pajem dos filhos de Maria Antonieta e depois trabalhou como copeira e cozinheira. Foram quase doze anos de convivência diária numa fase de formação da criança e adolescente Aparecida. Este convívio a marcou a ponto de declarar que Maria

Cecília era tudo para ela.

..tudo para mim. Minha mãe, minha amiga. Porque ela (Maria Cecília) não era patroa. Ela era uma mãe, uma amiga. Tudo que aprendi foi com ela, tudo. Eu entrei lá criança, me tornei mocinha lá...comecei namorar lá...e casei lá. (CAVALARI, 2010)

Na cerimônia de casamento de Aparecida, Maria Cecília e Francisco Pio de A. Prado foram seus padrinhos. Francisco Pio foi quem a conduziu ao altar fazendo vezes de pai. Após a cerimônia religiosa, foi oferecida uma festa em um caramanchão construído defronte à antiga casa do administrador. Pouco tempo depois a família dos Spaziani mudou da fazenda para ir morar na zona urbana de Jahu.

Coincidindo com a saída dos Spaziani foram contratados trabalhadores “tarefeiros” não residentes na Fazenda Mandaguahy. José Justiniano e Santo Rozanti trabalharam 11 anos (1975 – 1985) na Mandaguahy em um período que não existia mais colônia e nem colonos. O serviço era todo voltado para a manutenção das edificações existentes, capina e conserto de cercas. Embora houvesse criação de gado vacum, nem José Justiniano, nem Santo Rozanti lidavam com os animais. O pagamento para estes dois trabalhadores era feito semanalmente como direito a 13º proporcional. No caso de dispensa, os trabalhadores receberiam somente os dias trabalhados e as férias não gozadas. Como nunca foram moradores da fazenda, as famílias dos dois trabalhadores nunca participaram ou conviveram com a família dos patrões, configurando-se num relacionamento profissional de compra de força de trabalho da qual os prestadores de serviços não faziam parte do que Ianni (1972, p.154) chamou de “universo comunitário” do qual, segundo o autor, proprietário, fiscal e lavrador faziam parte de um “nós coletivo” representado pela propriedade rural e seus moradores.

Em 1976 uma nova família com 07 membros mudou –se para a casa do administrador antiga moradia dos Spaziani. Dos sete membros da família seis prestaram algum serviço para a fazenda durante o período de 1976 a 1985 que residiram na fazenda. No entanto, somente três o fizeram o tempo todo da permanência de núcleo familiar na Mandaguahy. Arlindo Fragnan, Maria Schimidt Fragnan e Airton Fragnan, marido, esposa e filho respectivamente. Arlindo Fragnan que inicialmente foi contrato para cuidar do gado e ser hortelão ficou restrito somente à ordenha e aos

cuidados com a horta e pomar. Airton por sua vez, trabalhou a maior parte do tempo como jardineiro em meio período, adotando o regime de trabalho de tempo integral somente após o término do ensino médio em 1981. A partir deste ano cuidava de todo gado, ordenha e ajudava o pai no entorno da sede. Maria Schimidt Fragnan começou na lavoura, mas logo começou a trabalhar como doméstica na casa sede.



Figura 59 - Maria Schimidt Fragnan e Maria Antonieta de A. Prado, 2006. Fonte: autor

Maria Schimidt Fragnan, a matriarca deste núcleo familiar, era filha de descendentes italianos pelo lado materno e alemão pelo lado paterno. Nasceu em 1929 em Bocaina, município a 12 quilômetros de Jahu. Morou na zona rural a maior parte de sua vida e experimentou cedo a vida de colona. De acordo com Maria Fragnan (2010) sua infância foi difícil, acompanhou os pais no trato com o café ainda menina, trabalhou em roças de algodão com a mãe e como diarista e em casa de família. Além do trabalho externo ajudava a mãe a cuidar dos irmãos mais novos. Casou-se com Arlindo Fragnan que havia conhecido

em uma das fazendas em que morou. Ora morou somente com o seu núcleo familiar, ora morou com a sogra. Chegou a morar em uma fazenda de café no Paraná de propriedade de seu cunhado, onde cuidava do café em regime de a meia. Teve seis filhos, 4 mulheres e 2 homens. Como já foi citado todos trabalhadores da família de Maria eram mensalistas, mas tinham direito a leite e a usarem áreas próximas à sua casa para plantio de arroz e milho para consumo próprio. Quanto ao excedente, por iniciativa de Arlindo Fragnan, uma parte ele retribuía aos proprietários por conta do uso do terreno. Percebemos que a relação trabalhista entre a família Fragnan e os proprietários passava da esfera profissional. A ocupação de uma casa nas proximidades da sede, a ausência de

outras famílias de trabalhadores e filhos na mesma faixa etária dos netos dos proprietários os tornaram membros do “universo comunitário” da fazenda.

Se até a geração dos filhos de Francisco Pio de Almeida Prado, filhos de patrões e empregados não se misturaram, os netos de Francisco Pio e os filhos do casal Fragnan quebraram esta regra. Mesmo as mulheres da família de Francisco Pio, esposa e filha, mantiveram um relacionamento muito mais próximo com Maria Fragnan, se visitando e retribuindo gentilezas com envio de pães ou doces feitos pelas duas partes. Maria Fragnan explicou o relacionamento dela com as mulheres da família de Francisco Pio: “a gente era uma família. Não tinha separação, nem com sua avó (Maria Cecília), nem com sua mãe (Maria Antonieta). Sua avó, mesmo, foi nem sei quantas vezes lá em casa visitar minha sogra.” (FRAGNAN, 2010). Se houve mudanças no relacionamento pessoal empregado/patrão, na esfera profissional a hierarquia permaneceu. Francisco Pio de A. Prado foi descrito por Maria Fragnan como “justo”. Como já foi visto ele demonstrou traços autoritários, mas segundo Maria era “bom, justo”. Maria relatou que nunca teve muito contato com os patrões, homens, donos dos empreendimentos agrícolas. Nas fazendas que trabalhou recebia ordens dos fiscais, que por sua vez recebiam ordens do administrador, que recebia ordens do proprietário. O proprietário era quase que inacessível. Na Mandaguahy, não havia mais este aparato de fiscais e administradores quando Fragnan foi moradora, mas a intermediação das ordens era feita pela esposa, Maria Cecília. Aqui vemos a presença do olhar invisível descrito por Joana D’Arc de Oliveira(2008), são os mecanismos de poder não percebidos pelos dominados que melhor funcionam.

Não foi somente a hierarquia e os mecanismos de manutenção do poder que permaneceram. Os hábitos alimentares de décadas anteriores foram mantidos no núcleo dos Fragnan. Maria descreveu o cardápio semanal começando pelo café da manhã, dizendo que preparava pães para oito dias no antigo forno à lenha reformado por ela. O pão era acompanhado de leite e café na refeição matinal. O almoço era composto de arroz, feijão e alguma mistura, ou seja, algum tipo de carne, ovo ou lingüiça e verduras da horta familiar. Da infância ela recorda da “polenta bem cozida feita de fubá do moinho de pedra”. Segundo Maria, eles levavam os grãos de milho para serem trocados pelo fubá. Outro prato lembrado por ela foi o cuscuz feito com sardinha ou lingüiça com abobrinha refogada.

Na Mandaguahy das décadas de 1970 e 1980 não havia mais bailes ou jogos de futebol. Não havia colônia. A memória de lazer que Maria Fragnan guardou era a de sua infância em Bocaina.

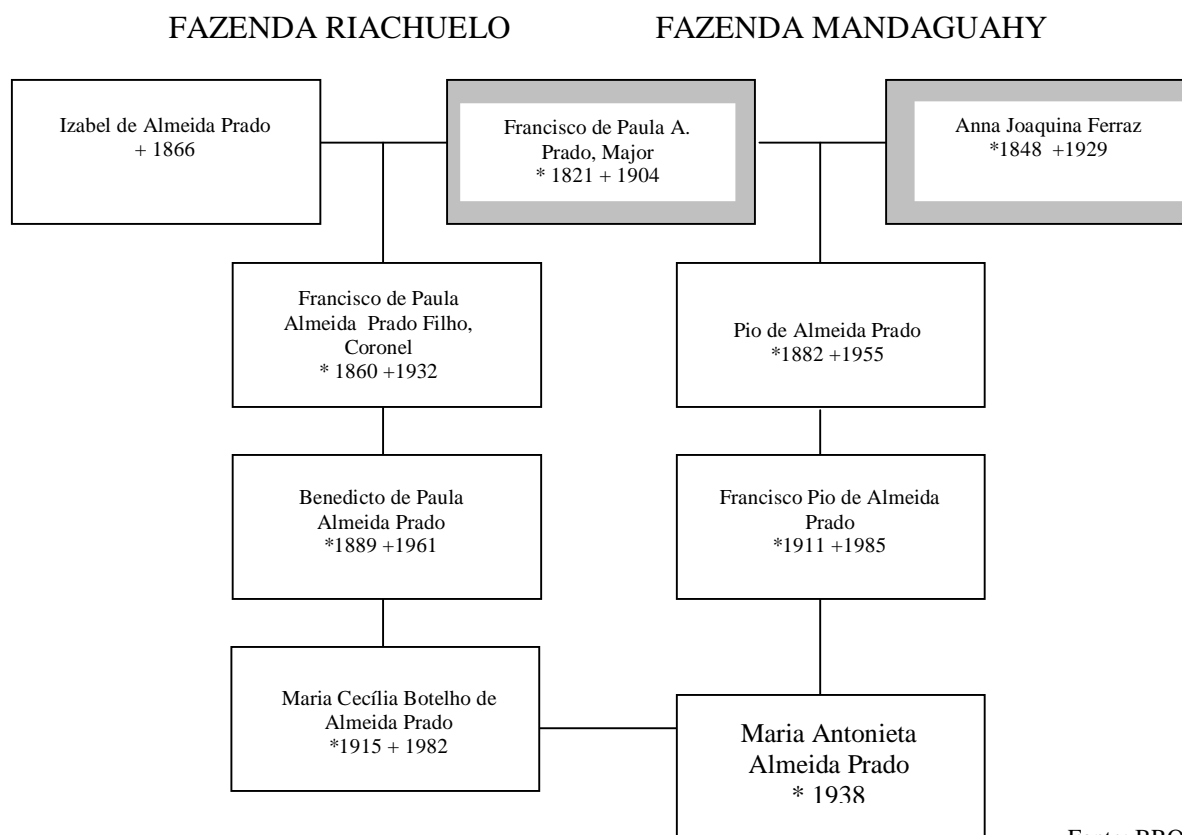
Tinha um rapaz que tocava violão e cantava e nós se juntava todos naquela casa quando tinha terço e depois do terço este rapaz tocava e cantava e nós ficava ali dançando toda meninada, moça todo mundo junto na colônia na fazenda... Outro coisa era dia carnaval que meu pai comprava sempre papel pra gente fazer fantasia ... com aquelas tirinhas de papel de tudo que é cor e depois um laço de papel na cabeça para gente brincar. (FRAGNAN, 2010).

Se por um lado a fazenda mantinha trabalhadores moradores urbanos que não mantiveram qualquer tipo relacionamento comunitário com o descrito por Ianni (1970) vendendo a força de trabalho com pagamentos semanais, havia os Fragnan que vivenciaram um misto de regime de colonato com proletariado. Os Fragnan eram todos mensalistas, ganhavam salários individuais, eram sindicalizados ao mesmo tempo em que habitavam na propriedade, vendiam a força de trabalho, recebiam leite, tinham liberdade para cultivar suas próprias roças, manter pequenas criações. Arlindo Fragnan, o patriarca deste núcleo, faleceu em 1985 quando já residia na cidade de Jahu.

Podemos observar que depois do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, da política pública de erradicação do café e do incentivo ao plantio da cana-de-açúcar a Fazenda Mandaguahy entrou em processo de desvinculação do meio produtivo com os proprietários agricultores. Aos poucos a terra foi deixando de ser um meio produtivo para tornar-se em um imóvel qualquer passível de ser locado. Houve a permanência da posse da terra, mas houve por outro lado a mudança de seu uso. As relações trabalhistas foram alteradas e adequadas à legislação vigente na época. Vimos antigos colonos, agora moradores da cidade, se tornarem em proletários rurais, sem vínculos com a terra ou patrões. Houve ainda a permanência de certas características do regime de colonato, naquele momento mais abrandado, com salários pagos de forma individual. As relações pessoais são as que mais sofreram mudanças. Relacionamentos amistosos entre esposas de patrão e empregadas surgiram e foram cultivados. Amizades de filhos ou netos de patrão inexistentes anteriormente também fizeram parte da mudança de hábitos.

Após o falecimento de Francisco Pio de Almeida Prado em janeiro 1985, a Fazenda Mandaguahy foi fragmentada entre os três herdeiros, Pio, Maria Antonieta e João Pio. Se no início da exploração das terras da Mandaguahy em 1858 a propriedade era constituída de 498 alqueires ou cerca de 1.205 hectares, sendo dividida pela metade em 1863 entre a viúva Anna Joaquina e seu filho João Leite Ferraz de Campos, ela chegou ao início do século XX com 140 alqueires ou 338,8 hectares, quando foi herdada por Francisco Pio continha uma área de 114 alqueires ou 275,88 hectares. Esta área foi repartida entre os filhos de Francisco Pio, sendo que coube a Maria Antonieta a área da sede da fazenda. A área atual da propriedade é de cerca de 7% da área original, ou seja, cerca de 85 hectares divididos entre áreas de pastagens e plantações de cana-de-açúcar.

OUADRO 3 - LINHA DE SUCESSORES DA FAZENDA MANDAGUAHY EM 150 ANOS



Fonte: BROTERO, 1938

NOVAS FUNÇÕES: TURISMO RURAL

A existência de quase toda a estrutura produtiva do tempo de fazenda cafeeira preservada, com casas vagas, áreas reflorestadas, pomar e jardim abriram uma nova perspectiva para sua manutenção. Em 1997, após experiências com leiteria, criação de cavalos da raça mangalarga, feno e escola de equitação, a propriedade iniciou a organização de um programa de visitação com o objetivo de trabalhar conceitos de educação ambiental e educação patrimonial. O programa contemplava fundamentos da visão humanista de meio ambiente. A Educação Ambiental de linha Humanista descrita por Lucie Sauvé (2006) tem como porta de entrada a apreensão da paisagem. Esta é “seguidamente modelada pela atividade humana; ela fala ao mesmo tempo da evolução dos sistemas naturais que a compõe e das populações humanas que se estabeleceram nela suas trajetórias.” (SAUVÉ, 2006, p.25). Na continuação de sua explicação Sauvé deixou claro que para a corrente humanista os elementos edificados são fatores de intervenção e de convivência com a natureza.

O ambiente não é somente apreendido como um conjunto de elementos biofísicos, que basta ser abordado com objetividade e rigor para ser mais bem compreendido, para interagir melhor. Corresponde a um meio de vida, com dimensões históricas, culturais, políticas, estéticas, etc...O “patrimônio” não é somente natural, é igualmente cultural: as construções e os ordenamentos humanos são testemunhos da aliança entre a criação humana e os materiais e as possibilidades da natureza. A arquitetura, entre outros elementos, encontra-se no centro desta interação. O meio ambiente é também o da cidade, da praça pública, dos jardins cultivados, etc. (SAUVÉ, 2005 p.25)

Partindo da premissa que o meio ambiente, ou seja, fauna, flora, água, solo, ar inclui aspectos culturais, podemos inferir que neste conceito estão englobados além do patrimônio natural (mata secundária), os patrimônios culturais materiais e imateriais produzido pela humanidade e que foram mantidos na trajetória da Fazenda Mandaguahy.

Os programas educativos têm como público alvo estudantes dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares. Os programas educativos são multidisciplinares e

organizados por temas de concentração ora enfatizando a percepção das mudanças do meio natural ocasionadas pela ocupação do homem, ora focando o patrimônio edificado como resultados das atividades econômicas desenvolvidas durante a trajetória da história da propriedade rural. A nomenclatura usada nos programas identifica seu objetivo principal. O tema Bosque Maria Cecília trabalha a percepção do meio natural em uma área de mata secundária através de atividades que possibilitem o uso do tato, da audição, do olfato e visão. Também recebem informações da importância da preservação de áreas de preservação permanente para os mananciais. O tema Ciclos econômicos traça uma linha histórica econômica através de um passeio dirigido pelas edificações, jardim e pomar preservados da fazenda. O roteiro contempla a organização social do universo rural cafeeiro por meio de questionamentos de quem eram os habitantes da propriedade, do uso e localização das edificações durante o ciclo do café e canavieiro. A educação ambiental visa ajudar a compreensão do ciclo vida e a intervenção do homem no meio natural. O enfoque é dado na adequação, uso racional da água e solo, produção sustentável de alimentos e reciclagem de materiais. A educação patrimonial tem como objetivo a observação, registro, exploração e apropriação do patrimônio construído pelo homem e seu entorno no meio natural. Enfatiza que a preservação do meio natural está relacionada diretamente com a cultura da população. Compreender o modo de vida de nossos antepassados propicia um melhor entendimento de quem somos. As reflexões são feitas através de atividades lúdicas como exploração arqueológica nas ruínas da antiga colônia de imigrantes e na descoberta de costumes dos moradores da Casa Grande.

Os programas recreativos usam os espaços abertos para a prática de atividades físicas que visem a integração entre os alunos e a priorização do respeito às regras, solidariedade e a cooperação.

Aos poucos a estrutura existente na fazenda foi sendo adequada às novas funções, ou seja, receber visitantes e estudantes. As modificações, adaptações e reformas foram descritas na caracterização do universo empírico, parte integrante da introdução deste estudo. Observamos que as adaptações tiveram intenção de facilitar o acesso dos visitantes e o material exposto tem por objetivo traçar uma linha da história local.

No ano de 2000 a antiga casa do administrador e tulha vermelha foram reformadas para hospedagem de visitantes. Desde então, a fazenda vem trabalhando a hospitalidade e desenvolvido

produtos alimentícios baseados nas receitas de família. Inicialmente a hospedagem pretendia oferecer serviços e alimentação, camareira e recreação. Foi diagnosticado que os hóspedes que procuraram a fazenda queriam menos interferência por parte dos proprietários com relação ao lazer e nem sempre ficavam à vontade ao tomarem as refeições na casa sede. Para evitar situações constrangedoras para hóspedes e proprietários, deixando-os mais à vontade, as casas de hospedagem foram equipadas com cozinha e utensílios domésticos. Desta maneira o visitante teria a possibilidade de preparar e a liberdade de escolha de que tipo de alimento queria consumir. A disponibilização de cozinhas para os visitantes diminuiu o custo da diária para o hóspede e o custo com pessoal contratado pela fazenda para a preparação de refeições e serviço de camareiras. Hoje a propriedade produz goiabada cascão, doce de laranja, de mamão, de laranja cravo, geléias de mangostão, morango, amora, mexerica, jabuticaba, licores de café, morango, vinho de laranja e cachaça artesanal. Além de oferecer vários tipos de passeios culturais guiados para grupos ou famílias que podem incluir lanches ou refeições servidas na antiga sala de jantar da casa sede. A arrumação do ambiente procura atender ao ideal imaginário do público do que era o modo de vida dos fazendeiros de café, usando louça inglesa, talheres de prata, copos de pé e toalhas de linho com monogramas. No entanto, o cardápio consiste basicamente de pratos típicos brasileiros, não seguindo a lógica da sofisticação proposta na decoração da mesa. Talvez uma mostra da permanência do paladar tradicional com a mudança somente dos objetos de adorno doméstico. Toda a descrição dos produtos turísticos, programas educativos e recreativos, além do histórico e fotos antigas e atuais da Fazenda Mandaguahy estão disponíveis no sitio eletrônico WWW.fazendamandaguahy.com.br .



Figura 60 - Pratos típicos e mesa decorada para almoço de visitantes na sala de jantar da casa sede da Mandaguahy, 2010. Fonte: Autor



Figura 61 - Três etapas da visita dirigida - 1- recepção na antiga tulha de café, 2008; 2- visita à antiga senzala, 2008; 3 - visita ao bosque, 2008

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise de 127 anos da trajetória dos 152 anos de existência da Fazenda Mandaguahy, foi possível verificar como alguns elementos do setor produtivo agrícola, modo de vida e relações trabalhistas foram se modificando, adequando-se a cada tempo como mecanismos de manutenção da posse da terra. Ao mesmo tempo em que houve mudanças outros elementos permaneceram ativos ou suavizados por novas roupagens. Esta dualidade da mudança e permanência de hábitos, relação de trabalho e produção permearam a história desta propriedade e de seus proprietários.

A organização da dissertação tendo as quatro gerações como eixo deste estudo, permitiu que percebêssemos que inicialmente os objetivos dos proprietários pioneiros eram de transformar a terra virgem em meio de produção, a permanecer com utilização da mão-de-obra escrava e acumular capital. É importante lembrarmos o caráter conservador de Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado, com relação a mão-de-obra empregada nas lavouras de café. O Major Prado investiu em escravos até meados de 1887, poucos meses antes da abolição. Por outro lado o Tenente Lourenço de Almeida Prado na década de 1870 já empregava o uso máquinas de beneficiar e enfardar algodão, beneficiadora de café e serra, permanecendo a tradição da atividade do fabrico do açúcar trazida da Fazenda Pirahy de propriedade de seu pai na cidade de Itu. Concomitantemente ao desbravamento das novas áreas, criaram meios de influenciar a política local, estabelecendo lideranças e alianças através de casamentos endogâmicos. Constatamos que a manutenção pela primeira geração do hábito de casamento entre parentes com vários troncos da família Almeida Prado na Província de São Paulo, garantiu acesso ao poder local e informações sobre os possíveis traçados da ferrovia que viriam valorizar as terras compradas pelos membros deste núcleo familiar. A estratégia de casamentos dentro da parentela pode até mesmo ter auxiliado na permanência da posse de terras, mas também colaborou para a fragmentação das propriedades originais da família na região de fronteira agrícola de Jahu, transformando-as em propriedades, em sua maioria, de médio porte. Se alguns hábitos trazidos de Itu permaneceram, outros com advento da República mudaram. O próprio Francisco de Paula Almeida Prado, Major Prado, inovou ao fundar em sociedade uma companhia agrícola com seu filho Francisco de Paula A. Prado Filho mecanismo que se popularizou décadas mais tarde entre os cafeicultores. A Firma Paula & Prado uniu 2 propriedades agrícolas, modernizou a estrutura de lavagem, secagem e beneficiamento do café.

A segunda geração consolidou a posição política. Vicente de Paula Almeida Prado foi o maior expoente na política da recém proclamada república. Francisco de Paula Almeida Prado filho foi o primeiro da irmandade a ingressar em empreendimentos do setor financeiro/comercial fundando o Banco Melhoramentos de Jahu em 1891. Pio de Almeida Prado e seus outros irmãos seguiram a mesma vertente ao controlarem o Banco São Paulo e fundarem a casa comissária e exportadora. Essa geração ampliou o acúmulo de terras permanecendo atrelada a produção agrícola. Por outro lado inovaram mudando o modo de produção tradicional para um mais moderno e empregando a mão-de-obra livre. As mulheres desta geração, por sua vez, se diferenciavam das mães pioneiras, as quais o trabalho de parceria com os maridos para administração das propriedades em formação foi essencial. A segunda geração de mulheres se transformou em esposa e mãe seguindo os preceitos burgueses em voga no final do século XIX e início do XX. Foram educadas formalmente freqüentando escolas de cunho religioso onde aprendiam a ser guardiãs da moral, boas mães e assistencialistas. Mas esta nova roupagem de mulher educada moderna não conseguiu emancipá-la. Vimos que na análise das vidas de Antonieta de Arruda Botelho e Maria Aparecida Almeida Campos o ideário burguês foi absorvido pelas duas proprietárias em diferentes graus, ou melhor, constatamos que traços do patriarcado permaneceram mais evidentes na vida de Antonieta, cuja educação urbana convivia com os hábitos de assistência aos serviçais e com a rotina de administração da vida rural dos tempos de sua mãe. Já Maria Aparecida assimilou mais profundamente os valores burgueses de esposa, mãe e dona de casa. Ao mesmo tempo em que era mãe e guardiã da moral, ela era incentivada pelo marido a empreender, mantendo atividades agrícolas que lhe resultariam em receita para seu uso pessoal, mas sempre sob vigilância do patriarca. Era a mudança da mulher empresária e a permanência do controle masculino sobre suas atividades.

A terceira geração acrescentou pouco no acúmulo de bens e modificações do modo de produção. O modo de vida foi quase que uma reprodução fiel da geração anterior e com relação aos meios de produção, houve um retrocesso econômico por conta do aparente conservadorismo nos empreendimentos e cenário econômico brasileiro. A terceira geração representada por Francisco Pio de Almeida Prado iniciou um processo de desvinculação da terra como meio de produção ao arrendarem as terras agriculturáveis para o cultivo de cana-de-açúcar pela Usina da Barra. Também foi esta geração de proprietários que vivenciou a maior mudança nas relações trabalhistas. O primeiro fato foi a CLT que mesmo não sendo aplicável diretamente aos

trabalhadores rurais impactou na forma de pagamento dos colonos que deixou de ser trimestral para se tornar mensal e do pagamento de férias anuais a partir de 1943. Francisco Pio de A. Prado presenciou o esvaziamento das colônias com o êxodo rural e aumento da mecanização para substituir o trabalho manual. Se na trajetória empresarial do período que gerenciou e depois se tornou proprietário da Fazenda Mandaguahy não conseguiu acumular mais terras ou mesmo acompanhar as mudanças de tecnologia de produção, manteve a integridade de suas terras e edificações. Vivenciou o perímetro urbano da cidade de Jahu anteriormente distante se aproximar a menos de 3 quilômetros de sua propriedade, facilitando ainda mais a cultura de morador de zona rural, mas de modo de vida urbano. Com relação a sua mulher, Maria Cecília Botelho de Almeida Prado, permaneceu cópia de sua mãe Antonieta de Arruda Botelho, administradora rural e assistencialista educada à moda burguesa francesa. Mais uma vez constatamos a permanência no século XX do modo de vida tradicional do século XIX.

A quarta geração ficou totalmente desvinculada da terra como meio de produção. A terra manteve mais um valor afetivo do que produtivo, no entanto, a conservação da estrutura construída ao longo dos anos, permitiu a implantação de projeto de exploração turística da propriedade visando programas educativos e recreativos, atividades de hospedagem e oferta de refeições e o desenvolvimento da produção artesanal de alimentos e cachaça. Hoje a propriedade tem uma viés produtivo que busca um equilíbrio entre a exploração econômica dos bens naturais recuperados através de reflorestamentos regenerações espontâneas, produtos turísticos de baixo impacto ambiental e a indústria do biocombustível. Parte da propriedade está arrendada à agroindústria canavieira, que embora tenha modernizado em parte o modo operante, continua sendo poluidora e usuária de mão-de-obra pouco qualificada.

Da citação transcrita do inventário de Francisco de Paula Almeida Prado na introdução deste trabalho que versava sobre os bens móveis e imóveis do inventariado, na qual há observações de que os escravos haviam morrido ou sido libertados, os animais mortos, as construções originais substituídas por novas, restando somente a terra da Fazenda Riachuelo, podemos fazer uma analogia com as mudanças nos tipos de mão-de-obra, modos de produção, e de vida na história da Fazenda Mandaguahy, destacando neste caso permaneceram as edificações adaptadas ao novo uso, a área do pomar e a posse de 7% da gleba de terra original.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul** – São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- ALMANACK do Jahu**, (Jahu) editado pelo Correio do Jahu, 1902. p.99-100
- ARLANCH, F. **Formação do Mercado Interno em São Paulo: O exemplo de Jaú (1870-1914)** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1977
- ARGOLLO FERRÃO, André. **Arquitetura do Café** – Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004
- BARROS, Maria Paes de. Lembranças de Maria, Menina-e-moça Paulistana in Moura, C.E.M (org), **Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX** - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998. p.111 – 119
- BACELLAR, C. A.P. **Senhores da Terra** - Campinas: Editora da UNICAMP, 1997
- BACELLAR, C. A.P. Uma rede fundiária em transição in BACELLAR, C. A.P. & BRIOSCHI, L. Reis (orgs) **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**: Humanitas FFLCH/USP, 1999
- BAUER, Regina C. D’Alessandro monografia **A escravidão em Jahu nas décadas de 1860 a 1888** – Jaú, 1997
- BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930** - São Carlos: EdUFSCAR; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003
- BIERRENBACH, N.B. Como se Vivia nas Vilas e Fazendas Antigas, memórias de Antonio de Pádua Côrrea in Moura, C.E.M (org), **Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX** - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998. p.171-181
- BINZER, I. V., **Os meus Romanos**, alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil, 6 ed, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico** – Bauru, SP: EDUSC, 2002
- BROTERO, Frederico de Barros, **Descendentes do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado**, São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1938
- CALLOU, Ângelo Brás *et al* **Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o ponto de cultura no sertão pernambucano** in Revista Internacional de desenvolvimento local. Vol.8, N2, p.213-221, set. 2007

CAMARGO, Maria Daniela B. de. São Paulo moderno: açúcar e café, escravos e imigrantes in **Terra Paulista: A formação do Estado de São Paulo**, seus habitantes e os usos da terra - São Paulo, Imprensa Oficial, 2004

CÁNOVAS, Marília D. Klaumann **A grande imigração europeia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de um (in) visibilidade** in *Saeculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [11]; João Pessoa, ago./ dez. 2004

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão in ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). **História da vida privada 2** – São Paulo: Companhia das Letras, 2004

CASTRO, Lyra. A trajetória histórica do Café in **O Jornal: Edição Comemorativa do Bicentenário do Café no Brasil** – Rio de Janeiro, 1927

CATTO, Allan Russo monografia **Escravidão em Jaú: Testamento de Theresa de Assis Bueno** – Jaú, 2007

CHAVES, Hamilton **Dos Farrafos à urna eletrônica – tramas e Alianças na Política Jauense** - Jaú: VHK Editora, 2006

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Mornaquia à República: momentos decisivos** - São Paulo: Editora Grijalbo, 1977

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia** - São Paulo: Editora UNESP, 1998

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café: relações de trabalho em Franca/SP 1890-1920** dissertação de mestrado - Instituto de Economia da Unicamp, 2002

FALEIROS, Rogério Naques. **“Seguir em Frente”:** Colonos e Fazendeiros nas fronteiras de expansão da cafeicultura brasileira. Síntese dos resultados finais da tese de doutoramento UNICAMP, 2007

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do Café: Fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)** tese de doutoramento - Instituto de Economia da Unicamp, 2007

FELICIO, Escravo. **Memórias do velho escravo Felício, 1917** in <http://www.emn.ufscar.br/materias/felicio.htm> acesso 21/02/2010

FERNANDES, J. Vultos e fatos da História de Jaú, Capital da Terra Roxa in **Edição Conjunta extraordinária do Correio da Noroeste, Correio Da Capital e Correio de Garça em Edição Comemorativa do Centenário de Jaú** - São Paulo, 1955

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata** - São Paulo: Editora Ática, 1974

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX** 4ed. – São Paulo: Global Editora, 2010

- GNACCARINI, José César. **Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda,1980
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** – 26ª Ed – São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e o outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867 – 1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- IANNI, Octavio. **Relações de produção e proletariado rural** in SZMRECSANYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo (orgs) **Vida Rural e mudança social**, 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972
- JORNAL JAHU MODERNO**, edição de 27 de fevereiro de 1913, Jaú – Arquivo Municipal de Jahu
- KOSSOY, Boris. CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci. **O Olhar Europeu**, O negro na iconografia brasileira do século XIX – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002
- LEVI, Darrel Erville **A família Prado** – São Paulo: Cultura 70 – livraria e editora s/a, 1977
- MALUF, Marina. **Ruídos da memória** – São Paulo: Siciliano, 1995
- MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino** in SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada 3** – São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- MARINS, P.C.G. A Vida Cotidiana dos Paulistas: Moradias, Alimentação, Indumentária, in Setúbal, M.A. (coord.)**Terra Paulista**, histórias, arte, costumes v.2 - São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo,2004. p.95
- MELO, Hildete Pereira de. MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A partilha da riqueza na ordem patriarcal** in Revista de Economia Contemporânea: Rio de Janeiro p.155 -179 jul./dez., 2001
- OLIVEIRA, F.A.M. de. **Faces da dominação da Terra**, Marília: Editora UNESP,1999
- OLIVEIRA, F.A.M de. **Impasses no Novo Mundo: imigrantes italianos na conquista de um espaço social na cidade de Jaú (1870 – 1914)** , São Paulo: Editora UNESP, 2008
- OLIVEIRA, Joana D’ Arc. **Olhares Invisíveis: a arquitetura e o poder na Fazenda São Roberto**. Dissertação de Mestrado, EESC – USP, São Carlos, 2008
- PIRES, Paulo dos Santos **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil** – 43ª Ed – São Paulo: Brasiliense, 1998
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org) **Turismo Rural**– São Paulo: Contexto, 2001

- SALGUEIRO, H.A Org. **Cidades Capitais do Século XIX**, São Paulo: Edusp, 2001
- SAUVÉ, Lucie. Cartografia das correntes em educação ambiental in **Educação Ambiental; pesquisa e desafios**. Sato, Michele. Carvalho, Isabel e col (org) Porto Alegre: Artmed, 2005
- SCOTT, Ana Silvia Volpi **As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)** Paper apresentado ao: Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001
- SETUBAL, M. A. Famílias paulistas, famílias plurais, in SETUBAL, M.A. (coord.). **Terra Paulista**, histórias, arte, costumes v.2, São Paulo:Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- SCHAPOCHNIK, Nelson Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade in SEVCENKO, Nicolau (Org) **História da Vida Privada no Brasil 3** – São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- SILVA, E. **Barões e Escravidão**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984
- SILVA, Valdez A. Paulistas em Movimento: bandeiras, monções e tropas in **Terra Paulista: A formação do Estado de São Paulo**, seus habitantes e os usos da terra. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004
- SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário de língua portuguesa** – fac – símile da 2ªed. 1813 – Rio de Janeiro, 1922
- SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura**, São Paulo: Editora Hucitec, 1981
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998
- TEIXEIRA, S. **Jahu em 1900**. Jaú: Ed. Correio do Jahu, 1900
- TRUZZI, O. **Café e Indústria: São Carlos 1850-1950**, São Carlos: EdUFSCAR, 2000.
- TRUZZI, O. org. **Fontes estatístico – nominativas da propriedade rural em São Carlos (1873-1940)**: São Carlos: EdUFSCAR, 2004.
- WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. Estudos Rurais, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. p. 157-198
- ZEQUINI, Anicleide, A fundação de São Paulo e os primeiros paulistas: indígenas, europeus e mamelucos in **Terra Paulista: A formação do Estado de São Paulo**, seus habitantes e os usos da terra. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004

FONTES PRIMÁRIAS

RECIBOS de pagamento de férias de 1947 a 1954: Acervo Família Almeida Prado

DOCUMENTAÇÃO de trabalhadores de 1937 a 1985. Acervo Família Almeida Prado

BUENO, **Inventário de Francisco Assis**, nº 1.7.2.1296 , Jahu, 1870: Arquivo Municipal de Jahu

BUZONE, Sebastian. **Correspondência eletrônica** enviado de Bueno Aires ao autor em 19/08/2002: Acervo Família Almeida Prado

CAMPOS, **Inventário de Carolina Ferraz de Almeida Prado**, Jahu, 1901 : Arquivo Municipal de Jahu

CAMPOS, **Inventário de Joaquim Pires de Campos**, Brotas, 1863, In Inventário de Anna Joaquina de Almeida Prado, São Paulo, 1929: Acervo Família Almeida Prado, Jahu

CAMPOS, **Inventário de Joaquim do Amaral Campos**, Brotas, 1867, In Inventário de Francisco de Paula Almeida Prado, nº 1.7.2446 Jahu, 1904: Arquivo Municipal de Jahu

CARTÓRIO de **Notas e Protestos de Jahu livros de registros 01 a 34** – 1868 a 1888

CORRESPONDÊNCIA da Almeida Prado & Cia. – Comissários, 1921: Acervo Família Almeida Prado

ESCRITURA de compra e venda de metade das fazendas Mandaguahy e Saltinho de Anna Joaquina de Almeida Prado a Pio de Almeida Prado, Jahu. Acervo Família Almeida Prado, 1921

MAPA da Fazenda Mandaguahy, 1927: Acervo Família Almeida Prado

MAPA Sertão do Jahu Freguesia de Nossa Senhora de Brotas em fins de 1858, 1993: Arquivo Municipal de Jahu

MEMÓRIAS do velho escravo felício in <http://www.emn.ufscar.br/materias/felicio.htm> acesso 21/02/2010

PRADO, Antonieta Botelho de Almeida. **Diário de Maria Cecília Botelho de A. Prado**. Manuscrito, Jahu, 1935

PRADO, Antonieta Botelho de Almeida. **Diário de Francisca A. de A. Prado Cariani**. Manuscrito, Jahu, 1946

PRADO, **Inventário de Francisco de Paula Almeida**, nº 1.7.2446 - Jaú, 1904: Arquivo Municipal de Jahu

PRADO, Inventário de Francisca Eufrosina Corrêa de Moraes e **Tenente Lourenço de Almeida**, nº 1.7.2.3523, Jaú, 1873: Arquivo Municipal de Jahu

PRADO, Anna Joaquina A. **Escritura de Compra e Venda** – Cartório do 2º tabelião Caetano Pereira, 1921. Acervo Família Almeida Prado

PRADO, **Inventário de Antonia de Almeida**, nº 1.7.2.1 - Brotas, 1862, Arquivo Municipal de Jahu

PRADO, **Inventário de Francisco de Paula Almeida**, nº 1.7.2446 - Jahu, 1904: Arquivo Municipal de Jahu

PRADO, **Inventário de Izabel de Almeida**, Brotas, 1866, In Inventário de Francisco de Paula Almeida Prado, nº 1.7.2446 - Jaú, 1904: Arquivo Municipal de Jahu

PRADO, **Inventário de João Pacheco de Almeida**, nº 1.7.2.3532 - Jahu, 1871: Arquivo Municipal de Jahu

RECIBO do imposto de meia siza de escravos in BUENO, **Inventário de Francisco Assis**, nº 1.7.2.1296 , Jahu, 1870: Arquivo Municipal de Jahu

TABELA de distribuição de pés de café por colono, sem data: Acervo Família Almeida Prado

ENTREVISTAS

AGOSTINI, Maria Augusta Rozin – Jahu, 2010

CARIANI, Francisca A. de Almeida Prado – São Paulo, 2005

BUZONE, Sebastian – Jahu, 2003

CAVALARI, Aparecida Spaziani – Jahu, 2010

DOMINGUES, Maria Domingas Spaziani – Jahu, 2010

FRAGNAN, Maria Schimidt – Jahu, 2010

GESTE, Francisco – Jahu, 2007

MARQUES, Ramon – Jahu, 2010

PINTO, Francisco – Jahu, 2007

PRADO, João Pio de Almeida – Jahu, 2010

PRADO NETO, Pio de Almeida – Jahu, 2010

PRADO, Maria Antonieta de A. – Jahu, 2006

PRADO, Maria Antonieta de A. – Jahu, 2010